



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Reabilitação e Turismo Rural

(Reabilitação de um conjunto de edifícios para turismo rural)

Bruno André Pires Alves

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Neves Dias

Covilhã, Outubro de 2011

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Professor Doutor José Neves Dias, orientador desta dissertação, pela sua disponibilidade ao longo da elaboração do trabalho, pelo incentivo, pela confiança e pelas palavras sempre certas, na hora certa. Estendendo este agradecimento a todos os docentes que ao longo do curso partilharam comigo a sua sabedoria.

Em segundo lugar, de forma especial, agradeço aos meus pais pelo seu esforço, empenho e apoio que deles recebi ao longo destes cinco anos e que sem eles nada disto seria possível. Agradeço também a minha irmã por estar presente nos bons e nos maus momentos, o destino fez-nos irmãos e a vida fez-nos amigos. Ela e os meus pais são as três pessoas mais importantes da minha vida. Agradeço também a uma pessoa especial, a minha avó Maria, que infelizmente mesmo estando já ausente, continuará sempre na minha vida pois a ela devo muito dos valores que hoje eu sou como pessoa. O meu primo David Gonçalves agradeço também pela pessoa importante e especial que sempre foi e será, pois ele é para mim como um irmão. Peço desculpa a todos os meus familiares que aqui não menciono, mas agradeço de uma forma geral a todos que me deram o privilégio de sentir o seu amor ao longo da minha vida.

Por último agradeço ao meu colega e grande amigo Bruno Duarte, pois ao longo destes cinco anos foi um verdadeiro companheiro de guerra, agradeço também aos meus amigos Hélder Pires, Nelson Lopes, Filipe Valente e Filipe Ferraz, pois ao longo deste percurso cheio de trabalho cimenteí amizades que espero continuem a perdurar no tempo.

Resumo

A reabilitação é actualmente um assunto incontornável quer se aborde a conservação e defesa do património, estrutura social, ordenamento do território ou preservação ambiental.

O interior do nosso país encontra-se cada vez mais desertificado. Principalmente as aldeias transformaram-se em campos de ruínas em quem os poucos moradores que resistem são quase na sua totalidade pessoas de idade avançada. Sem qualquer tipo de actividade que possa fixar os habitantes, estas construções típicas, que retratam a história dos nossos antepassados, são esquecidas e deixadas ao abandono.

Esta dissertação/projecto visa a reabilitação de um conjunto de edifícios da aldeia de Rio de Onor, no concelho de Bragança, atribuindo-lhe funções ligadas ao turismo e restauração, bem como a aprendizagem de costumes da população.

Palavras-chave: Património, Reabilitação, Turismo Rural, Paisagem, Arquitectura/Natureza.

Índice

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	7
1.1 - Relevância e oportunidade	7
1.2 - Objectivos	8
1.3 - Metodologia e estrutura.....	8
CAPÍTULO 2 - ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA	9
CAPÍTULO 3 - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS TRADICIONAIS	15
3.5 - Sustentabilidade na construção	17
CAPÍTULO 4 - TURISMO EM ESPAÇO RURAL.....	18
4.1 - Características de turismo em espaço rural	19
4.2 - Modalidades do turismo em espaço rural	19
4.3 - Factor de Desenvolvimento Rural	22
CAPÍTULO 5 - PROJECTO	23
5.1 - Bragança	23
5.2 - Rio de Onor	29
5.3 - Análise dos edifícios a reabilitar	55
5.4 - Memória descritiva e justificativa	57
6 - CONCLUSÃO	65
7 - BIBLIOGRAFIA.....	66
8 - ANEXOS	67

Índice de Imagens

Imagem 1 – Mapa Portugal (relevo)	Pag.9
Imagem 2 – Mapa Portugal (dispersão)	Pag.11
Imagem 3 – Casa Antiga Guadramil	Pag.12
Imagem 4 – Planta de casa em Rio de Onor	Pag.13
Imagem 5 – Igreja Rio de Onor.....	Pag.14
Imagem 6 – Hotel Rural Manteigas	Pag.21
Imagem 7 – Domus Municipalis	Pag24
Imagem 8 – Castelo de Bragança	Pag24
Imagem 9 – Mosteiro de Castro de Avelãs	Pag25
Imagem 10 – Habitação Rio de Onor	Pag33
Imagem 11 – Moinho Rio de Onor	Pag35
Imagem 12 – População no Campo	Pag37
Imagem 13 – A ceifa	Pag44
Imagem 14 – Arado	Pag49
Imagem 15 – Ancinho	Pag51
Imagem 16 – Carro de Bois	Pag52
Imagem 17 – Estrutura de Madeira	Pag55
Imagem 18 – Margem direita aldeia de Rio de Onor	Pag56
Imagem 19 – Janela	Pag57
Imagem 20 – Imagem 3D, fachada poente	Pag59
Imagem 21 – Imagem 3D, fachada nascente	Pag60
Imagem 22 – Imagem 3D, Varamda1	Pag60
Imagem 23 – Escada e Varanda	Pag60
Imagem 24 – Imagem 3D, Varanda2	Pag61
Imagem 25 – Varanda em madeira	Pag61

Imagem 26 – Imagem 3D, jardim	Pag61
Imagem 27 – Imagem 3D, esplanada	Pag61
Imagem 28 – Imagem 3D, Interior bar	Pag62
Imagem 29 – Imagem 3D, Interior Habitação	Pag62
Imagem 30 – Imagem 3D, quarto	Pag62
Imagem 31 – Imagem 3D, restaurante	Pag62
Imagem 32 – Pavimento Lava	Pag64
Imagem 33 – Pavimento Madeira Nogueira	Pag64
Imagem 34 – Pavimento exterior em Decks de Fenólico	Pag64

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 – População residente Bragança	Pag25
Gráfico 1 – População Presente Bragança	Pag26
Quadro 2 – População Presente Bragança	Pag26
Gráfico 2 – População Presente/Residente Bragança	Pag27
Quadro 3 – Famílias, alojamento e edifícios Bragança	Pag27
Gráfico 3 – Famílias, alojamento e edifícios Bragança	Pag28
Gráfico 4 – Comparação famílias, alojamento e edifícios Bragança	Pag28
Quadro 4 – População Residente Rio de Onor	Pag29
Gráfico 5 – População Residente Rio de Onor	Pag30
Quadro 5 – Famílias, alojamentos e edifícios Rio de Onor	Pag30
Gráfico 6 – Famílias, alojamentos e edifícios Rio de Onor	Pag31
Gráfico 7 – Comparação Famílias e edifícios Rio de Onor	Pag32

Capítulo 1 - Introdução

1.1 - Relevância e oportunidade

Ao longo das últimas décadas, os aglomerados urbanos, principalmente os que se encontram no litoral foram-se desenvolvendo, sendo que este processo foi mais notório e a um ritmo mais acelerado a partir dos anos cinquenta. As consequências do crescimento populacional nestas zonas do país formam o crescimento de novas actividades económicas que não apenas as do sector primário.

O período de maior notoriedade de êxodo rural e consequente urbanização das zonas litorais ocorreu entre as décadas de cinquenta e de setenta, sendo a sua principal explosão na década de sessenta com a forte aposta na industrialização nos centros urbanos. No início desta década um terço da população residente na zona litoral do país era urbana, enquanto na zona interior se resumia 1/16 da população.

No início da década de cinquenta, a população activa empregada no sector agrícola dividia-se em apenas dez por cento desta população como proprietária de terrenos e explorações agrícolas de extensão bastante considerável onde a produção se destinava ao comércio, trinta por cento cultivava as suas pequenas terras ou terras arrendadas para consumo próprio, a grande maioria com cerca de sessenta por cento eram trabalhadores eram remunerados, de forma bastante precária, trabalhando os terrenos de outra pessoa. Desta maior fatia de pessoas assalariadas em actividades agrícolas saiu a maior parte da população rural que procurou novas formas de vida, rumo as grandes cidades ou ao estrangeiro.

A consequência na arquitectura dos factores descritos anteriormente notou-se no crescimento de novas edificações nos centros urbanos, edificações de certa forma “estereotipadas”, perdendo-se muito das características de cada região. Para responder as necessidades exigidas pelo crescimento da população nos centros urbanos adoptaram-se políticas de novas construções e deixando para segundo plano a ideia de reabilitação e preservação dos edificados típicos de cada região.

Este estudo tem como propósito despertar a necessidade de cada vez mais reabilitar e preservar os edificados históricos e característicos da arquitectura popular portuguesa, tornando estas edificações não apenas como “peças de museu” mas ao mesmo tempo torná-las rentáveis economicamente através de actividades que desenvolvam o crescimento das populações mais “esquecidas” do nosso país.

O local escolhido para este trabalho é a aldeia transmontana de Rio de Onor, as razões da escolha foram várias, o facto de ser uma aldeia histórica pelo seu comunitarismo no qual ainda hoje se preservam actividades únicas, aliado a experiência de viver de perto essas

actividades e costumes notando que elas estão a perder-se com o tempo pesou na escolha deste tema. O posicionamento da aldeia na fronteira espanhola e o conhecimento das suas características que se estende muito além do nosso país levam a que este trabalho esteja assente num suporte rigoroso em que a sua rentabilidade seria válida.

1.2 - Objectivos

Uma vez que a aldeia de Rio de Onor sempre se notou pelo seu comunitarismo e pelas suas leis “independentes” de tudo e todos, aliando a sua história de vida uma arquitectura típica e praticamente única no nosso país, o objectivo deste trabalho prende-se com a reabilitação de um núcleo de edifícios situados na margem direita do rio em que a paisagem rural não passa despercebida, transmitindo uma sensação de paz e tranquilidade em tudo distinta daquela que os cidadãos urbanos estão familiarizados. Esta reabilitação prevê a criação de três casas de habitação destinadas ao turismo rural aliadas a um restaurante de comida tradicional transmontana, a recuperação de uma antiga forja mantendo os objectos ainda existentes e tornando o espaço num local de recepção e ponto de guia turístico aos visitantes, uma loja de venda de produtos regionais, uma oficina de aprendizagem em artesanato tradicional como os trabalhos em madeira ou a cestaria e por fim uma zona de bar com vista para o rio, encerrando entre estes espaços um pátio com uma zona verde onde se pretende a versatilidade do mesmo.

1.3 - Metodologia e estrutura

Consiste numa primeira fase metodológica a pesquisa bibliográfica, possibilitando um maior conhecimento da história da aldeia, dos seus costumes e das suas gentes. Partindo desta pesquisa desenvolve-se a componente teórica deste trabalho alicerçada nos conceitos da arquitectura popular portuguesa, reabilitação de edifícios históricos e turismo em espaço rural.

A segunda etapa metodológica consiste na caracterização e conhecimento do local e edificação em estudo, procedendo-se a uma análise com várias visitas ao local onde se executando um levantamento arquitectónico e fotográfico existente com a finalidade de conhecimento do estado de conservação do edificado.

Na última fase, com base nos elementos anteriormente mencionados surge a elaboração de uma proposta de projecto de reabilitação dos espaços referidos.

Capítulo 2 - Arquitectura popular portuguesa

2.1 - Introdução

Existem vários factores que contribuem para as diferenças na arquitectura popular portuguesa ao longo do território entre eles o clima, o relevo e geologia, as formas de povoamento e até mesmo as actividades e tradições da população, influenciam o tipo de habitação encontrada nos nossos aglomerados rurais.

2.1.1 - Relevo

O relevo é um dos pontos essenciais na distribuição da população portuguesa, a sua desigualdade ao longo do território de norte a sul do país altera o modo de vida das populações e as suas actividades principalmente as agrícolas. Verifica-se isso através do modo de vida de um habitante da região do douro, onde o cultivo principal é o da produção vinícola, em parte pela morfologia do território. Estes habitantes viram-se forçados a escavar socalcos e adaptar a sua forma de vida em relação ao terreno. Tal como se regista quanto ao modo de vida e de produção, o relevo influencia obviamente a própria arquitectura.

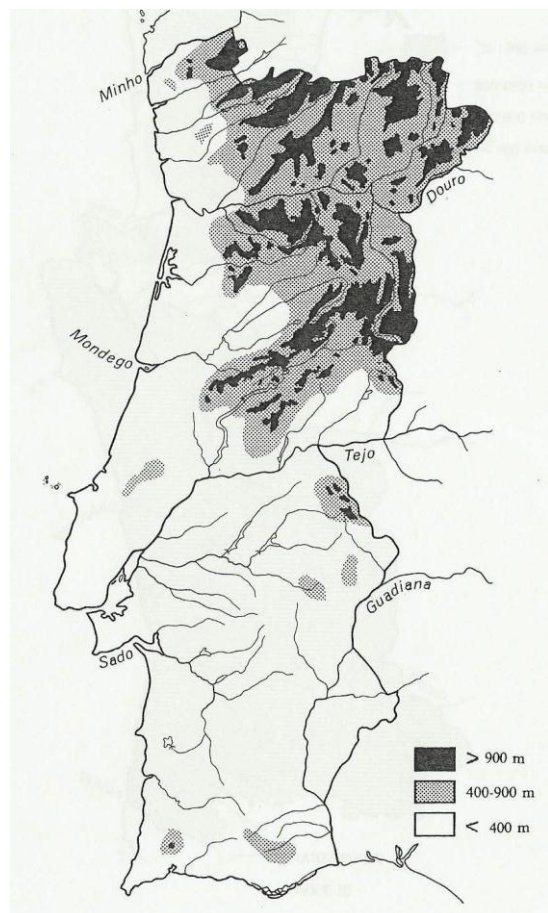


Imagem 1 – Mapa Portugal (relevo),
Fonte: Arquitectura Popular Portuguesa

2.1.2 - Geologia

A constituição do solo português divide-se em três principais unidades, sendo elas o maciço antigo, as orlas sedimentares e as bacias do Tejo e Sado. Em relação ao maciço antigo, sendo ele o que maior área ocupa no território continental (cerca de sete décimos), corresponde ao antigo maciço ibérico onde se encontram principalmente rochas eruptivas, sedimentares e metamórficas. Destas rochas fazem parte os xistos, gneisses, quartzitos, e rochas calcárias existentes na zona de Trás-os-Montes e Alentejo. Um outro tipo destas rochas é os granitos, encontrados no vale do douro e na serra da estrela. A parte do território pertencente as orlas sedimentares situa-se abaixo do vale do douro ate a região centro do país. Esta variação de tipos de subsolo e conseqüentemente de rochas encontradas no mesmo, faz alternar o tipo de cultivo em cada região e além disso o tipo de materiais utilizados na construção tradicional, (exemplos das casas de granito na serra da estrela, enquanto em Trás-os-Montes se verifica a predominância do xisto como material base).

2.1.3 - Clima

Tal como o relevo, o clima é ponto importante na fixação da população e mais uma vez nas suas actividades agrícolas. A diferença de temperaturas entre verão e inverno condicionam o tipo de produções, mas em geral aquilo que mais influência é a precipitação, existindo zonas do território continental onde a precipitação no verão é praticamente inexistente. Os valores de precipitação vão diminuindo com o avanço de norte para sul do país, o que faz variar o tipo de produções, de Trás-os-Montes ao Algarve.

2.1.4 - Actividades agrícolas das populações

A agricultura teve outrora uma importância na economia do país que não se verifica actualmente. No ano de mil e novecentos, a população portuguesa empregue no sector primário era de cerca de sessenta e cinco por cento ficando apenas cerca de vinte por cento no sector secundário e quinze por cento no terciário. Em mil novecentos e setenta apenas trinta e um por cento, ou seja menos de metade pertencia ao sector primário. Embora a população associada ao sector primário esteja em constante decréscimo, a importância desta actividade na fixação dos povos rurais é muito relevante. O tipo de actividades desempenhadas ajuda a perceber as formas de vida da população. O cultivo de três produtos como trigo, milho e centeio ajuda a perceber a riqueza do subsolo português e conseqüentemente das populações rurais. Enquanto o centeio, produto de uma economia mais pobre, era a principal cultura das populações entre Trás-os-Montes e a Beira Baixa. O

milho pertencia a um tipo de cultura que necessita maior fertilidade e humidade dos solos apenas possível em zonas litorais. Já o trigo foi base da agricultura situada abaixo do Tejo. Estes factores explicam o crescimento e riqueza dos povos rurais há cerca de cem anos atrás.

2.1.5 - Formas de povoamento

As formas de povoamento e fixação ao território dos aglomerados rurais evidenciaram-se antigamente muito mais segundo os factores descritos nos pontos anteriores. As populações rurais deparavam-se com diferentes necessidades, consoante o local do país onde estavam inseridas e desta forma os meios para enfrentar essas necessidades eram diferentes, sendo os povos forçados a seguir caminhos distintos. Tendo como base este aspecto pode verificar-se que nas zonas do interior junto as fronteiras terrestres as dificuldades eram muito maiores, pelo clima e pelo subsolo, entre outros factores, que tornaram a população rural muito mais carenciada. Assim sendo, a sua distribuição formou-se em aglomerados grandes rurais de forma a existir um sistema comunitário entre a população como meio de vencer as dificuldades em conjunto. Já na área costeira como o Minho, o clima oceânico e a riqueza do subsolo permitiam a uma maior dispersão entre as habitações, pois cada família conseguia subsistir individualmente. Estes aspectos tornaram-se importantes na arquitectura popular portuguesa, pois actualmente, ao visitarmos uma aldeia no nordeste transmontano, verificamos que o tipo de arquitectura, baseado em grandes aglomerados de habitações é distinto das habitações rurais isoladas encontradas no Minho. Estas formas de adaptação ao espaço, alteraram não só a arquitectura como a vivencia e tradições dos povos.

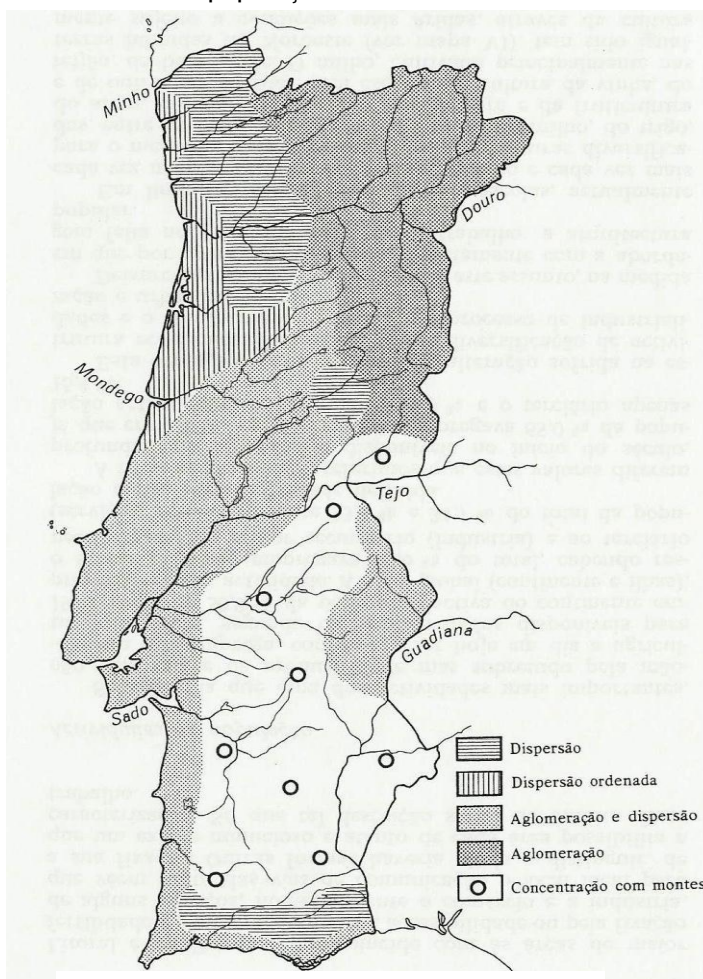


Imagem 2 – Mapa Portugal (dispersão),
Fonte: Arquitectura Popular Portuguesa

Fonte: (Moutinho, M.; “Arquitectura Popular Portuguesa” . Editorial Estampa, Lda. 3ª Edição. Lisboa, 1995)

2.2 - Arquitectura popular em Portugal

Segundo Mário Moutinho, no livro arquitectura popular portuguesa, o território português divide-se em quatro zonas de estudo, norte, centro litoral, Alentejo e Algarve, na localização dos diferentes tipos de habitações populares. Nestas quatro “regiões” podemos encontrar dez tipos diferentes de habitações unifamiliares dividindo-se da seguinte forma: na zona norte a casa serrana e a casa minhota, na zona centro litoral a casa de madeira, a casa alpedrada, a casa saloia e a casa ribatejana, na zona alentejana a casa de monte e a casa de povoado e por fim na zona algarvia a casa de pescadores e a casa rural. A estes tipos de habitações unifamiliares associam-se vários outros tipos de construções característicos de cada zona do país. Neste trabalho irá abordar-se apenas a zona norte uma vez que é nela onde se insere o caso de estudo.

2.2.1 - Zona Norte

Como já foi referido podemos encontrar dois tipos distintos de habitação popular na zona norte. A casa minhota situada no litoral norte do país, fruto de um povoamento disperso através de explorações agrícolas particulares e normalmente isoladas. Já no que diz respeito ao tipo de casa serrana, encontrada na região interior norte é proveniente de um aglomerado populacional rural geralmente em forma circular, onde as habitações já na sua maioria em banda onde os arruamentos estreitos fazem serventia quer de um lado quer de outra a habitação pessoal e aos currais do gado.



Imagem 3 – Casa Antiga Guadramil
Fonte: Rio de Onor, Comunitarismo
Agro-Pastoril

2.2.2 - Zona Norte Interior

O tipo de habitação familiar serrana dispõe de um piso térreo destinado ao gado e por vezes a arrumos de produtos agrícolas. No piso superior, em que o acesso é feito através de uma escada em pedra que culmina numa varanda em madeira, estão distribuídos os espaços destinados às pessoas com a cozinha precavida de uma lareira geralmente sem chaminé, e os quartos. As diferenças entre as habitações são principalmente nos telhados, neste caso a duas águas e cobertos na maioria das vezes por placas de xisto. A planta nestas habitações também varia, sendo na maioria dos casos quadrangular.

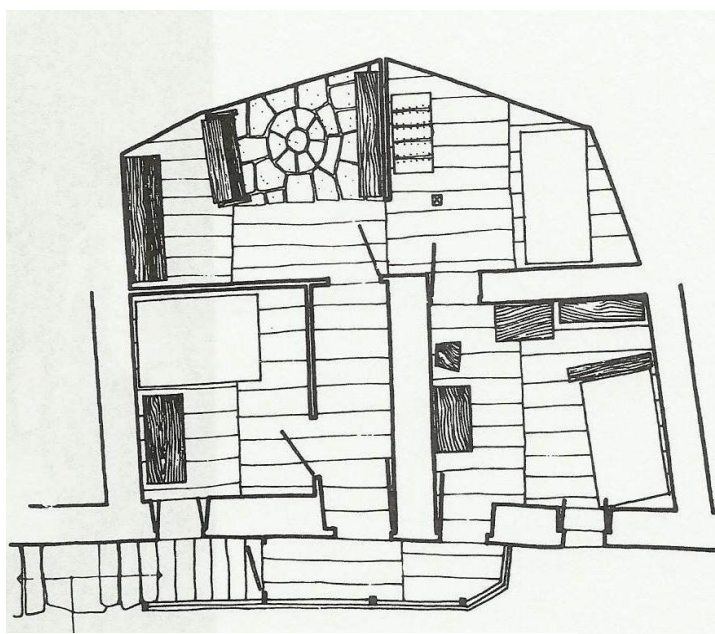


Imagem 4 – Planta de casa em Rio de Onor,
Fonte: Arquitectura Popular Portuguesa

Na região norte interior, para além das construções de carácter não habitacional já descritas na região norte litoral são de destacar os moinhos movidos pela corrente das águas. São pequenas construções geralmente em xisto, implantadas nas margens de rios ou ribeiros. De forma quadrangular, em que na fachada voltada para o ribeiro sobressai uma grande roda de madeira, responsável pelo movimento do moinho. São também de destacar as cabanas dos pastores, pois apesar de serem construções bastante rudimentares, também elas em xisto, fazem parte da história da fixação dos povos ao local. Estas pequenas construções com o objectivo de permitir que as pessoas aí pernoitassem enquanto guardavam o gado nos campos representam uma das formas de sobrevivência das populações.

As capelas e igrejas são também legados importantes, geralmente nesta zona do país são edifícios construídos em xisto ou granito em que cada pequena população possui no seu aglomerado uma igreja principal com a nave principal e uma torre mais elevada onde se situa o campanário que alberga os sinos. Cada população possui também uma ou duas capelas representativas, podendo estas ser representativas dos santos padroeiros da terra. Estas construções são em certos aspectos semelhantes as igrejas principais embora na sua maioria se trate de edifícios mais pequenos e por vezes apenas com uma nave. Quer as igrejas principais com as capelas possuem em seu redor um muro com cerca de um metro de altura. O espaço entre o muro e a capela ou igreja é denominado de adro. A devoção, fé e humildade das populações nesta região faz com que este tipo de construção seja um dos mais respeitados e estimados pelas pessoas.



Imagem 5 – Igreja Rio de Onor, por Bruno Alves

Fonte: (Moutinho, M.; “Arquitectura Popular Portuguesa” . Editorial Estampa, Lda. 3ª Edição. Lisboa, 1995)

Capítulo 3 - Reabilitação de edifícios tradicionais

O restauro e reabilitação em edifícios com características e métodos de construção tradicionais requerem uma abordagem específica e personalizada. Com o avanço as novas técnicas de construção e a facilidade de emprego de novos materiais, geram novas oportunidades de assimilação de processos e materiais antigos com novas técnicas e novos materiais, aspectos importantes e decisivos na habilidade da construção e no saber da reabilitação e do restauro. Em construções antigas, as tarefas de reabilitação requerem um grande exigência elevado pela complexidade das formas geométricas e pelo escasso conhecimento quer dos materiais empregues como das técnicas de construção próprias. A reabilitação em edifícios tradicionais e históricos é uma ferramenta indispensável na conservação e preservação dos edificados que consigo abarcam vivências e tradições da história do nosso país.

3.1 - História da Reabilitação

A reabilitação de edifícios não é um problema apenas dos nossos dias, uma vez que já na época do renascimento, Alberti (1404-1472), tendo em vista a finalidade de preservar legados clássicos, traça as primeiras ideias sobre intervenção em edifícios existentes. Viollet-le-Duc (1814-1879), através da reunião de um conjunto de componentes dispersos, cria uma autonomia do restauro em monumentos da concepção arquitectónica, distinguindo-se pelo princípio da unidade de estilo. Existiram várias ideias e formas de abordar a questão do restauro até aos nossos dias. Camilo Boito (1835-1914) defende o restauro do património histórico recorrendo a novas técnicas construtivas, já Gustavo Giovannoni (1873-1947) divide o restauro em quatro componentes, a consolidação, a recomposição, a libertação e a renovação. Embora existissem várias formas de abordar a questão, apenas no início do século vinte surgiram as chamadas “Cartas de Património”, destacando-se a “Carta de Atenas”, resultante da conferencia realizada pelo conselho internacional de museus, em vinte e um a trinta de Outubro de mil novecentos e trinta e um em Atenas, fica documentado o conceito de restauro e conservação do património, definindo adequação das novas construções ao existente, dando assim maior importância ao existente e não à intervenção, respeitando o espaço envolvente. A trinta e um de Maio de mil novecentos e sessenta e quatro, surge um novo documento designado como “Carta de Veneza”, proveniente do segundo congresso de arquitectos e técnicos dos monumentos históricos. É também patente neste documento a principal preocupação na preservação e conservação do património arquitectónico localizado nos aglomerados populacionais urbanos e rurais. Vários outros documentos foram surgindo como a “Declaração de Amesterdão” em mil novecentos e setenta e cinco ou a “recomendação de Nairobi” em mil novecentos e setenta e seis, sendo de destacar mais

recentemente a “Carta de Cracóvia” em dois mil, na qual se pressupõe que o património arquitectónico, tal como todos os elementos paisagísticos que o compõem, resultam de várias passagens temporais da história e aos contextos sócio culturais nos quais estiveram inseridos. Desta forma a conservação destes elementos contemplará vários aspectos como a manutenção, a renovação, o controlo ambiental e a reparação. Em Portugal, apesar do vasto património arquitectónico que o país dispõe, apenas a partir dos anos setenta existe uma preocupação na preservação e reabilitação e só em finais dos anos setenta aparece o programa para recuperação de imóveis degradados.

3.2 - Classificação de edifícios

No processo de reabilitação é necessário e importante prever aspectos como a classificação do edifício em causa, processo que deve preceder qualquer tipo de intervenção, tornando-se assim objecto de bastante influência nos trabalhos realizados posteriormente. Essa classificação pode surgir em várias divisões sendo seguidamente abordadas três critérios.

O **critério histórico e cultural** prevê os edifícios que representem um símbolo para o país ou para as suas populações, aqueles que apresente um valor histórico significativo, todos os edifícios que representem um legado da fixação humana bem como das suas actividades num determinado espaço e ainda todos os que pertençam a um determinado movimento, corrente ou tendência arquitectónica.

No **critério técnico/científico**, os objectos de estudo destacam-se pela sua concepção arquitectónica, ao nível dos materiais e técnicas construtivas empregues, bem como da sua inserção urbanística podendo encontrar-se em aglomerados rurais ou urbanos.

Já o **critério estético/social** associa os edifícios que se destaquem pela sua integração no meio envolvente, bem como pela sua componente e qualidade estética, ilustrando a evolução da sociedade sem prejuízo do meio onde se inserem.

Fonte: (Rato, V. M.; “conservação do património histórico edificado/sistematização de princípios gerais” Vol. 3. LNEC. Lisboa)

3.3 - Níveis de reabilitação

As exigências e condições em que se encontrar os edifícios a ser reabilitados leva a sejam ponderados quatro níveis quanto a necessidade da reabilitação a ser efectuada. Assim sendo pode tomar-se como uma **reabilitação ligeira** aquela em que o edifício necessita de pequenos ajustamentos ao nível das instalações, pequenas obras que não implicam alterações ao edifício. No caso de ser uma **reabilitação média**, prevê já algo mais que a anterior, no que respeita as caixilharias, rede de águas, pavimentos, redes eléctricas e esgotos, reorganização

dos espaços interiores e por vezes reforço de elementos estruturais. **Uma reabilitação profunda** supõe, além dos vários passos de uma reabilitação média, a possível necessidade de demolição de elementos fixos como instalações sanitárias e cozinhas e criação e reorganização desses mesmos espaços bem como resolução em patologias estruturais. No caso de ser necessário recorrer a uma **reabilitação excepcional** pode obrigar em certos casos à reconstrução total do edifício.

Fonte: (Aguiar, J.; Cabrita, A. M.; Appleton, J.; “Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais” Vol.1. LNEC. Lisboa)

3.4 - Vantagens da reabilitação

A reabilitação de imóveis não se destina apenas a recuperação do edifício na sua componente interna ou externa, mas sim também na melhoria das condições culturais, económicas, ambientais e sociais das áreas onde decorre a intervenção. Os espaços interiores devem ser analisados e reabilitados de forma a possuir as condições mínimas quanto ao conforto, qualidade, vivência e habitabilidade dos edifícios. A reabilitação deve tomar como objectivo dar vida nova ao existente, de forma a gerar novas formas de fixação das pessoas, principalmente em locais propícios a saída das pessoas mais jovens, dando desta forma novas oportunidades económicas. A preservação de espaços históricos é outro dos objectivos base que a reabilitação deve ter em mente, respeitando e preservando os valores patrimoniais da população bem como as suas formas de vida.

3.5 - Sustentabilidade na construção

A construção sustentável resulta da aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável ao ciclo total da construção, este processo inicia-se logo na extracção das matérias-primas, passando pelo projecto e de construção, terminando na demolição e gestão dos resíduos construtivos provenientes desta ultima etapa. Este processo ambiciona não só restaurar o edificado como estabelecer a integração do mesmo na paisagem ambiental em que está inserido.

A construção civil é uma indústria “pouco amiga do ambiente”, desta forma os processos de construção e reconstrução devem prever uma prevenção no impacto ambiental por eles causado. Estes aspectos ambientais são cada vez mais levados em conta na construção sustentável tendo o seu início no planeamento do projecto de forma que na fase de construção os impactos sejam substancialmente reduzidos ponderando os factores ambientais, económicos e sociais.

A tarefa da construção sustentável é satisfazer as necessidades do presente, em termos de conforto e agradabilidade dos utilizadores, mas ao mesmo tempo precaver o futuro de forma a não limitar as gerações vindouras quer em aspectos ambientais como económicos.

Capítulo 4 - Turismo em espaço rural

Como foi referido no capítulo anterior, a reabilitação de edifícios tradicionais e históricos não devem prever apenas o seu restauro e conservação, mas também a sua função e possibilidade de gerar rendimentos financeiros. Uma das principais fontes de gerar riqueza no nosso país é o turismo, podendo ele apresentar-se de várias formas. Neste trabalho a reabilitação é associada ao turismo rural, adoptando medidas de restauro e conservação do edificado existente, mantendo estas construções “vivas e activas” capazes de gerar riqueza, atribuindo-lhe novas funções, neste caso ligadas ao turismo.

No caso do turismo em espaço rural, este define-se como um agregado de actividades e serviços prestados com retorno de remuneração monetária, serviços personalizados e de acordo com as tradições, costumes e valores das sociedades rurais onde as actividades são desempenhadas, apresentando particulares inerentes à sociedade e sem qualquer tipo de comparação com outros mercados existentes. O turismo rural aparece em Portugal por volta de 1986 com o Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 Agosto. O objectivo primordial é que o turista tenha a possibilidade de presenciar e participar em tarefas das comunidades, recordando os seus valores e tradições gastronómicas e culturais. Do ponto de vista da subsistência das próprias comunidades, o turismo rural é um aspecto de forte relevância de forma a gerar rendimentos em espaços onde a inexistência de outro tipo de economias rentáveis leva ao despovoamento.

O turismo rural não é apenas um caso de variadas actividades agro-pecuárias, sendo também um agente de interacção com outras actividades tais como o artesanato, os produtos típicos da região tais como fumeiro ou o mel entre outros, o que permite ao turista desfrutar de tudo aquilo a que o meio onde esta inserido lhe possa proporcionar. O ponto fundamental é promover esta actividade de forma agradável e suportada nestes aspectos típicos que são únicos de cada meio rural, honrando as disparidades que caracterizam cada meio, procurando satisfazer os requisitos mínimos de qualidade e conforto procurados pelos excursionistas. Tendo por base estes factores, é aceite e aprovado pelo governo uma concepção de turismo rural, entendendo assim esta modalidade turística com um proveito variado de funções onde se enquadram a hospedagem em casas com valor histórico e arquitectura própria da região, a animação e lazer com actividades desportivas ou actividades típicas do local com o artesanato

a cultura popular, a restauração com a gastronomia típica, estando estas actividades assentes num atendimento personalizado a cada caso.

4.1 - Características de turismo em espaço rural

Uma vez que se trata de uma modalidade singular de turismo, existem alguns requisitos que lhe devem ser inerentes, tais como localização dos edifícios e actividades a desempenhar, devendo estas estar sempre inseridas em áreas rurais, com a união tradicional às actividades agrícolas, ao ambiente e a paisagem rural. Deve ser considerado um pacote de actividades onde se englobam a hospedagem rural, actividades de lazer originais do local e restauração com gastronomia típica, permitindo assim ao turista uma oferta completa e diversa de actividades únicas do local, tudo isto mediante uma remuneração. Os locais de hospedagem devem ser à escala rural, tal qual as habitações da população residente no local, com emprego de materiais regionais e uma arquitectura típica da região. Este turismo deve prever uma ligação entre turistas e população residente no local, sendo estas pessoas ponte de ligação entre costumes e valores históricos do local com os visitantes. Outra característica inerente deve ser a sustentabilidade deste comércio, recorrendo a recursos próprios do local e ao saber e experiência da população, precavendo assim um progresso das características rurais. Esta modalidade de turismo deve ser ao mesmo tempo diferenciada tendo em conta a economia, o ambiente composto por tudo aquilo que lhe é particular como as espécies vegetais e animais e a história e hábitos das tradições populares.

Fonte: (Venancio, B. G.; “Turismo en Espacio Rural”; Editora Popular, Madrid, 1988)

4.2 - Modalidades do turismo em espaço rural

Sendo ainda uma modalidade turística recente, o facto é que o turismo rural encontra-se numa fase crescente e deste modo têm surgido várias modalidades específicas dentro desta própria vertente turística, entre elas o turismo de habitação, o turismo de aldeia, o agroturismo, as casas de campo, hotéis rurais e parques de campismo rurais.

Podemos encontrar exemplos de agro turismo na “Quinta da Alagoa”, localizada junto a Carrazedo de Montenegro a uma altitude de 650m. As “Casas do Pico” localizadas no arquipélago dos Açores são um exemplo de casas de campo. A quinta de S. Sebastião - Hotel

Rural, é uma unidade hoteleira turística, valorizada pela restauração de edifícios outrora pertencentes a uma quinta agrícola característica da região Minho. No parque nacional da Peneda-Gerês situa-se o parque de campismo rural do Outeiro Alto.

4.2.1 - Turismo de habitação

Esta vertente do turismo em espaço rural têm como objectivo oferecer ao visitante um serviço de hospedagem com carácter familiar, em que os pontos de abrigo são casas singulares antigas, distintas pelo seu valor histórico e arquitectónico, sendo elas expressivas de uma determinada época da nossa história.

4.2.2 - Turismo de aldeia

É mais uma vertente turística com semelhanças em relação ao turismo de habitação, embora neste caso o serviço de hospedagem deva possuir um mínimo de cinco habitações unifamiliares integradas na mesma comunidade rural. Neste caso os proprietários dos imóveis podem ou não habitar o espaço, sendo eles os principais exploradores dos serviços turísticos. Tal como nas outras vertentes turísticas rurais, as casas devem ser distintas pela sua arquitectura característica, com emprego de materiais regionais de forma a integrá-las na restante malha rural. Os locais propícios são naturalmente comunidades rurais históricas pelos seus modos de vida particulares e pela sua cultura e tradições únicas inseridas em paisagens de carácter plenamente rural.

4.2.3 - Agro-turismo

No caso do agro-turismo a hospedagem prestada ao visitante deve ser feita em casas particulares, tal como no turismo de habitação ou no turismo de aldeia, apenas com a particularidade de neste caso as habitações estarem inseridas em explorações agrícolas onde o turista possa presenciar e participar em nas actividades agrícolas perante as normas deliberadas pelos proprietários. Neste caso, o turista fica alojado na mesma casa onde moram os proprietários. Estes casos não implicam meios rurais históricos mas sim a interacção entre turista e meio agrícola. Exemplos claros destes casos são os turistas que ajudam nas vindimas na região do douro.

4.2.4 - Casas de campo

Este é um tipo de turismo que pode ou não estar inserido em aglomerados habitacionais rurais, sendo habitações particulares que podem ser ou não habitadas pelos seus proprietários geralmente isoladas quer seja em zonas montanhosas ou em quintas. Estas habitações devem distinguir-se pela sua arquitectura própria e característica do local onde estão inseridas. Exemplos desta vertente turística são as casas de montanha, geralmente construídas em madeira.

4.2.5 - Hotéis rurais

Na sua maioria são reabilitações de antigas casas agrícolas, ou outro tipo de habitações que em tempos desempenharam funções ligadas a agricultura como por exemplo lagares, moinhos ou quintas ligadas a pecuária, sendo reabilitadas e desempenhando a função de hotel. Geralmente estes imóveis são compostos por um número determinado de quartos individuais ou de casal e por uma zona de restauração incorporada ou não no mesmo edifício. Os imóveis, quer sejam construções realizadas de raiz com este fim ou reabilitações, devem estar inseridas no meio rural, próximas de pequenas ribeiras ou em zonas de montanha rodeados de vegetação.



Imagem 6 – Hotel Rural Manteigas, por Bruno Alves

4.2.6 - Parques de campismo rurais

Áreas rurais destinadas ao acampamento, permitindo condições mínimas de permanência quer a pessoas ou veículos, apoiadas com áreas destinadas a higiene diária dos visitantes. Estes recintos devem estar inseridos em meios onde os turistas possam desempenhar actividades e desportos de carácter específico, apenas realizáveis em meios naturais.

4.3 - Factor de Desenvolvimento Rural

O turismo em aglomerados rurais é não só um factor de desenvolvimento económico para o espaço rural, como também uma forma de dar vida nova a estes espaços envelhecidos, quer em termos de população como de património arquitectónico. As vantagens são muitas e em todos os aspectos, para além da questão financeira que este comércio gera, existe a requalificação de meios rurais dos quais faz parte a história da nossa existência, ao qual se junta dar nova vida a actividades agrícolas e culturais até então condenadas a desaparecer, como diversas formas de artesanato típicas de cada região do nosso país. Estes aspectos de preservação do nosso passado têm valor maior aquele que é gerado financeiramente, a sustentabilidade do rendimento agrícola das populações, a manutenção e criação de novos empregos a pessoas até então com a agricultura como subsistência, o desenvolvimento de vias de comunicação e transportes, a conservação das paisagens naturais e espécies animais e vegetais ameaçadas, novas fontes de sobrevivência a pequenas populações rurais, o incentivo ao artesanato rural e divulgação de produtos típicos dinamizando iniciativas culturais. Todos estes motivos levam a desenvolver o turismo, a cultura, a sociedade, o artesanato, a economia, no fundo motivos que levam a desenvolver o país e tudo aquilo que de bom existe nele.

Capítulo 5 - Projecto

5.1 - Bragança

Localizada no extremo norte interior do país, a cidade de Bragança é um centro urbano rico em património histórico, cultural e arquitectónico. A ocupação do território brigantino pode remontar ao neolítico, com o aparecimento de colectividades sedentárias dedicadas à agricultura e à pecuária, sendo este período documentado através de vários achados arqueológicos, quer na área onde hoje se situa a cidade, quer nos vários aglomerados rurais que a circundam. Estes achados, depositados no museu do abade de Baça, tais como machados e outros artefactos em pedra polida, pontas de setas e objectos cerâmicos, são testemunhos vivos das primeiras formas de ocupar o espaço.

A passagem dos povos romanos na região de Bragança originou uma nova forma de ocupação do espaço, em que se passa de um regulamento de ocupação colectiva para um de propriedade singular. Consequentemente, existem novas formas administrativas o que se reflecte nos achados históricos dessa época, da qual se encontram moedas ou lápides funerárias e, no caso de objectos arquitectónicos, os Castros. Foi também criada uma intensa rede viária, cujo eixo principal, nesta região, era a via que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga) por Aquae Flaviae (Chaves). O seu traçado percorre os actuais concelhos portugueses de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre, Boticas, Chaves, Valpaços, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Bragança, entrando em território espanhol por terras de Zamora até Astorga. A esta via, a mais antiga do Noroeste peninsular conforme atestam os miliários do imperador Augusto, um dos quais encontrado na Torre Velha (Castro de Avelãs), foi atribuído o número XVII num roteiro viário romano.

A ocupação do espaço ao longo dos tempos deixou marcas na paisagem que ainda hoje se mantém vivas, marcas essas que influenciam as novas formas de vida da cidade e que contribuem como marcos históricos e ao mesmo tempo pontos importantes na caracterização da cidade.

Um dos padrões base pelos quais se rege a organização do espaço urbano brigantino passa pela integração e preservação do património histórico-cultural. Esta preservação é feita nos legados históricos existentes quer no perímetro urbano, quer nas aldeias adjacentes de forma a preservar não só o património histórico como também os valores culturais e tradicionais das suas populações. Bragança é uma cidade que vive muito das suas tradições, respeitando-as e procurando novos métodos de as manter vivas, exemplos disso são alguns dos monumentos históricos que a cidade alberga tais como a **domus municipalis**, monumento românico do século XIV com carácter único no nosso país. Ponto de visita de qualquer pessoa que passe pela cidade, este monumento em forma pentagonal irregular cujas com arcos de volta perfeita conferem ao edifício uma componente ritmada. Este imóvel serviu os paços do

concelho de Bragança desde o século dezasseis ate ao século dezanove, altura em que a sua degradação tornou o espaço passível de ruína, foi recuperado no inicio do século vinte.



Imagem 7 – Domus Municipalis, por Luís Gonçalves

O **castelo de Bragança** em que a sua construção remonta ao século XV, apresentando traços arquitectónicos góticos. De implantação em local estratégico, um dos pontos mais elevados da do território onde se distribui a cidade, forma de protecção dos invasores na época da sua construção, conferindo hoje em dia uma vista única sobre a paisagem da cidade a quem visita as suas muralhas. Composto pela torre de menagem circundada por um conjunto de muralhas, que hoje em dia envolvem a cidadela, local onde durante o ano se realizam vários eventos históricos e que atraem turista maioritariamente espanhóis.

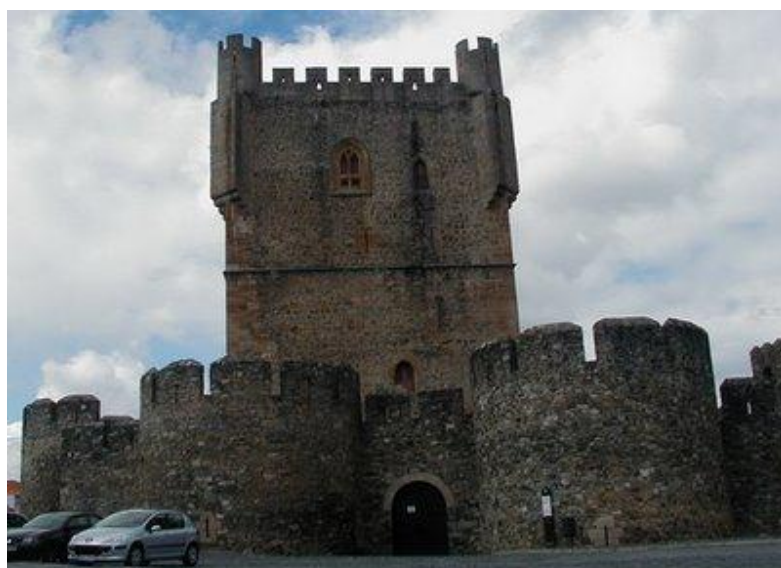


Imagem 8 – Castelo de Bragança, por Bruno Alves

O **Mosteiro de Castro de Avelãs**, inserido actualmente num espaço rural, situado a cerca de três quilómetros da cidade, a sua construção remonta ao século XIII apresentando traços românicos. Este mosteiro conferiu um papel relevante no desenvolvimento da economia regional. Actualmente é mais um dos pontos de passagem turísticos a quem visite a cidade de Bragança.



Imagem 9 – Mosteiro Castro de Avelãs

5.1.1 - População

Composta por 49 freguesias, das quais fazem parte 107 aglomerados rurais, onde a área total do concelho é de 1173,6 km², sendo a área média por freguesia de 24 km². A densidade populacional localiza-se em 24 hab/km².

5.1.1.1 - População residente

População Residente	1981	1991	2001
Homens	17540	16264	9445
Mulheres	17840	16791	10552
Total	35380	33055	19997

Quadro 1 – População residente Bragança
(Fonte: INE)

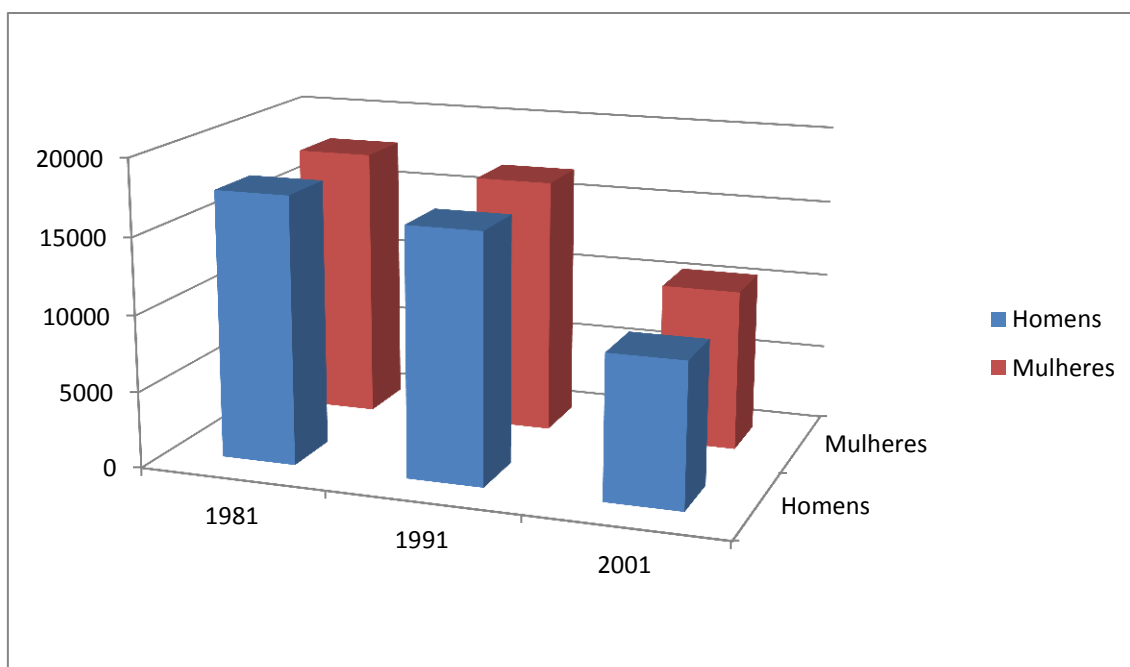


Gráfico 1 – População Presente Bragança

Observando o quadro e gráfico anteriores verificamos que a população brigantina se encontra em decréscimo, mais acentuado entre os anos de 1991 e 2001, período em que se verifica também maior discrepância entre sexos, com o sexo masculino a ter um declínio mais acentuado.

5.1.1.2 - População presente

População Presente	1981	1991	2001
Homens	17895	16280	10242
Mulheres	17658	17364	11929
Total	35553	33644	22171

Quadro 2 – População Presente Bragança
(Fonte: INE)

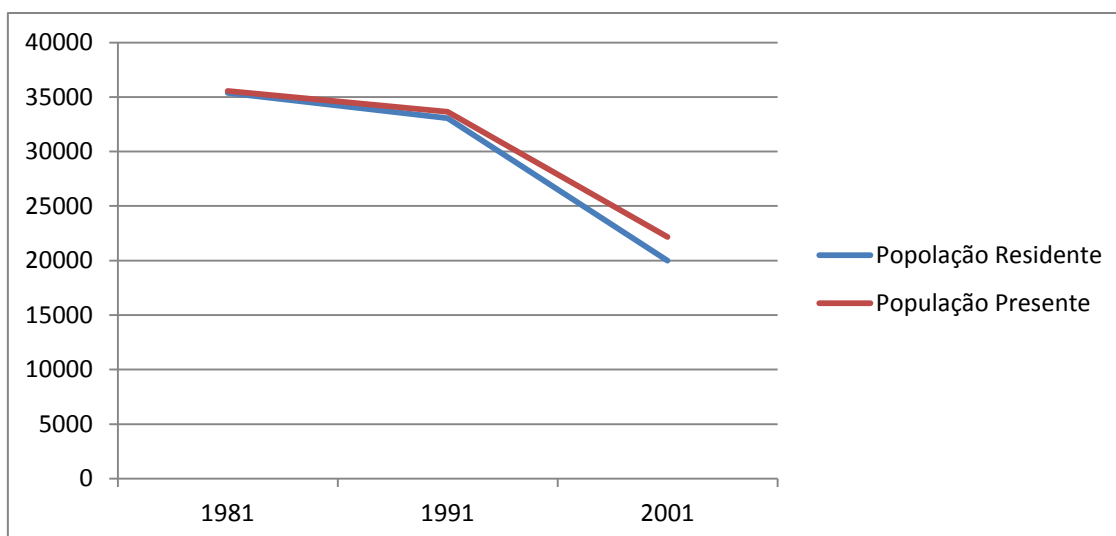


Gráfico 2 – População Presente/Residente Bragança

Comparando a população presente no momento do recenseamento com a população residente verificamos que os valores de população presente se encontram sempre acima dos valores de população residente, acentuando-se a discrepância entre os dois valores com o passar dos anos, o que faz prever que o número de pessoas que estão de passagem ou visita pela cidade se encontre acima do valor das pessoas que lá residem em carácter permanente.

5.1.1.3 - Famílias, alojamentos e edifícios

	Famílias	Alojamentos	Edifícios
1981	10224	12191	10563
1991	10893	16010	12906
2001	7030	11417	5570

Quadro 3 – Famílias, alojamento e edifícios Bragança
(Fonte: INE)

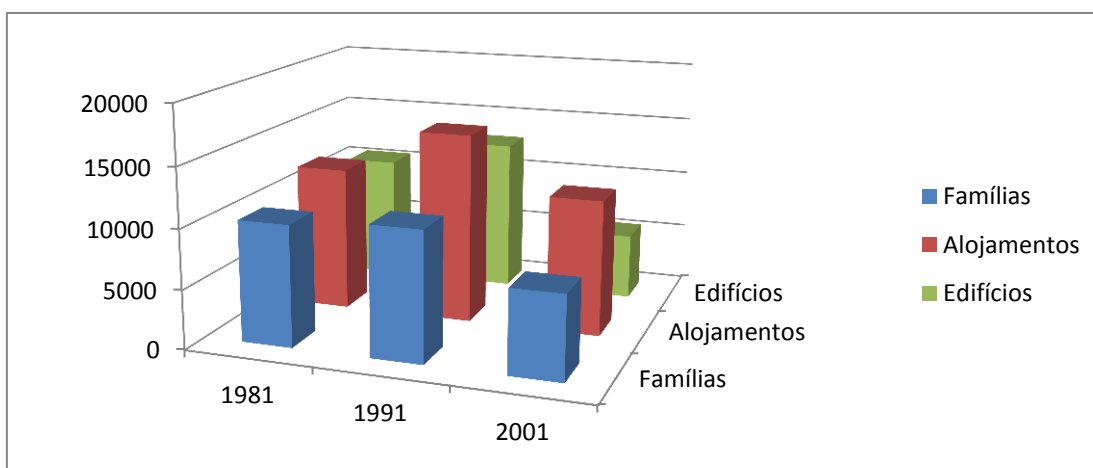


Gráfico 3 – Famílias, alojamento e edifícios Bragança

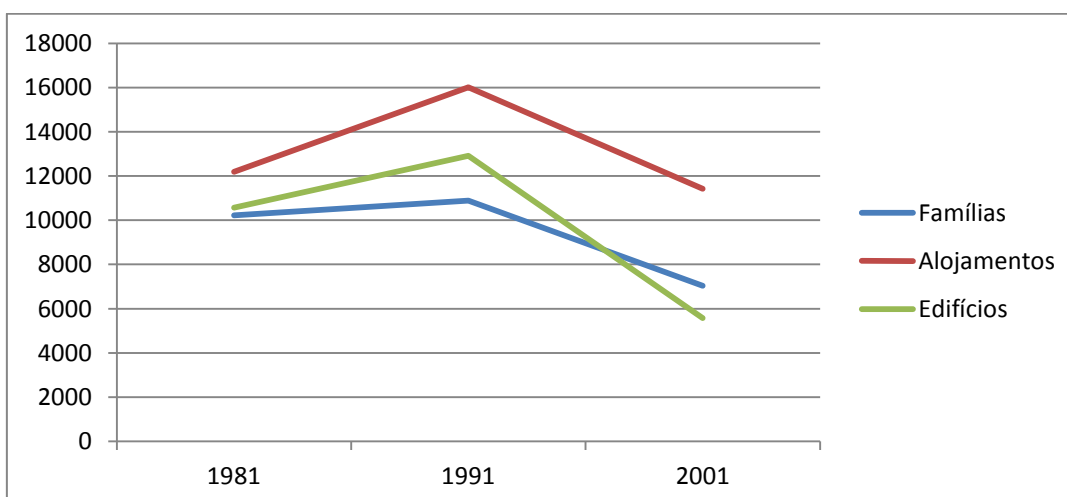


Gráfico 4 – Comparação famílias, alojamento e edifícios Bragança

Analisando por último os valores de famílias, alojamentos e edifícios observamos que entre os anos de 1981 e 1991 todos estes valores registaram crescimentos, mas entre 1991 e 2001 aconteceu o inverso, o número de famílias, alojamentos e edifícios decresceu, e no caso destes últimos, de forma acentuada. De realçar o facto de, entre 1991 e 2001, o número de famílias ultrapassar o número de edifícios, consequência de neste período a cidade verificar um aumento significativo de edifícios multifamiliares em detrimento das habitações unifamiliares.

5.2 - Rio de Onor

Rio de Onor subsiste hoje em dia ainda como aldeia comunitária, sendo que este regime pressupõe uma entreatajuda de todos os habitantes, nomeadamente na repartição dos fornos comunitários, de terrenos agrícolas comunitários trabalhados por todos os habitantes em conjunto, partilha de um rebanho pastoreado nos terrenos comunitários. A área total da freguesia de Rio de Onor, composta ainda pela aldeia anexa de Guadramil é de 45,37 Km², sendo 2001 a densidade populacional de 2,8 Hab/Km²

Rio de Onor partilha com a aldeia alentejana de Marco uma outra característica única: a aldeia é atravessada a meio pela fronteira internacional entre Portugal e Espanha, para efeitos oficiais a parte espanhola distinguida como Rihonor de Castilla, sendo ambas as partes conhecidas pelos seus habitantes como "povo de acima" e "povo de abaixo", não se distinguindo assim de facto como dois povoados diferentes, como erradamente se assume em diversas literaturas.

Na verdade, este povoado singular assume, para além de um regime de governo específico, um dialecto próprio e quase extinto, derivado do Asturo-Leonês, à semelhança da Língua Mirandesa.

Tipicamente trasmontana, a aldeia apresenta casas tradicionais compostas por dois andares: no andar de cima moram as famílias, no andar de baixo ficam o gado, os cereais e outros produtos da terra.

5.2.1 - População residente

População Residente	1981	1991	2001	2011
Homens	65	45	36	33
Mulheres	67	45	44	43
Total	132	90	80	76

Quadro 4 – População Residente Rio de Onor
(Fonte: INE)

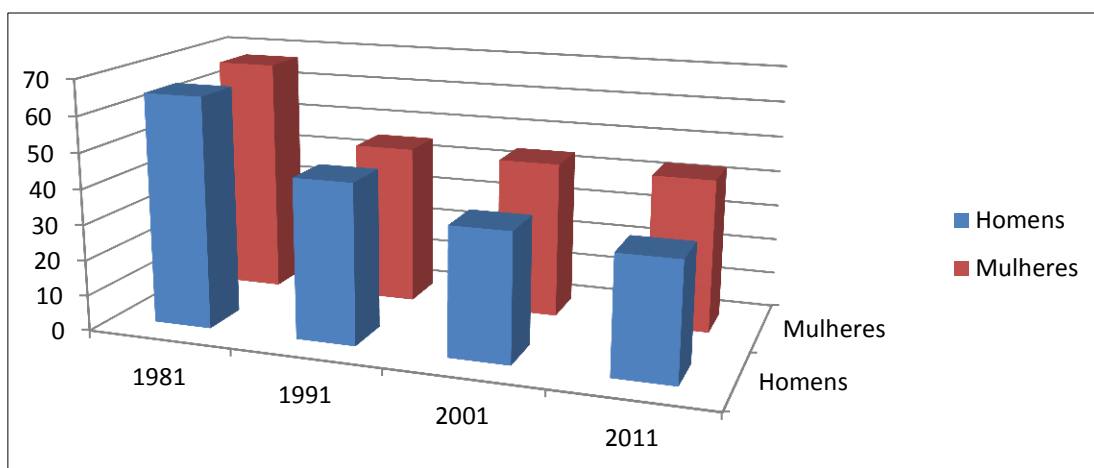


Gráfico 5 – População Residente Rio de Onor

Através deste quadro e do gráfico anteriormente apresentados podemos verificar o decréscimo da população ao longo dos últimos anos. A população total encontra-se em constante decréscimo sendo possível verificar que nos últimos anos esse declínio é mais acentuado na população masculina.

5.2.2 - Famílias, alojamentos e edifícios

	Famílias	Alojamentos	Edifícios
1981	43	59	59
1991	37	38	38
2001	36	65	65

Quadro 5 – Famílias, alojamentos e edifícios Rio de Onor

(Fonte: INE)

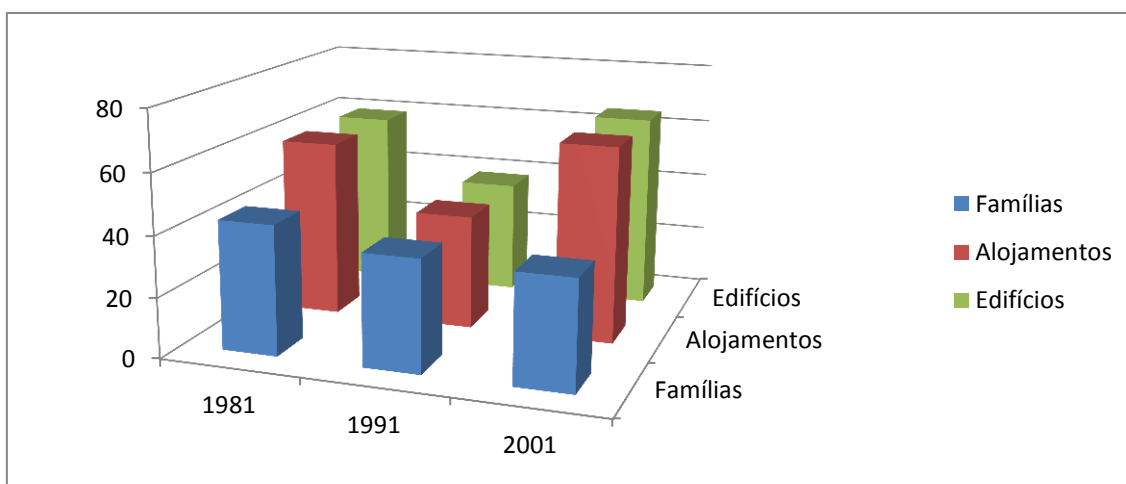


Gráfico 6 – Famílias, alojamentos e edifícios Rio de Onor

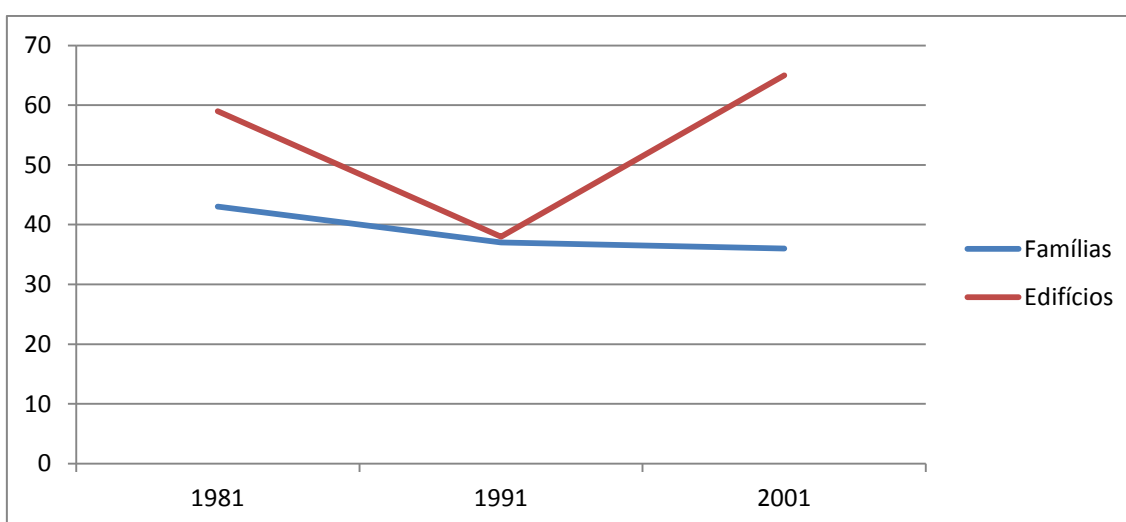


Gráfico 7 – Comparação Famílias e edifícios Rio de Onor

Através do quadro e gráficos verificamos que o número de famílias, tal como foi visto na população, se encontra em decréscimo, embora neste caso se note de forma menos acentuada. Quanto ao número de edifícios, encontrando-se sempre acima do número de famílias, verifica dois estados de 1981 a 1991 o número de edifícios tem uma quebra bastante acentuada, verificando-se o oposto entre 1991 e 2001 onde o número de edifícios quase duplica.

5.2.3 - Raízes históricas

Não é possível encontrar qualquer documento referente a Rio de Onor que seja anterior à delimitação das fronteiras nacionais, em que os documentos mais antigos, conhecidos desta aldeia se referem as Inquirições de D. Afonso III. No século XIII Rio de Onor (aldeia portuguesa), era apenas um bairro da Aldeia de Rio de Onor (na sua totalidade formada pelas duas aldeias, portuguesa e espanhola), este termo de bairro ou barrio é muito frequente ainda hoje em dia em Trás-os-Montes para classificar um dos aglomerados em que as populações rurais se dividem. O bairro português de Rio de Onor era habitado por pessoas espanholas da aldeia de Rio de Onor de Leão, que não respeitavam as leis do Rei, nem lhe prestavam obediência. Segundo as inquirições de D. Afonso III podemos ver também que nessa época o bairro português de Rio de Onor era dividido em duas partes, uma das quais pertencente aos monges da Ordem de Uclés (segundo Leite de Vasconcelos), e outra pertencente a dois irmãos deixada por herança paterna. Alguns séculos volvidos, segundo uma escritura do Abade de Baçal os habitantes de Rio de Onor tornaram-se reguengueiros da Casa de Bragança, em 6 de Dezembro de 1784, a rainha D. Maria emitiu um documento em que dava esta confirmação aos habitantes da aldeia de Rio de Onor. Embora não exista qualquer tipo de documento anterior às Inquirições que o comprove, tudo indica que Rio de Onor seja muito a divisão entre Portugal e Espanha. A ligação e união entre as duas aldeias aponta nesse sentido, pois seria impensável erguer duas povoações, cada uma em lados diferentes da fronteira unidas entre si ainda hoje pela língua e costumes. O vale onde se encontram as aldeias é uma espécie de paraíso fértil, rodeado de montanhas rochosas e nada propicias a actividade agrícola.

5.2.4 - Construções

A casa tipo da aldeia de Rio de Onor é focada na satisfação das necessidades do tipo de vida ago-pastoril que os habitantes levam na aldeia. É uma casa com dois pisos, tipicamente encontrada no norte do país, em que o piso térreo serve para guardar o gado, de adega e celeiro. O primeiro piso serve de habitação, geralmente com um ou dois quartos no máximo, cozinha e apenas em alguns casos dispõem de uma sala. O facto de a casa ter esta tipologia base tem a ver com o facto de as pessoas reunirem todos os seus bens no mesmo local evitando assim deslocações para tratarem da alimentação dos seus animais, galinhas, porco, vacas, e, ao mesmo tempo, uma vez que as casas possuíam uma divisão entre pisos apenas em madeira, os animais que se encontravam no piso térreo serviam como “aquecimento” nos invernos rigorosos do nordeste transmontano. Desta forma exerciam também plena vigilância sobre os seus principais bens, como animais, utensílios agrícolas, cereais e toda a base da sua alimentação. Este tipo de disposição nas habitações peca bastante em termos higiénicos, uma vez que a separação física entre animais e pessoas não é a mais apropriada.

Quanto aos materiais de construção destas habitações, são os típicos da região, ou seja, o xisto, a lousa e a madeira de castanho. A casa é usualmente rectangular e o telhado a duas águas, sendo os materiais utilizados nas paredes a pedra, na divisão entre pisos a madeira de carvalho, bem como nas portas e janelas e também na estrutura do telhado e por vezes nas varandas a cobertura dos telhados é feita por placas de xisto. Quanto à disposição destas habitações na malha rural, elas encontram-se na sua maioria em banda, formando assim por vezes um certo ritmo e um padrão com as varandas praticamente juntas. A entrada para a habitação faz-se por meio de uma escada em pedra exterior, por vezes comum a duas habitações, dando acesso a uma varanda em madeira coberta por cima pelo telhado e por vezes recolhida lateralmente por tábuas de madeira. Esta varanda corre paralela a fachada principal da casa e dá acesso a porta de entrada. A principal divisão da casa é a cozinha aí que se reúne a família para fazer as refeições e é também aí que passa os serões, principalmente os longos serões de inverno em volta da lareira. Geralmente é no centro da cozinha que fica “um lar” de pedra, local onde se faz a fogueira, com cerca de 20 a 30 centímetros de espessura por cima do soalho de castanho. À volta deste lar encontram-se os bancos onde a família se reúne, denominados de escano e escaneta.



Imagem 10 – Habitação Rio de Onor, por Bruno Alves

5.2.4.1 - Fornos

Na maioria das aldeias transmontanas, cada morador possui o seu próprio forno, utilizado principalmente para cozer o pão do dia-a-dia mas também por vezes para preparar assados e na época da páscoa para preparar o famoso folar. Hoje em dia esta tradição não é só das aldeias e muitas das pessoas que moram na cidade tem também o seu próprio forno. Ao contrário, em Rio de Onor não existem fornos individuais, mas sim os fornos comunitários utilizados por toda a população, marcando com alguma antecedência o dia que necessitam do espaço. A arquitectura deste tipo de instalações não difere daquela que se verifica nos outros edifícios, apenas por vezes este varia somente na altura, sendo edifícios de um só piso. O forno propriamente dito é fabricado com tijolos de barro e coberto por uma camada espessa de barro. Os utensílios necessários são uma masseira de madeira utilizada para amassar a massa, uma pá comprida para retirar o pão do forno depois de cozido, um rodo (utensílio em madeira com forma triangular e com cabo comprido também em madeira) para puxar as brasas do forno antes de meter a massa no seu interior, umas raspadeira em ferro para retirar os restos de massa da masseira, uma mesa onde se coloca o pão depois de retirado do forno e uma vassoura também ela com um cabo comprido em madeira e na ponta com urzes ou palha. Hoje existem quatro fornos mas apenas um é utilizado.

5.2.4.2 - Lagar

Ao contrário do que se verifica nas outras aldeias do concelho de Bragança onde praticamente cada pessoa possui o seu próprio lagar e é lá que executa todo o processo de fermentação do vinho, em Rio de Onor não se verifica o mesmo. As pessoas possuem as suas próprias tinas (espécie de pipas mas em tamanho muito maior e apenas com uma só base circular) onde pisam o vinho seguidamente retiram o vinho das tinas para os pipos e o bagaço proveniente dos restos das uvas é levado para o lagar comunitário onde através de um mecanismo é prensado e daí é retirado o último resto de vinho ainda retido nesse bagaço. O edifício do lagar era aproveitado por alguns utilizadores para fazerem o processo de destilação da aguardente. Relativamente a arquitectura do edifício mais uma vez era a mesma que a de todos os outros, como paredes em pedra, uma porta e janela em madeira e o telhado a duas águas coberto com placas de xisto. Também este era unicamente de um só piso embora tivesse um desnível de cerca de um metro da zona de entrada para uma espécie de plataforma em pedra onde se prensava o bagaço. A limpeza e manutenção do edifício é da responsabilidade do concelho da aldeia.

5.2.4.3 - Moinho

Tanto em Rio de Onor como nas restantes populações do concelho, existia no mínimo dois moinhos a água, e estes eram propriedade de toda a população, que dispunham deles de forma organizada quando necessário. Rio de Onor possui dois moinhos tal como Rionor de Espanha. Ambos tem sido alvo de obras de recuperação e ainda hoje alguns moradores se servem deles. Também aqui a preservação dos edifícios fica a cargo do concelho da aldeia. O tipo de arquitectura é igual a todos os outros edifícios. No piso de entrada, onde se mói, existe uma espécie de pirâmide em madeira (tramóia) onde se deita o cereal que cai para um outro recipiente de madeira (caneleia) e daí para um buraco situado no centro de uma mó em granito. Em volta dessa mó existe uma espécie de arco (cambas ou cambões), com uma abertura, que impedem a farinha de se espalhar em volta da mó direccionando-a através dessa abertura para outro recipiente de madeira (farneiro) coberto com um tecido de linho (colador). No piso inferior, situado junto ao rio, existe uma espécie de roda (rodêsme) onde cai a água proveniente da corrente do rio, que é ligada a uma outra mó, adjacente àquela que se encontra por cima no piso superior, através de uma espécie de eixo vertical em madeira (água). Estes elementos situados no piso inferior são os responsáveis pelo movimento giratório do moinho. A água que fornece a energia necessária a este movimento, é como já foi referido, proveniente do rio, de onde é desviada através de um rego (augueira) e depois de passar numa espécie de canal de madeira (caneleia) cai no rodêsme e assim girava o moinho.



Imagem 11 – Moinho Rio de Onor, por Bruno Alves

5.2.4.4 - Forja

Mais uma vez e tal como nas casas de habitação, nos fornos ou no lagar, a forja padece do mesmo tipo de arquitectura, apenas só com um piso, paredes em pedra com um porta e uma janela e telhado de estrutura em madeira que suportava as placas de xisto. O seu interior era composto por um enorme fole, uma bigorna e uma fornalha, onde se trabalhava o ferro utilizado em alfaías agrícolas, na ferragem das rodas de carros de bois e do gado asinino. Neste tipo de edifício, tal como nos moinhos, Rio de Onor não se distingue das outras aldeias transmontanas, pois tal como em todas as outras, a forja é propriedade de todos os moradores, e todos sem excepção se podem servir da mesma, tipo de organização que se estende as aldeias vizinhas em Espanha. O nome dado a estes edifícios era fragoa, e tal como agora eram propriedade de toda a população. Hoje em dia encontram-se, em todas as aldeias, abandonadas tal como em Rio de Onor. Tal como no lagar e nos moinhos, a manutenção da forja ficava a cargo do conselho da aldeia, embora tanto em Rio de Onor como nas outras populações existia um ferreiro que de certa forma era responsável pelo zelo do espaço.

5.2.4.5 - Igreja

Não existem documentos que comprovem, mas tudo indica que a igreja principal da aldeia seja datada do século XVIII, composta por uma só nave, em que um arco divide o corpo central onde se situa o lugar do povo, do altar principal, onde se coloca o sacerdote na realização das eucaristias. Na fachada principal existe a entrada que se destina aos fiéis, com uma porta em arco de tipo românico. Por cima dessa porta encontra-se uma espécie de torre (campanário) que comporta 2 sinos e um grande relógio. À direita situa-se o cemitério e do lado esquerdo existe uma pequena sacristia. Os materiais utilizados no exterior são os mesmos do resto das construções, as paredes da igreja e muros do cemitério dão em pedra e o telhado é coberto por xisto.

5.2.5 - Estrutura Social

A base do povo rionorês, é tal como em todas as aldeias típicas transmontanas, a família, sendo que esta tem como pilar estrutural e simbólico a casa. É a casa que é preciso manter de geração em geração e é ela que tem a marca do trabalho, do esforço, da união e do próprio nome da família. Cada casa mantém o seu nome intacto ao longo dos tempos, mesmo quando um homem extrínseco à população constituiu família com uma mulher de Rio de Onor, é o homem que recebe o nome da casa e da família da mulher e é assim que é conhecido

entre a população. As famílias típicas, pessoas habitantes da mesma casa, são o casal e os filhos sendo que por vezes a estes se pode juntar em certos casos os pais de um dos membros do casal ou em outras situações, irmãos de um dos cônjuges. Outra das hipóteses embora esta seja aquela que detêm menos percentagem é a que os filhos se mantêm em casa dos pais e nunca chegam a constituir família própria, depois da morte dos seus progenitores, ficando os irmãos até que também eles vão partindo e assim pondo fim a uma família, ou por vezes quando restavam apenas dois ou três irmãos, estes combinavam entre si e um deles casava para dar continuidade da casa. Este é o verdadeiro sentido dado à família na população, aquele que se encerra entre as quatro paredes da casa, embora toda a população seja praticamente da mesma estirpe, uns mais afastados outros menos, quase todos são primos, tios ou têm outra ligação parental. Sendo assim, Rio de Onor conseguiu durante o tempo manter números constantes entre trinta a quarenta fogos. Em cada casa existe um membro da família que é representante no conselho, que é escolhido pelas suas qualidades e sem olhar a hierarquias dentro da casa.



Imagem 12 – População no Campo, Fonte: Rio de Onor
Comunitarismo Agro-Pastoril

5.2.5.1 - O conselho

Como já referido várias vezes, a população rionoresa assenta numa estrutura comunitária, estrutura esta que tem no conselho (al conseio, como é conhecido na aldeia) a fonte para organização de todos os elementos pertencentes aos habitantes. Até princípios do século XX, o conselho era uma estrutura social que permitia a população enfrentar e combater os problemas gerados pelas suas únicas fontes de subsistência, a agricultura e a pastorícia. Face a estas dificuldades e entregues a si próprios, o povo rionorês viu-se forçado a criar uma organização que permitisse tirar o melhor partido possível dos meios que dispunha para

sobreviver, desta forma teve que criar regras e leis abrangentes a todos sem excepção onde direitos e deveres seriam respeitados de forma escrupulosa. O conselho regravava todo quotidiano da população como também resolvia de forma legal quais queres problemas aplicando penas com maior ou menor grau de intensidade. Existiam dois tipos de propriedade dentro deste sistema, a privada que pertencia a cada casa e a colectiva que se dividia em três vertentes e pertencia aos membros do conselho. A propriedade colectiva dividia-se em prados de erva ou lameiros (coutos), terras de pastagem (monte) e terras de cultivo (roçadas). Os coutos era aqueles que de certa forma forneciam maior riqueza, pois serviam de sustendo para o gado, e mesmo sendo os que existiam em maior numero, estendendo-se por vários quilómetros ao logo do rio, eles tinham de ser aproveitados de forma regrada, para que cada casa tivesse igual acesso aos mesmos. Desta forma o conselho teve que impor um número máximo de cabeças de gado para cada casa, e através desta condição passou também a fazer-se uma selecção daqueles que pertenciam ou não ao conselho, apenas seria membro do mesmo, todo aquele que possui gado nas pastagens comunitárias, gado esse imprescindível na lavoura e para obtenção de estrumes fertilizantes dos terrenos. Assim esta estrutura funcionava de forma mais estável e ordenada, onde existiam mais justiça e equilíbrio sociais. Até cerca de 1914, inicio da segunda guerra mundial, todo este sistema funcionava bem, mas a partir daí, devido a influências exteriores, quer da guerra quer da evolução dos processos utilizados na agricultura o número de fogos da aldeia subiu em cerca de quarenta por cento dos valores normais. Esta foi uma das primeiras machadadas na organização comunitária da aldeia, pois com mais fogos e mais pessoas, menor era a hipótese de ordem e entendimento entre todas elas. Uma das excepções nos membros do conselho é que apenas e só homens podem fazer parte do mesmo, as mulheres não tinham esse direito mesmo nas situações de serem viúvas ou de os maridos estarem ausentes e não existirem mais homens em casa.

5.2.5.2 - Os mordomos

São duas pessoas da população que ficariam encarregues em administrar e carregar os propósitos e interesses do povo. Estes dois mordomos eram eleitos anualmente pelos membros do conselho do qual também faziam parte, tomando posse no dia 1 de Janeiro de cada ano. Este processo de eleição era realização através de um ritual em que os mordomos que cessavam funções tocavam o sino da aldeia e a população reunia-se para então dar inicio a votação e conseqüente eleição dos seus sucessores. Nesta votação existia a particularidade das pessoas terem duas espécies de varas em madeira onde em cada delas se encontrava o nome dos candidatos, eram duas pelo facto de em cada uma se encontrarem pessoas da uma e outra margem do rio. Um mordomo tinha de pertencer a margem direita e obrigatoriamente o outro tinha de pertencer a margem esquerda. Hoje em dia e pelo facto de esta votação privilegiar mais uns que outros, os mordomos são nomeados de forma rotativa, de maneira a que em cada ano haja mordomos diferentes e todos hipótese de assumir o cargo. Os

nomeados têm obrigatoriamente de assumir as funções que lhe são destinadas durante o ano, não podendo renunciar ao cargo.

5.2.5.3 - As talas

Como já foi referido os mordomos eram os orientadores da aldeia durante um período de um ano, sendo que nesse espaço de tempo eles tinham que organizar toda a vida da comunidade. Os meios de registo dessa época eram bastante rudimentares, as talas eram uma espécie de vara em madeira onde, com uma navalha, os mordomos gravavam nelas todos os assuntos importantes da população. As suas dimensões de comprimento variavam entre um metro a um metro e meio consoante a sua função. Cada tala era destinada à anotação de um determinado fim: eleições, coimas, rebanho, feno e terrenos comunitários eram alguns desses exemplos. Sendo que em cada uma delas era dividida em secções, cada secção pertencia a um dos fogos da aldeia, e a sua disposição vertical era em função da organização espacial das casas no terreno. Uma vez que os mordomos têm uma actividade de apenas um ano, vão fazendo apresentações periódicas à comunidade, durante esse ano, das talas que elaboram. Estas são trocadas todos os anos quando entram novos mordomos, as antigas apenas passam para os representantes recentemente eleitos em casos extraordinários como por exemplo na falta de liquidação de coimas e nestes casos os novos mordomos procuram resolver estes assuntos logo na primeira reunião que administram. Geralmente essas multas são pagas em vinho, em que os devedores têm de levar vinho para as reuniões de conselho para todos os membros beberem.

5.2.5.4 - Homens de rodra

A maioria dos trabalhos comunitários desempenhados dentro da localidade era realizada por todos os membros pertencentes, para certos casos específicos eram designados pelos mordomos homens para desempenhar algumas tarefas. Em casos como a deslocação a Bragança para o pagamento de contribuições ou para aquisição de bens para a comunidade como cimentos, fertilizantes ou outros tipos de matérias eram os chamados homens de rodra que desempenhavam esses serviços por ordem dos seus superiores. Desempenhavam ainda tarefas no campo como a vigilância da água nos lameiros comunitários. Por vezes em casos mais complicados eram designados homens com maior cultura e esperteza, pois alguns dos homens de rodra não se exprimiam da melhor forma em Bragança, devido ao dialecto que expressavam e por vezes eram enganados por algumas pessoas que se aproveitavam das suas fragilidades.

5.2.5.5 - Justiça

Sendo a sociedade rionoresa tão organizada entre si, no que a justiça diz respeito não foge à regra e as leis são ditadas e executadas pelas próprias pessoas do conselho juntamente com os dois mordomos. Todas as ocorrências verificadas na aldeia, quer seja por furtos, questões ligadas com prejuízos provocados pelos rebanhos em hortas particulares ou outros tipos de questões, são debatidas no conselho e as punições são efectuadas e estabelecidas pelos dois mordomos, sem que seja necessário desta forma recorrer a justiça em Bragança. Para cada tipo de delito existe uma multa fixada previamente pelos dois mordomos a quando da sua tomada de posse, apenas em casos excepcionais os mordomos reúnem os membros do conselho para decidir as multas. Na maioria das vezes, uma vez que os delitos eram de pequena relevância, as coimas eram pagas em cântaros de vinho. Em casos excepcionais de infracções mais graves estabelecia-se uma multa em dinheiro, sem esse valor gasto numa festa na aldeia onde todos eram convidados, até mesmo o infractor. Nos casos das multas por furtos os valores variavam consoante os bens roubados, mas em 1950 o valor base fixado era de 500 escudos. O conselho possuía ainda uma espécie de guarda que praticamente todos os dias patrulhava a aldeia, verificando assim se existia algum tipo de danos causados por animais ou pessoas nas propriedades privadas. Este guarda transportava em mãos uma espécie de vara, sinal de autoridade.

5.2.5.6 - Seguro mútuo

Outro grande sinal de entreajuda na comunidade é o seguro mútuo, é uma espécie de pacto entre os membros do conselho que prevê a ajuda de todos eles quando algum tipo de tragédia se abate sobre um dos membros. Este tipo de casos pode acontecer na simples perda de um animal até a perda de todos os bens possuídos por uma família. Exemplo de um caso foi um incêndio na casa de uma família que depois das colheitas já realizadas deixou as pessoas da casa sem-abrigo nem comida. Neste caso o conselho reuniu e todos os seus membros ajudaram os lesados consoante as posses com batatas, cereal, roupas, madeiras e ajuda na mão-de-obra para reconstrução da habitação.

5.2.6 - Economia

Em Rio de Onor a agricultura e a criação de gado são a base da economia de subsistência do povo, sendo que estas duas actividades dão na maioria dos casos aos trabalhadores meios apenas para sobreviverem e nada mais que isso. A caça e a pesca são duas actividades que apenas uma pequena parte dos moradores se dedica com maior frequência e mesmo assim necessita de ter outras actividades para sobreviver. Algumas das famílias mais abastadas, sendo estas a menor fatia da população, conseguem vender alguns dos bens que produzem nas feiras realizadas em Bragança, o cereal e algumas cabeças de gado são exemplos dessas

vendas. Antigamente o gado era vendido a compradores que vinham da cidade espanhola de Zamora, pois pagavam muito melhor que na venda a compradores portugueses, embora já há muitos anos que isso deixou de ser permitido pelas autoridades. O capital obtido através destas vendas era empregue pelos rionoreses na compra de outros bens de primeira necessidade como cimento, ferro, fertilizantes e pesticidas, tecidos para o vestuário e apetrechos domésticos. Existiam ainda algumas pessoas mais desfavorecidas em Rio de Onor que pelo facto de não possuírem meios para a agricultura ou a pastorícia se dedicava a venda de carvão vegetal na cidade, embora este tipo de comércio não fosse suficiente para sobreviverem.

5.2.6.1 - Pastorícia

A actividade agrícola e pastoril em Rio de Onor é algo que não vive uma sem a outra. Os animais eram utilizados nos trabalhos agrícolas e eles próprios não sobrevivem sem agricultura. Embora estas duas actividades sejam as principais da população, é a pastorícia que atribui características únicas ao povo rionorês, diferenciado das outras aldeias lusitanas. A variedade de lameiros comunitários, com vasta extensão, permite a criação de diversos tipos de gado como ovelhas, cabras e vacas. Os grandes coutos são aqueles que permitem não só alimentar a boiada durante todo o ano, no pastoreio, mas também recolher deles o feno que alimenta os animais durante o inverno.

5.2.6.2 - Os coutos

Mesmo sendo propriedade privada, pois as contribuições ao estado são pagas pelos proprietários, os coutos funcionam também eles de forma comunitária. É o conselho, por ordem dos mordomos que decide e trata do pasto e do feno. O feno proveniente destes lameiros é dividido por todos os membros do conselho e no ano seguinte é para o proprietário do lameiro, funcionando assim sucessivamente para que existe equilíbrio na alimentação do gado de cada aldeão. Estes coutos são extremamente importantes pela sua localização geográfica e tamanho, estendem-se ao longo do rio com vários quilómetros de comprimento e isso permite que tenham água durante todo o ano, mantendo assim os pastos sempre verdejantes e propícios a alimentação dos gados. A rega e a própria ceifa dos coutos eram decididas e feitas pelo conselho. O dia da ceifa era um dia de alegria para a população rionoresa, o convívio estendia-se desde o trabalho ate a refeição que era feita à sombra das árvores nos próprios lameiros. As mulheres transportavam a merenda na cabeça e era costume levar uma pipa de vinho nos carros de bois. A ceifa era feita de forma totalmente manual, a erva era cortada com gadanhas ficando depois a secar dois a três dias no lameiro. Quando seca era transportada em carros de bois.

5.2.6.3 - A boiada

Como já foi referido, a criação de gado era uma das fontes de subsistência da população rionoresa. A boiada era formada por um conjunto de vacas com as respectivas crias e um boi, geralmente nunca atingindo a centena de animais. Este rebanho é também propriedade colectiva. Todas elas vão pastorear em conjunto durante o dia para os coutos e apenas à noite quando regressam a casa, dormem nas lojas dos donos que se encarregam da alimentação na loja. O pastoreio é feito à vez, cada dia fica destinado a um dos moradores que se encarrega de levar a boiada até aos coutos e de exercer vigilância sobre ela durante as horas de pasto. Tal como em outras tarefas, esta desempenha-se de forma rotativa e ordenada. A época de pasto inicia dia doze de Maio e termina no fim do verão. O touro, ao contrário das vacas que são propriedade privada, pertence ao conselho e é seleccionado cuidadosamente, pois é ele que se destina a fazer a procriação. Sendo propriedade do conselho, este animal vai sendo acolhido cada ano por um dos membros da aldeia que se disponibiliza a tratar do animal durante esse ano em troca de algumas regalias junto do conselho. Quem fizer o trabalho por menos regalias fica com o animal.

5.2.6.4 - O rebanho

O rebanho era dividido em dois rebanhos comuns, a cabrada era o nome que se dava ao conjunto de cabras e al ganau era o rebanho de ovelhas. Os rebanhos pertenciam a todos os membros do conselho e cada um tinha despensas no mesmo conforme o número de cabeças do rebanho. O conselho designava-se a escolher um pastor para cada um dos dois rebanhos, e ao contrário daquilo que acontece na boiada, os pastores na maioria dos casos eram provenientes de aldeias vizinhas e dedicavam a sua vida por completo a esta função. Todos os dias sem excepção saíam de manhã com o rebanho para os campos e só regressavam a casa à noite. O pastor era acolhido em casa dos membros do conselho à vez, conforme o número de cabeças que cada morador possuía no rebanho. Por cada duas cabeças de gado, correspondia um dia de acolhimento ao pastor em suas casas, que para além da dormida previa a alimentação diária do campino. Para além de dormida e alimentação recebiam um salário base anual que em 1950 rondava os dois mil escudos. Nesta altura os rebanhos eram bastante numerosos, as ovelhas podiam atingir cerca de seiscentas cabeças, e as cabras podiam chegar a trezentas. Juntamente com os rebanhos, partiam para o campo os cães de gado, animais imponentes que ajudavam na vigilância do rebanho principalmente no ataque aos lobos. De forma a prevenir confusões, os animais são todos marcados nas orelhas, com uma marca própria de cada casa. Assim quando o rebanho chega a noite do pasto, os animais recolhem às cortes dos seus donos.

5.2.7 - Agricultura

Hoje em dia a agricultura quer na comunidade rionoresa como nas restantes populações trasmontanas é uma agricultura apenas para consumo doméstico em pequenas quantidades. As principais culturas produzidas são a batata, os vegetais e produtos hortícolas existindo também uma forte aposta na castanha. Alguns anos atrás as produções que tinham maior abundância era o cereal principalmente o centeio, que era a base da alimentação rionoresa e de toda a região. Eram cultivados grandes terrenos de centeio que depois era aproveitado para moer e fazer pão, e a palha era para os animais. O trigo tinha menor percentagem na base da agricultura, hoje em dia verifica-se o contrário, deixou de se utilizar a farinha de centeio que conferia ao pão uma cor castanha escura e passou a utilizar-se a farinha de trigo que torna o pão mais claro. O centeio passou a ser produzido agora praticamente para alimentação dos animais domésticos. Em rio de Onor as plantações de batatas e hortaliças, produtos de regadio, eram praticamente todas cultivadas em terrenos privados e por isso cada morador obtêm assim os seus produtos. O trigo e centeio, produtos de secadal, eram cultivados em terrenos comunitários e neste caso eram os mordomos que decidiam quando fazer as plantações e ceifas, bem como todos os outros procedimentos.

5.2.7.1 - O centeio

Como já foi referido, outrora o centeio era a principal produção das populações transmontanas, sendo utilizado como base da alimentação das pessoas. Sendo assim, a população quer de Rio de Onor quer das outras aldeias optava por um sistema de rotatividade nos terrenos onde se realizava as plantações. Os terrenos de cultivo de cereal da aldeia eram divididos em duas partes as quais se dava o nome de faceiras, num ano cultivava-se de um dos lados da margem do rio e no ano a seguir do outro lado da margem. Pretendia-se com isto dar rotatividade aos terrenos para que eles não produzissem todos os anos o mesmo tipo de cultura, ficando alguns deles um ano sem nenhuma plantação o que permitia terrenos mais ricos e melhores colheitas. Antigamente os terrenos eram fertilizados com estrumes animais, hoje em dia a produção pode ser aumentada com maior facilidade através de fertilizantes químicos embora como se sabe a qualidade não seja a mesma. A preparação dos terrenos para cultivo de centeio carece de vários passos, o primeiro é a lavoura do terreno, a qual é feita geralmente nos meses de Fevereiro ou Março. A esta primeira lavoura dá-se o nome de decrua. É ainda feita uma segunda lavoura no mês de Julho, que precede a fertilização dos terrenos nos meses de Agosto e Setembro. Antigamente esta fertilização era feita através de estrumes retirados dos animais, hoje em dia é com fertilizantes químicos. Por volta da segunda quinzena de Setembro dá-se início as sementeiras, onde tal como em todas as outras tarefas as pessoas juntam-se em grupos de maior ou menor dimensão e parte para o campo. As sementes passam o inverno na terra e apenas nos meses de Julho e Agosto se recolhe o cereal.

5.2.7.2 - O trigo

Em tempos mais antigos, poucos eram aqueles que produziam trigo e aqueles que o faziam destinavam-no para venda e não para consumo próprio. Sendo este um tipo de cultura pouco usual entre o povo rionorês, o seu cultivo não estava sobre qualquer restrição do conselho. Hoje em dia, apesar de a produção de cereal ser em menores quantidades que outrora, o trigo ganhou mais importância que o centeio e é produzido em maiores quantidades, quer para venda quer para consumo próprio entre toda a população. No que diz respeito à forma de cultivo ela é em tudo semelhante aquela que se utiliza na produção de centeio.

5.2.7.3 - A ceifa

Designada entre a população rionoresa como a segada, a ceifa é de entre todas a actividade agrícola a que mais alegria transmitia ao povo. Hoje em dia estes processos não são o que eram antigamente, nem as razões dessa alegria que despertava entre a população. Outrora esta era a época mais alegre pois finalmente as pessoas recolhiam o fruto do seu trabalho e existiria novamente pão com abundância nas casas da população. “Não comer pão é passar fome; ter pão é ter fartura”. O valor da palavra pão para a população de Rio de Onor como para todas as populações rurais transmontanas era muito diferente daquilo que nos temos nos dias de hoje, o pão era o sustento e principal alimento das pessoas, por isso que ainda hoje em dia as pessoas mais idosas dos nossos meios rurais dão valor ao pão que não existe junto da população jovem. Os métodos usados outrora na segada eram muito mais rudimentares que aqueles que hoje são utilizados. O dia de trabalho começava ainda de madrugada com os segadores a partirem para o campo com as foices, pois todo o trabalho de ceifa era realizado manualmente, sem ajuda de qualquer máquina, apenas com alfaias rudimentares que mais à frente serão apresentadas.

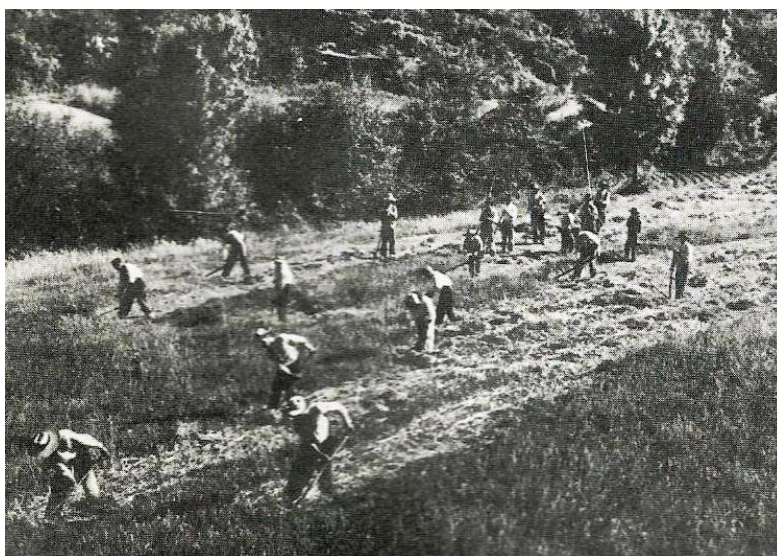


Imagem 13 – A ceifa, Fonte: Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril

Os segadores vão segando o cereal e dispendo em molhos pelos terrenos, atrás deles vem outros com a função de atar os molhos, ficando dispostos no chão ate serem posteriormente transportados para casa. A jornada de trabalho levava a um grande desgaste nos homens e a alimentação durante esses dias tinha que ser reforçada de forma a ganhar energias. Antes de partir para o campo os homens comiam pão e bebiam aguardente e vinho; por volta das dez da manhã as mulheres levavam o almoço em cestas transportadas na cabeça, refeição composta por carne de porco cozida e derivados como o fumeiro, por vezes carne de ovelha estufada e também ovos fritos (tortilha), sem esquecer o vinho. Esta refeição era tomada mesmo no local de trabalho de forma a perder o menos tempo possível. Por volta da uma hora da tarde era servido um novo almoço ao qual se dava o nome de jantar. Esta refeição era composta praticamente pelos mesmos componentes da primeira, embora a esta hora os segadores deixassem os terrenos e procurassem lugares com sombra e agua para se protegerem do calor abrasador do verão e aproveitando para descansar um pouco. Ao fim da tarde os homens ainda tomam mais uma refeição, a que se dava o nome de merenda fria, a qual era composta pelos restos do jantar. No final desta refeição os homens voltavam ao trabalho pois a segada durava ate ao começo da noite. Esta hora depois da merenda era boa para o trabalho, pois o sol já começava a dar tréguas aos segadores. Ao inicio da noite regressavam às suas casas para descansar da jornada e recuperar forças para o novo dia. Estas jornadas da segada tinham início por volta do final de Junho, entre o S. João e o S. Pedro.

5.2.7.4 - As eiras

Pequenos terrenos comunitários, as eiras são o local onde, após toda a população ter findado as ceifas, recolhe o cereal. É marcado um dia pelos mordomos, chamado o dia do acarreo, em que a população vai às terras já ceifadas e recolhe os molhos de cereal que serão transportados para estas eiras comunitárias que são divididas em fracções iguais por entre os rionoreses. Depois de transportado até às eiras, o centeio era disposto em grandes montes chamados de medas, e ai ficava amontoado até ao dia da malha.

5.2.7.5 - A malha

As malhas são um dos processos da recolha de cereal que nos nossos dias deixou de existir. Hoje as máquinas ceifam e separam automaticamente a palha do cereal, mas antigamente a ceifa e a separação do cereal e da palha eram ambas feitas manualmente. Sendo assim, tal como muitos outros processos que os mais antigos recordam com tanta nostalgia, deixaram de fazer parte dos hábitos da população. Antigamente como já foi referido o cereal era ceifado e depois transportado ate as eiras onde era empilhado e permanecia até as malhas. No dia em que se dava inicio a este último processo, previamente marcado pelo conselho tal como todos os outros, começava-se por uma das pontas das eiras a fazer a malha e a ordem era seguida

pelo posicionamento no terreno. Em tempos mais remotos, a malha era feita com uns barrotes de madeira aos quais davam o nome de malhos e era com essa ferramenta e com a força de braços que se malhava o cereal. Estes dias eram também eles dias de festa pois entre o trabalho existia sempre a presença de comida e vinho com abundância, o que animava os trabalhadores que entre cânticos iam desempenhando as suas tarefas. Mais recentemente, há cerca de trinta a quarenta anos atrás, a população rionoresa verificou que era mais rentável comprar uma malhadeira mecânica, máquina adquirida pelo conselho de forma a poupar o esforço humano. A verdade é que através desta compra a população viu grande parte do seu esforço ser poupado, mas foi uma das primeiras “machadadas” para o fim de muitos dos dias de festa que a população vivia aquando dos trabalhos que desempenhava, pois com o fim desses trabalhos veio também o fim dos dias de convívio e alegria.

5.2.7.6 - Hortaliças

Uma vez apresentadas as principais culturas de secadal (centeio e trigo), passam a ser apresentadas agora as culturas de regadio, ou seja as culturas hortícolas em que se destaca a batata, o feijão de estaca e baixo, os pimentos, alface, tomate, cebola, couve-galega e penca, alhos, pepino, melão e melancia e as abóboras e beterraba para consumo dos porcos. Estas culturas, são produzidas em terrenos perto das margens do rio e ao mesmo tempo o mais próximo possível das habitações. Aos terrenos onde se produzem as hortaliças dá-se o nome de hortos ou cortinhas, consoante o lugar e o tamanho. As cortinhas são geralmente terrenos comunitários e de maiores dimensões, situados nas margens do rio perto das casas, sendo terrenos comunitários, estão como todos os outros sujeitos às restrições do conselho, quer na sua utilização quer nos prazos em que podem ser cultivados. Os hortos são pequenos terrenos, geralmente no logradouro pertencente, sendo estes pertença dos donos da casa e assim podendo fazer deles aquilo que bem entenderem. Estas culturas ao contrário das de secadal necessitam de mais atenção e trabalho ao longo do seu crescimento, uma das principais lidas necessárias a estas culturas é a rega, esta é feita geralmente a rego com água proveniente de um afluente do rio e que esta sujeita a uma divisão estritamente rígida tal como é frequente nos pertences do conselho. Apenas em anos de seca a água é retirada directamente do rio.

5.2.7.7 - Vinicultura

A vida dura de trabalho das populações rurais, obrigava as pessoas a terem, mesmo que por vezes inconscientemente, uma alimentação baseada em alimentos muito energéticos e como não só apenas os alimentos davam sustento necessário para as jornadas de trabalho a principal bebida de acompanhamento era o vinho, ele que trazia força nos momentos de trabalho e alegria nas horas de festa. Como já foi referido anteriormente era também com

vinho que se pagavam algumas multas ao conselho rionorês. O vinho era entre os homens também um argumento da sua força e bravura pois por vezes existia como que uma competição entre eles para saber qual bebia mais. As quantidades ingeridas eram tão exageradas que hoje em dia causam espanto nos mais novos, pois um homem conseguia beber com facilidade cinco litros de vinho durante uma só refeição. Não só as quantidades de vinho eram um exagero, como a própria força das pessoas era muito maior que hoje em dia, qualquer homem conseguia acarretar cerca de duzentos quilos com relativa facilidade, ficando sem resposta a questão se essa força seria devido à alimentação ou à vida dura desde criança que o povo levava. De volta ao vinho, as vinhas eram outros tipos de cultura abundante no cultivo da população rionoresa, algo que com o tempo também se foi perdendo. Elas situavam-se nos terrenos mais íngremes e onde o xisto prevalecia sobre a terra. As vinhas, ao contrário da maioria das outras culturas, são pertença individual, não estando assim sujeitas as restrições do conselho, embora algumas das fases de cultura estejam sob a sua alçada. As actividades na vinha iniciam no mês de Março com a poda e no mês seguinte faz-se a escava. Em Maio amarram-se as vides e no mês de Junho cava-se, isto é, encosta-se terra a volta do tronco da cepa. Uma vez que as primeiras uvas comecem a ficar maduras, o conselho proíbe todas as pessoas de entrar nas vinhas, inclusivamente os próprios donos e estabelece multas para quem infrinja esta lei pretendendo-se assim que ninguém roube as uvas. A vigilância das vinhas nesta fase em que as uvas começam a ficar maduras até à vindima é feita pelos homens de rodra. Chegado o dia da vindima, marcado pelo conselho e que se situa no fim de Setembro ou início de Outubro, todos os proprietários estão sujeitos a vindimar no mesmo dia. As uvas são apanhadas para cestos e transportadas em carros de bois. Hoje em dia o transporte faz-se em tractores agrícolas.

5.2.8 - Comércio

Nestes pequenos aglomerados rurais transmontanos, poucos eram os pontos de comércio existentes nas próprias comunidades. Em Rio de Onor desde alguns já a vários anos atrás existia uma pequena taberna, onde apenas se comercializava pouco mais que petróleo, vinho e artigos de mercearia de primeira necessidade. Antigamente o petróleo era um dos bens de primeira necessidade, pois antes da chegada da rede eléctrica era à base de sistemas com o petróleo como combustível que se geravam fontes de luz. Estas pequenas tabernas eram não só pontos de comércio como também de convívio entre a população, pois ali se juntavam e quando alguém pedia vinho, nunca pedi apenas para si, mas pagava também para todos os presentes e assim sucessivamente, cada um pagava uma rodada. Hoje existem dois pontos de venda na aldeia, um destes é ainda bastante parecido aquelas que foram estas antigas tabernas, a Cervejaria Preto, onde para além de produtos alimentares também se encontram peças de artesanato local. E existe ainda uma espécie de associação, esta já mais recente e que tem o objectivo de promover o convívio entre a população em geral e os mais idosos em

particular. Voltando a tempos mais remotos, os produtos que não estavam disponíveis na localidade eram adquiridos em Bragança ou em vendedores ambulantes que se deslocavam a aldeia, embora que em tempos a frequência com que isso acontecia era muito menor daquilo que se verifica hoje. O padeiro, vendedores de fruta e mercearia, peixeiros e vendedores de produtos congelados deslocam-se a Rio de Onor diariamente. Outrora eram os vendedores de louça de barro que se deslocavam à aldeia para procurar vender as suas louças, os típicos cântaros de barro onde se transportava água. Os utensílios de ferro e zinco como as candeias, indispensáveis para a iluminação, eram transportados pelos chamados latoeiros provenientes de Vinhais. O ferreiro como já foi referido anteriormente vinha de Guadramil ou da Aveleda, localidades próximas a Rio de Onor, tal como acontecia com o alfaiate que se deslocava de Palácios ou Sacoias embora as roupas fossem na sua maioria costuradas por mulheres da comunidade que adquiriam os tecidos a vendedores ambulantes ou em Bragança. Os carpinteiros, sapateiros ou barbeiros eram pessoas da localidade embora todas elas não vivessem apenas destas profissões e por isso desempenhavam outro tipo de trabalhos para além destes.

5.2.9 - Alfaias agrícolas

Por muitas das aldeias de Trás-os-Montes ainda hoje se encontram muitas peças que outrora eram utilizadas na agricultura. As pessoas mais idosas guardam estes utensílios, que tal como muitos outros objectos são recordações de tempos difíceis mas também de grandes alegrias vividas. As ferramentas utilizadas em Rio de Onor nas tarefas agrícolas, eram praticamente todas de fabrico artesanal e feitas por pessoas da aldeia, apenas mais recentemente se começaram adquirir em Espanha pois o seu fabrico é melhor e mais barato que o português. Estas ferramentas tradicionais, são nos nossos dias verdadeiras obras de museu.

5.2.9.1 - O Arado (al Arau)

Este tipo de utensílio era dos mais utilizados na agricultura, pois era com o arado, puxado por uma junta de bois que se lavravam os terrenos. Esta alfaia é chamada do tipo radial lusitano, com uma forma bastante rudimentar, é aquele que se encontra não só em Rio de Onor como também em praticamente toda a região norte portuguesa. Esta alfaia é constituída por diferentes peças entre elas aquela que será a mais importante é a rabiça, geralmente de carvalho ou carrasco pois são madeiras mais resistentes, faz a ligação entre a mão da pessoa que vai lavrar, a relha assente no terreno e um timão que liga a junta de bois. A relha de ferro tem uma espécie de duas “orelhas” que vão abraçar e encaixar na rabiça, o tipo de relha utilizado na no arado rionorês tem aspecto proveniente do modelo de relha celta.



Imagem 14 – Arado, Fonte: Rio de Onor Comunitarismo Agro-Pastoril

5.2.9.2 - Agrades

Este é mais um tipo de utensílio que tal como o arado é puxado por uma junta de bois e por esse facto estes dois tipos de alfaias, tal como era de esperar já não é utilizado actualmente. Existem em Rio de Onor dois tipos de agrades, um mais utilizado em Espanha e na região norte portuguesa que faz fronteira com o país vizinho, agrade de dentes. O outro utilizado em todo o nordeste transmontano, agrade quadrada. O agrade de dentes é mais utilizado quando a terra esta mais seca e por isso mais difícil de desagregar, quando a terra esta mais húmida e mais fofa é utilizado o agrade quadrado. O agrade de dentes tem uma forma muito simples, constituído apenas por uma viga de madeira chamada de cambo que faz ligação entre a junta de bois e uma barra de cerca de um metro e meio de comprimento onde estão dispostas duas filas de dentes, com todas as suas peças em madeira. O agrade quadrado tem cerca de um

metro de lado, formado por duas barras laterais chamadas de testeiros e quatro ou cinco travessas perpendiculares aos testeiros. Também neste caso todas as peças são em madeira.

5.2.9.3 - Sachos, enxadas e enxadões

Os sachos são ferramentas pequenas utilizadas para trabalhos menores principalmente nas hortas, permitindo cavar com maior precisão em culturas como o feijão, cebola ou batata, de forma a sachar a terra e arrancar as ervas daninhas sem danificar as plantações. Existem duas formas diferentes de sachos, o sacho de forma triangular, como o nome indica a forma da sua parte de ferro é triangular com um olho onde encaixa o cabo em madeira, esta ferramenta é muito utilizada na zona leste como em Moncorvo e Mogadouro. O outro tipo é o sacho de rabo, este é composto por uma parte quadrada e outra com dois bicos unidas centralmente por um olho que liga ao cabo de madeira, esta alfaia é usada em todo o nordeste transmontano quer na região de Bragança como também em Vinhais e Macedo de Cavaleiros.

As enxadas ao contrário dos sachos são utilizadas em trabalhos mais pesados como cavar vinhas ou arrancar batatas à mão. Existem dois tipos de enxadas, a de dois bicos dá-se o nome de guincha e uma outra com formato quadrangular chamada de sacha. A guincha tem uma largura de aproximadamente quinze centímetros e o comprimento dos seus dois bicos é cerca de trinta, tal como nos sachos possui um olho que liga ao cabo. Esta é mais utilizada para cavar vinhas, arrancar batatas ou fazer outros tipos de escavações. A sacha é parecida ao sacho triangular diferido apenas no formato e nas dimensões, sendo mais utilizada para abrir regos.

O enxadão é uma ferramenta também ela de duas extremidades, uma delas com uma lamina horizontal parecida com uma sacha e a outra com uma lamina vertical semelhante a um machado. Este utensílio é utilizado para arrancar e cortar arbustos como giestas e estevas, ou pequenas árvores como carrascos ou cepas.

5.2.9.4 - Gadanhas e foices

Como já foi referido anteriormente, o cereal era outrora cegado a mão apenas com a ajuda de uma foice. Esta alfaia designada entre a população rionoresa por seitoura, tem uma pequena pega em madeira, a qual se dá o nome de mango onde encaixa a lâmina que pode ter a forma de um semi-circulo ou ligeiramente mais achatada.

A gadanha por sua vez era utilizada principalmente para cortar o feno nos lameiros, possuía uma lamina muito maior que a foice e com um cabo em madeira com cerca de um metro de comprimento.

Outra ferramenta de corte muito usada pelo rionorês era a foice roçadora, que dispunha de uma pequena lâmina curvada de cerca de quarenta centímetros, encaixada também ela num cabo de madeira com cerca de oitenta centímetros de comprimento. Esta alfaia era utilizada para limpeza de mato.

5.2.9.5 - Forquilhas e ancinhos

Permanecem dois tipos de forquilhas utilizadas entre a população de Rio de Onor, sendo elas distintas pelos materiais que são constituídas. A mais usada é a forquilha de ferro, com a forma de um garfo em que o número de dentes varia entre quatro e seis ao qual se junta um cabo em madeira. A parte de ferro desta alfaia é usualmente adquirida em Espanha. Esta ferramenta é utilizada principalmente para carregar estrume e espalha-lo seguidamente nos campos bem como para carregar feno.

O outro tipo de forquilha é a de madeira, em que é aproveitado um ramo de madeira natural geralmente bifurcado e apurado com a ajuda de um machado. Esta é mais usada para espalhar feno ou palha quer seja ainda nos lameiros ou posteriormente nas eiras, por isso quer uma quer a outra são designadas por entre a população de espalhadoras.

Tal como nas forquilhas, os ancinhos são de madeira ou ferro, em que estes últimos mais uma vez tal como as forquilhas são adquiridos em Espanha. O ancinho de ferro ou rastro de ferro como é designado em Rio de Onor é composto por cerca de dez a catorze dentes e também este com o seu cabo cilíndrico em madeira com aproximadamente um metro e meio de comprimento.

O rastro de madeira é mais usual, porque ao mesmo tempo o seu fabrico é artesanal e desta forma produzido pelas próprias pessoas da comunidade. Este é composto por uma travessa com o seu comprimento a ser próximo de sessenta centímetros onde centralmente é imposto um cabo semelhante ao do rastro de ferro. Na travessa são introduzidos cerca de seis a oito dentes pontiagudos, em madeira como forma piramidal. Estes dois utensílios são usados para juntar feno ou palha.

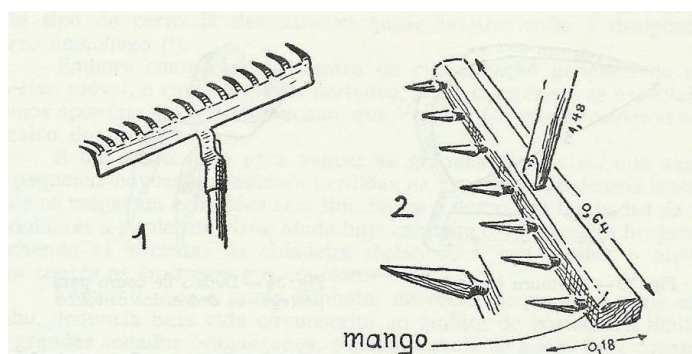


Imagem 15 – Ancinho, Fonte: Rio de Onor Comunitarismo Agro-Pastoril

5.2.9.6 - Carro de bois

Muito mais que apenas uma alfaia agrícola como todas as outras já apresentadas, o carro de bois era uma ferramenta indispensável no dia-a-dia da população. Servia como veículo para as pessoas se deslocarem entre as pequenas populações vizinhas apenas ligadas por caminhos de terra batida, era utilizado como o único transporte em todas as colheitas realizadas pela comunidade tais como a vindima, apanha da batata ou da castanha, recolha do cereal e do feno, transporte de estrume entre muitas outras tarefas. Tal como praticamente todas as outras alfaias rionoresas, o carro de bois era de fabrico artesanal e realizado na própria aldeia. Este modelo de carro bragançano era um dos tipos mais arcaicos de carros de bois de todo o país, também conhecido pelo cantador, característica proveniente do seu eixo móvel que quando em andamento provocava uma chiadeira nostálgica. Outro dos pontos que o distinguia dos demais carros de bois do resto do país era o tamanho das suas rodas que rondava um metro e vinte centímetros de diâmetro, estas eram compostas por um círculo em madeira com um espesso aro a sua volta em ferro. A ferragem dos carros ficava a cargo do ferreiro da aldeia. Um outro aspecto importante neste carro era a base da sua estrutura, ao qual o povo rionorês dava o nome de inchêda, esta peça era fabricada através de um tronco de madeira com cerca de cinco metros de comprimento que era cortado longitudinalmente ao meio até cerca de um metro de uma das suas extremidades. A parte que ficava por dividir seria aquela que funcionava como cabeçalho do carro e assentava no jugo dos bois, a parte dividida funcionava como “esqueleto” do carro abrindo até um metro e trinta centímetros entre as duas metades, sendo sobre elas que assentariam as quatro travessas funcionando como vigas que por sua vez suportariam o soalho do carro. Era também sobre a inchêda que colocavam os taipais do carro, também designados por caniços, estes por sua vez possuíam cerca de um metro e meio de altura. O eixo do carro era um vigoroso cilindro de madeira que terminada nas suas duas extremidades sobe a forma de uma pirâmide, sendo esse o ponto de ligação com as duas imponentes rodas.

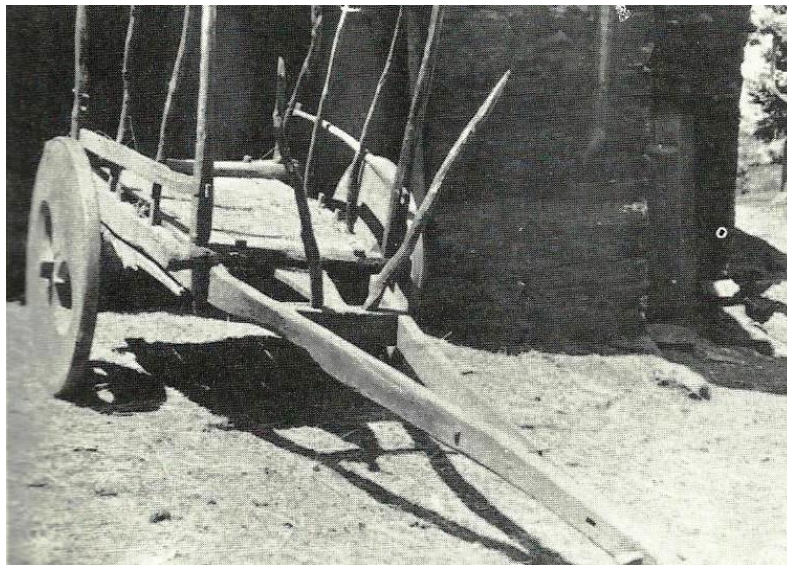


Imagem 16 – Carro de Bois, Fonte: Rio de Onor Comunitarismo Agro Pastoril

5.2.10 - Vestuário

É necessário recuar vários anos para poder recordar o verdadeiro traje do povo rionorês. Antes da primeira guerra mundial, as principais matérias-primas na concepção do vestuário eram o linho e a lã, produzidos e trabalhados pela população. Apenas no período seguinte a guerra se começaram a comprar produtos industrializados para a concepção das peças de vestuário que mesmo assim continuavam a ser manufacturadas pela comunidade. O traje masculino de inverno era composto por um capote, calças de alçapão, casaco e polainas, a camisa era de linho acompanhado uma camisola de lã, e o calçado era composto por socos de madeira e peúgas de lã, usando ainda na cabeça chapéus com abas largas e tecido bastante resistente de forma a protegerem-se do inverno rigoroso. No verão utilizavam apenas as camisas de linho e calças de cotim, usando apenas socos sem meias e um chapéu de palha. Nos dias de festa os homens usavam camisas de linho bordadas nos punhos e no peito onde por vezes também tinham o seu nome bordado geralmente a vermelho. Já as mulheres usavam meias de meias altas de lã no inverno e meias de linho no verão, saias ou saiotas e camisas de linho bordadas com motivos decorativos nas mangas, quer de inverno quer de verão usavam lenços na cabeça.

5.2.10.1 - O linho

Actualmente a cultura de linho em Rio de Onor é praticamente inexistente, contrariamente aquilo que se verificava alguns anos atrás em que esta cultura era uma das quais tinha maior expansão. A comunidade rionoresa produzia linho não só para consumo próprio como também para venda ou troca com outros produtos. O facto dos terrenos da aldeia ser bastante produtivos e com muita água junto ao rio para regar as culturas era factor fundamental, algo que não se verificava em algumas populações vizinhas com terrenos mais secos e por isso a cultura do linho não era possível. A sementeira do linho é feita no mês de Abril e a sua colheita em Julho, ficando assim cerca de três meses na terra em que a principal preocupação é manter os terrenos húmidos. Seguidamente à sua colheita o linho passa por vários processos de transformação até chegar ao produto final.

5.2.10.2 - A lã

Esta matéria-prima era obtida das ovelhas e carneiros pertencentes a comunidade, seguidamente a lã era fiada pelas mulheres da aldeia em rocas e fusos. Depois de fiada a lã era tecida, processo que nem sempre era realizado na própria aldeia. Este processo podia ser feito em aldeias vizinhas ou em Espanha, onde dispunham de teares maiores e mais apropriados para realizar este trabalho de forma mais rápida e em maiores quantidades. Rio de Onor dispunha de um tear mais rudimentar, embora fosse parecido a grande parte daqueles que se podem encontrar na região.

5.2.11 - Alimentação

Actualmente a alimentação nas comunidades rurais, não se distingue muito daquela que os cidadãos urbanos fazem, embora certos aspectos que se verificavam outrora estejam ainda presentes nas aldeias transmontanas. Em Rio de Onor ainda hoje em dia, tal como à cinquenta anos atrás, podemos ver que as refeições são geralmente seguidas as actividades que a população desempenha. Quanto maior o esforço empregue nas jornadas realizadas pelo rionorês maior será o repasto servido. Como já referido anteriormente em dias como a segada ou as vindimas as refeições tomadas são mais abundantes em termos de qualidade e quantidade de alimentos que aquelas servidas em dias ditos normais. Também nos dias de festa acontece o mesmo, geralmente são dias passados em redor da mesa e onde os banquetes servidos são compostos por iguarias são apreciadas apenas nesses dias e em quantidades exageradas. Podemos verificar isso no Natal, apenas nesta época se comem rabanadas ou outro tipo de doces que não mais voltam a mesa durante o ano. Se recuarmos no tempo, onde existia esta grande discrepância entre alimentação dos dias de festa e alimentação do dia-a-dia, pode verificar-se outro factor importante na nutrição rionoresa que tem a ver com a época do ano. O inverno era um período de menor esforço para os aldeões, pois para além dos dias serem muito mais curtos o mau tempo obrigava também a que os trabalhos no campo fossem praticamente inexistentes o que levava as pessoas a passarem a maior parte do dia em casa. Esta congregação de factores predispunham que a alimentação fosse reduzida, assim sendo havia apenas duas refeições, o almoço e a ceia. Perdia-se assim quantidade e também variedade, pois os alimentos ingeridos para além de em pequenas quantidades eram praticamente os mesmos, sendo a base o pão de centeio, a sopa de feijão, batata cozida e geralmente gordura de porco que acompanhava quer as batatas, como era também um dos ingredientes da sopa uma vez que o azeite não estava acessível a todos. O jantar era muitas vezes composto apenas por sopa e castanhas assadas ou cozidas, tudo isto sempre acompanhado de vinho. No verão com o aumento do número de horas de sol e conseqüentemente de trabalho é necessário aumentar as quantidades de alimento, desta forma o número de refeições aumenta de duas para cinco. A primeira refeição é feita logo depois de acordar, algo que no inverno acontece esporadicamente, seguindo-se o almoço ainda durante o período da manhã, pois a jornada de trabalho inicia-se muitas vezes ainda de madrugada antes de nascer sol. O jantar é feito entre a o meio-dia e a uma hora, seguindo-se a merenda ao fim da tarde e a ceia antes do recolher. A qualidade dos alimentos engrandece também nesta época, as refeições mais ligeiras são compostas por fumeiro, pão, vinho e saldas de alface, pepino, tomate e pimento, as refeições quentes constituem-se de batatas, grão-de-bico, por vezes carne de ovelha ou bacalhau, sardinhas, e muito ocasionalmente carne de galinha.

Fonte: (Dias, J.; “Rio de Onor I, comunitarismo agro-pastoril” . Editorial Presença. 1981)

5.3 - Análise dos edifícios a reabilitar

Aquando da reabilitação de um edifício é indispensável ter em conta a sua envolvente, mais importante se torna este aspecto na intervenção num conjunto de edifícios contíguos. É necessário fazer um estudo arquitectónico, construtivo e histórico do edificado. No caso das habitações em estudo elas apresentam um valor histórico pelos materiais empregues, embora em alguns casos tenham sido intervencionados recentemente de forma pouco correcta.

O ponto de partida numa intervenção de reabilitação é o estudo das patologias que os edifícios apresentam bem como o seu estado de conservação.

5.3.1 - Estrutura

Os edifícios em análise apresentam uma estrutura em paredes de pedra de cerca de sessenta centímetros de espessura, sendo a estrutura entre pisos e nas coberturas feita através de elementos em madeira.



Imagem 17 – Estrutura de Madeira, por Bruno Alves

5.3.2 - Paredes exteriores

As paredes são compostas em madeira com espessuras a variar entre os cinquenta e os sessenta centímetros, algumas das paredes apresentam anomalias graves, outra apresentam ainda um bom aspecto, sendo similar a todas elas não cumprir requisitos mínimos de conforto.

5.3.3 - Coberturas

A estrutura das coberturas é feita em vigas, barrotes e ripas de madeira, cobertas apenas por placas de xisto de cerca de cinco centímetros de espessura variando as suas medidas de largura e comprimento ente os cinquenta e os setenta centímetros. As coberturas apresentam um grau avançado de degradação não cumprindo requisitos mínimos de conforto e bem-estar.



Imagem 18 – Margem direita aldeia de Rio de Onor, por Bruno Alves

5.3.4 - Caixilharias exteriores

Os vãos exteriores são constituídos por caixilharia em madeira com vidro simples, sendo que em alguns casos não apresentam sequer elementos que isolem o vão do exterior. Todos os vãos não apresentam condições mínimas.



Imagem 19 – Janela, por Bruno Alves

5.4 - Memória descritiva e justificativa

5.4.1 - Introdução

A presente memória descritiva refere-se ao projecto de arquitectura de reabilitação da de um conjunto de casas situadas na aldeia de Rio de Onor, no concelho de Bragança.

Os edifícios encontram-se em estado de degradação avançada e em alguns casos pondo em perigo a população da aldeia. A reabilitação deste “núcleo” da aldeia torna-se importante pela sua localização privilegiada, junto à margem direita do rio e a uma ponte romana. A reconstrução destas habitações traz uma nova imagem ao núcleo central da aldeia, aliando a componente estética às questões financeiras que o projecto abarca.

Em conversa com o presidente da junta de freguesia este identificou o um espaço de restauração como um aspecto imprescindível na aldeia, uma vez que não existe nenhum onde os turistas possam tomar refeições completas a qualquer hora do dia.

A proposta torna-se rentável na medida em que a aldeia recebe inúmeros turistas durante todo o ano e por vezes sem condições para lá durante mais que um dia permanecer. Exemplos disso foram a recente visita do programa da RTP “Verão Total”, que durante todo o dia transmitiu o programa do centro da aldeia divulgando as características, costumes e tradições da população. Também este verão a aldeia recebeu um conjunto de jovens vindos da Bélgica,

os quais ficaram hospedados no parque de campismo e em casas particulares, abundando durante o dia as pessoas na aldeia nos trabalhos do campo. As escolas de Bragança proporcionam todos os anos aos seus alunos uma semana de férias na aldeia, tendo estes como base a diversões no rio. Durante a época de inverno são frequentes os visitantes que procuram a casa a espécies como o javali e o veado, abundantes na zona e ao mesmo tempo as actividades de pesca desportiva no rio.

5.4.2 - Objectivos

O objectivo desta proposta passa pela reabilitação de um conjunto de edificações situadas em ambiente rural, tendo elas praticamente na sua totalidade funções de arrumos de produtos agrícolas, atribuindo-lhe a funções ligadas ao turismo. Através desta proposta pretende-se preservar o edificado, as culturas, tradições e vivências da população rural.

5.4.3 - Programa

As principais ideias do projecto foi criar um espaço para a aldeia, onde se mantenham vivas tradições e costumes ligando estes aspectos aos económicos gerando novas fontes de riqueza a população.

O projecto engloba a reabilitação de uma antiga forja, prevendo o seu restauro uma vez que o edifício se encontra em condições minimamente razoáveis, bem como do seu equipamento interior desactivado, atribuindo ao mesmo tempo a função de ponto de recepção aos turistas, onde são fornecidas informações sobre a aldeia e actividades que lá podem desfrutar, bem como posto de aluguer das três casas de habitação.

As casas de habitação destinam-se a hospedagem dos turistas, sendo elas completamente independentes, onde o turista encontra toda a liberdade, privacidade e descanso que procura, proporcionando todo conforto necessário. O espaço destinado a restauração prevê um local onde os turistas possam apreciar as iguarias regionais desfrutando da arquitectura típica da aldeia.

Existe ainda no projecto uma pequena loja de venda de produtos regionais tais como peças de artesanato, mel, castanha, fumeiro entre outros. Encontram-se ainda uma oficina de artesanato regional como os trabalhos em madeira, cestaria, trabalhos em pedra de xisto, onde se prevê a aprendizagem com pessoas da aldeia especializadas. Este espaço é contíguo a um bar com vista para o rio, onde existe uma esplanada suspensa por cima da margem direita. No núcleo deste conjunto de edificações aparece um espaço de jardim com uma piscina e plataformas que se vão sobrepondo proporcionando uma dinâmica ao espaço aliada a

uma diversidade em que as pessoas podem usar apenas como local de passagem ou sentarem-se a ler um livro e relaxar. Neste espaço de jardim é ainda aproveitada a água do rio para criar um espelho de água que volta ao leito do rio depois de passar pelo jardim.

5.4.4 - Idealização

A ideia do projecto foi de atribuir as edificações formas e materiais que se enquadrassem na restante malha rural. Uma vez que existiam dois tipos distintos de fachadas, nascente e poente, em que a fachada nascente, confinante com a rua na qual existe uma malha de habitações que a encerram entre si, é uma fachada onde se encontram escadas exteriores em pedra que dão acesso ao piso superior através de uma varanda em madeira. Desta forma tornam o percurso ritmado de escadas e varandas de um e outro lado da rua. O objectivo foi preservar ao máximo este ritmo embora as escadas exteriores tenham sido retiradas pela falta de cumprimento de normas.



Imagem 20 – Imagem 3D, fachada poente

A fachada poente, voltada para a margem direita do rio e para o jardim a ela adjacente encontra-se praticamente destituída de vãos. Neste caso a ideia é “abrir” ao máximo os edifícios para o rio e para o jardim, mantendo ao mesmo tempo as mesmas características da fachada nascente.



Imagem 21 – Imagem 3D, fachada nascente

A tipologia de varanda adopta neste projecto parte de dois casos analisados e reformulados. Uma tipologia de varanda mais “fechada”, com um ripado de madeira, sustentada numa estrutura de madeira.



Imagem 22 – Imagem 3D, Varamda1



Imagem 23 – Escada e Varanda, por Bruno Alves

A outra tipologia é mais “aberta”, também ela apoiada sobre uma estrutura em madeira, apenas com guardas de madeira sustentadas em pilares.

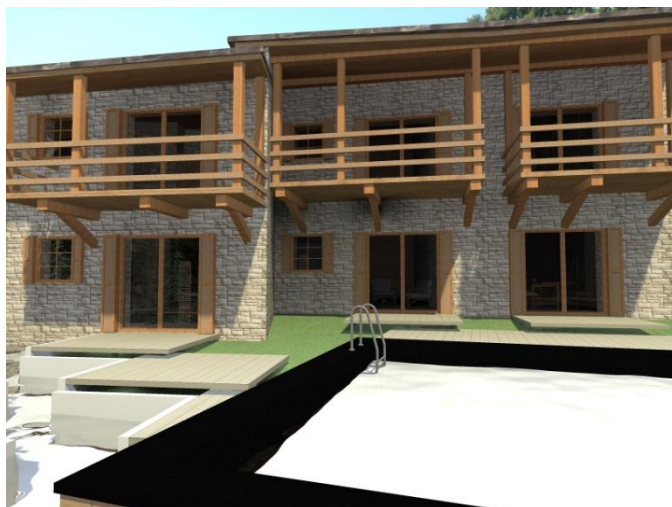


Imagem 24 – Imagem 3D, Varanda2



Imagem 25 – Varanda em madeira, por Bruno Alves

5.4.5 - Espaço

A área do terreno onde se encontra implantado o conjunto de edifícios é 948.91m². Nesta área encontram-se o conjunto de edifícios um jardim junto a margem do rio e um pátio junto a zona de restaurante. A área de implantação dos edifícios é de 605,4 m². A área destinada a jardim é de 238,23 m² e a restante área de 105,38 m² é ocupada pelo pátio adjacente ao restaurante.



Imagem 26 – Imagem 3D, jardim



Imagem 27 – Imagem 3D, esplanada

5.4.5.1 - Composição do espaço

O piso 0 é constituído pela zona de recepção e guia turístico no edifício da antiga forja. As habitações destinadas a aluguer são compostas pela zona de cozinha, sala e instalações sanitárias. No restaurante a distribuição prevê uma zona de entrada com balcão, uma sala para refeições ligeiras, instalações sanitárias, cozinha e arrumos. Existe ainda o edifício de venda de produtos tradicionais, a oficina de artesanato composta por uma sala de trabalhos e instalações sanitárias. Por fim a zona de bar com instalações sanitárias e esplanada.



Imagem 28 – Imagem 3D, Interior bar

Imagem 29 – Imagem 3D, Interior Habitação

O piso 1 é composto na zona de habitação, pelos quartos e instalações sanitárias. A zona de restaurante é composta por três salas de refeições, uma esplanada, uma cozinha de apoio e instalações sanitárias.



Imagem 30 – Imagem 3D, quarto

Imagem 31 – Imagem 3D, restaurante

5.4.6 - Sistema construtivo

5.4.6.1 - Selecção dos materiais

A solução construtiva passa pela adopção de materiais regionais aliados a outros tipos de materiais que contemplem a durabilidade e a sustentabilidade, privilegiando novas técnicas de construção de forma a preservar a harmonia ambiental

5.4.6.2 - Estrutura

A estrutura do edifício será reforçada em perfis de aço na separação do primeiro com o segundo piso de forma a tornar a estrutura mais leve e resistente. Nas coberturas é utilizada a estrutura de madeira. Nas construções novas, bar e oficina de artesanato é utilizada a estrutura em betão armado.

5.4.6.3 - Paredes exteriores

Nas paredes exteriores a reabilitar é mantido o aparelho de pedra, com aplicação de isolamento pelo interior. As paredes novas são compostas por sistema de parede em alvenaria de tijolo com caixa-de-ar e isolamento, levando um acabamento exterior em painéis de fenólico.

5.4.6.4 - Paredes interiores

As paredes interiores são constituídas em alvenaria de tijolo cerâmico furado, revestidas em madeira, ou material cerâmico.

5.4.6.5 - Cobertura

Nos edifícios reabilitados a cobertura em estrutura de madeira a duas águas, constituída por sistema de impermeabilização, isolamento térmico e placas de xisto.

A cobertura no edifício que alberga a área de bar e oficina de artesanato será ajardinada, constituída por uma camada de betão leve, sistema de impermeabilização, isolamento térmico, camada drenante e terra vegetal.

5.4.6.7 - Acabamentos interiores

O revestimento das paredes será executado em estuque pintado a tinta de água, em madeira de nogueira e material cerâmico da região nas zonas húmidas.



Imagem 32 – Pavimento Lava,
Fonte: Recer



Imagem 33 – Pavimento Madeira Nogueira,

O revestimento será em ripado de madeira de nogueira, nos tectos falsos será executado em Pladur, pintado a tinta de água.

Os pavimentos interiores são executados em madeira de nogueira na zona de quartos, em pavimento cerâmico nas zonas húmidas, em pavimentos “Quikstep” na zona de bar. Os pavimentos exteriores são em decks de fenólico nas plataformas de jardim e em calçada “à portuguesa” nos arruamentos adjacentes



Imagem 34 – Pavimento exterior em Decks de Fenólico

6 - Conclusão

Na época em que vivemos a ideia de reabilitação deve possuir cada vez mais importância, não só em edifícios inseridos em meio urbano, como também aqueles que se encontram no meio rural. A reabilitação, o restauro e a conservação, quando utilizados de forma apropriada permitem resguardar a identidade arquitectónica de cada lugar. A cultura, as tradições, os costumes das populações rurais deve ser preservada cada vez mais, pois para além da identidade de um povo são uma marca do nosso país, que cada vez mais se encontra em risco de deixar de existir.

A reabilitação deste núcleo rural é uma forma de trazer uma vida nova a uma população que se encontra em constante decréscimo ao longo dos últimos anos, onde as raízes do seu comunitarismo rural ainda se encontra vivas mas sem formas de sobrevivência a longo prazo.

Desprevenidas de formas de gerar condições financeiras rentáveis as pessoas são forçadas a abandonar o espaço rural, deixando para trás uma parte da sua identidade e ao mesmo tempo cavando um buraco mais fundo entre o “industrial” e o “artesanal”.

Este projecto tem estes objectivos de reabilitar e manter uma identidade arquitectónica característica de uma região e ao mesmo tempo uma forma de gerar condições financeiras onde elas são praticamente inexistentes.

7 - Bibliografia

- Moutinho, M.; “Arquitectura Popular Portuguesa” . Editorial Estampa, Lda. 3ª Edição. Lisboa, 1995
- Dias, J.; “Rio de Onor I, comunitarismo agro-pastoril” . Editorial Presença. 1981
- Aguiar, J.; Cabrita, A. M.; Appleton, J.; “Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais” Vol.1. LNEC. Lisboa
- Rato, V. M.; “conservação do património histórico edificado/sistematização de princípios gerais” Vol. 3. LNEC. Lisboa
- Venancio, B. G.; “Turismo en Espacio Rural”; Editora Popular, Madrid, 1988
- Costa, L.; “Arquitectura, ensino e restauro do património”; Editorial Estampa
- Afonso, J., “Arquitectura Popular em Portugal” Volume 1 e 2, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa 2004
- Lino, R., “Casas Portuguesas”, Edições Cotovia, 1992
- Galhano, F.; Oliveira, E. V., ” Arquitectura Tradicional Portuguesa”, Dom Quixote, 2000
- Giddens, A., “O Mundo na Era da Globalização”, Editorial Presença, Lisboa

Webiografia

www.montesinhovivo.pt/

www.turismodeportugal.pt

www.cmbraganca.pt

8 - Anexos

LEVANTAMENTO

Edifício: E1

MANTER

N. Fogos: 0

N. Pisos: 1



Uso: Forja Desactivada

Alterações na Estrutura do Edifício: Recepção + Instalações Sanitárias

Estado de Conservação: Razoável

Estrutura de Madeira: Mau

Cobertura: Mau

Paredes em Pedra: Razoável

Caixilharias: Inexistentes

Pavimentos: Inexistentes

Portas: Mau

Edifício: E2

MANTER / ALTERAR

N. Fogos: 2

N. Pisos: 2



Uso: Habitação + Garagem

Alterações na Estrutura do Edifício: Habitação

Estado de Conservação: Razoável

Estrutura de Madeira: Razoável

Cobertura: Razoável

Paredes em Pedra: Razoável

Caixilharias: Razoável

Pavimentos: Mau

Portas: Mau

Edifício: E3

MANTER / ALTERAR

N. Fogos: 0

N. Pisos: 2



Uso: Arrumos de Produtos Agrícolas

Alterações na Estrutura do Edifício: Habitação

Estado de Conservação: Muito Mau

Estrutura de Madeira: Mau

Cobertura: Mau

Paredes em Pedra: Razoável

Caixilharias: Inexistentes

Pavimentos: Muito Mau

Portas: Muito Mau

Edifício: E4

MANTER / ALTERAR

N. Fogos: 0

N. Pisos: 2



Uso: Arrumos de Produtos Agrícolas

Alterações na Estrutura do Edifício: Habitação

Estado de Conservação: Mau

Estrutura de Madeira: Mau

Cobertura: Razoável

Paredes em Pedra: Razoável

Caixilharias: Mau

Pavimentos: Muito Mau

Portas: Muito Mau

Edifício: E5

MANTER / ALTERAR

N. Fogos: 1

N. Pisos: 2



Uso: Habitação + Garagem

Alterações na Estrutura do Edifício: Habitação

Estado de Conservação: Muito Bom

Estrutura de Madeira: Muito Bom

Cobertura: Muito Bom

Paredes em Pedra: Bom

Caixilharias: Bom

Pavimentos: Bom

Portas: Bom

Edifício: E6

MANTER / ALTERAR

N. Fogos: 0

N. Pisos: 2



Uso: Arrumos de Produtos Agrícolas

Alterações na Estrutura do Edifício: Restaurante

Estado de Conservação: Muito Mau

Estrutura de Madeira: Muito Mau

Cobertura: Mau

Paredes em Pedra: Mau

Caixilharias: Muito Mau

Pavimentos: Muito Mau

Portas: Mau

Edifício: E7

DEMOLIR

N. Fogos: 0

N. Pisos: 2



Uso: Arrumos de Produtos Agrícolas

Alterações na Estrutura do Edifício: Restaurante

Estado de Conservação: Muito Mau

Estrutura de Madeira: Mau

Cobertura: Mau

Paredes em Pedra: Inexistentes

Caixilharias: Muito Mau

Pavimentos: Muito Mau

Portas: Mau

Edifício: E8

MANTER / ALTERAR

N. Fogos: 0

N. Pisos: 2



Uso: Arrumos de Produtos Agrícolas

Alterações na Estrutura do Edifício: Loja de Venda Produtos Típicos

Estado de Conservação: Muito Mau

Estrutura de Madeira: Muito Mau

Cobertura: Mau

Paredes em Pedra: Mau

Caixilharias: Muito Mau

Pavimentos: Muito Mau

Portas: Mau

Edifício: E9

DEMOLIR

N. Fogos: 0

N. Pisos: 1



Uso: Arrumos de Produtos Agrícolas

Alterações na Estrutura do Edifício: Oficina Aprendizagem em Artesanato

Estado de Conservação: Muito Mau

Estrutura de Madeira: Inexistente

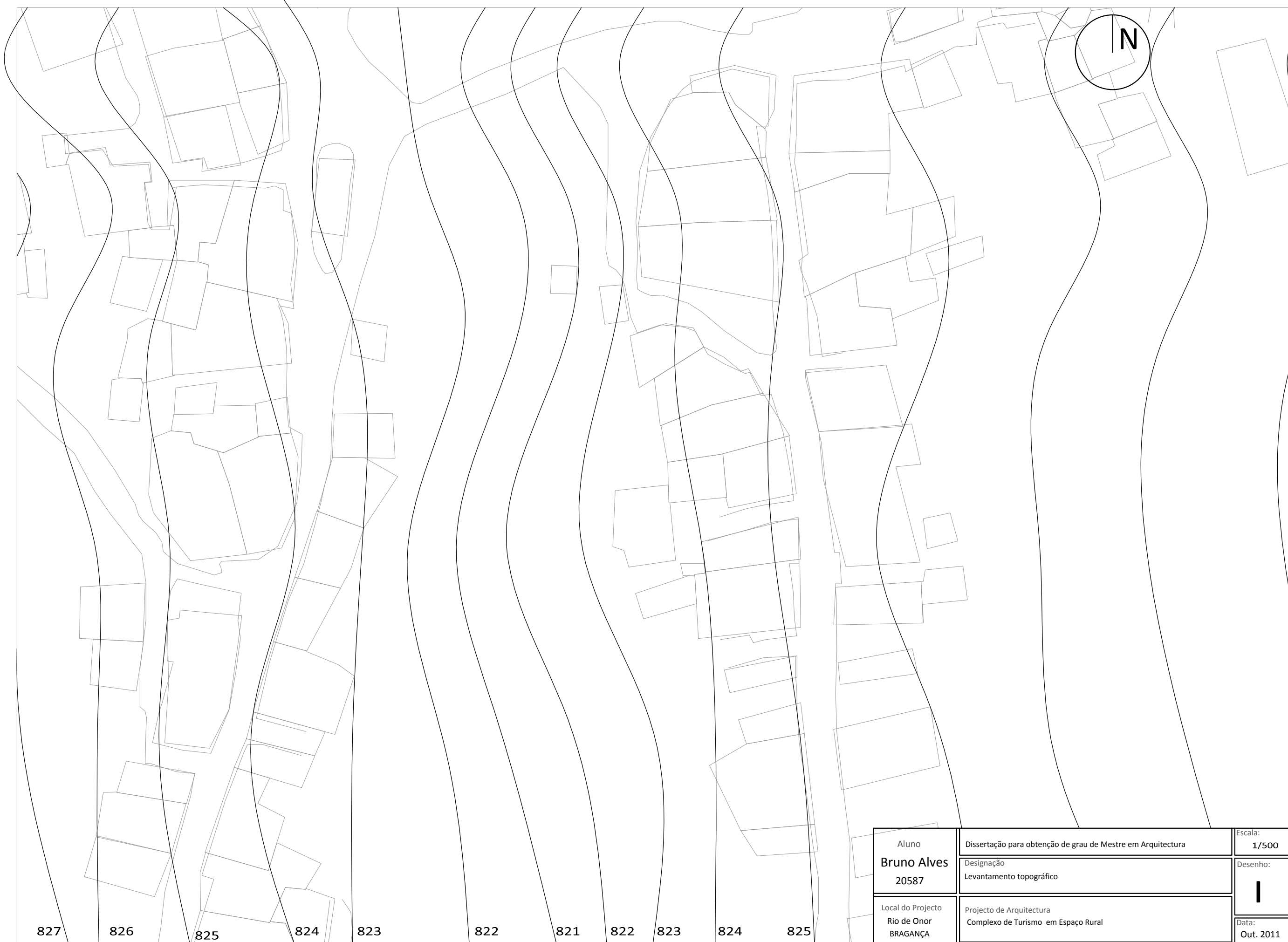
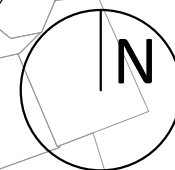
Cobertura: Mau

Paredes em Pedra: Inexistente

Caixilharias: Inexistente

Pavimentos: Inexistente

Portas: Inexistente



827

826

825

824

823

822

821

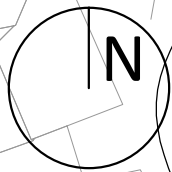
822

823

824

825

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Levantamento topográfico	Escala: 1/500
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: I
		Data: Out. 2011



827

826

825

824

823

822

821

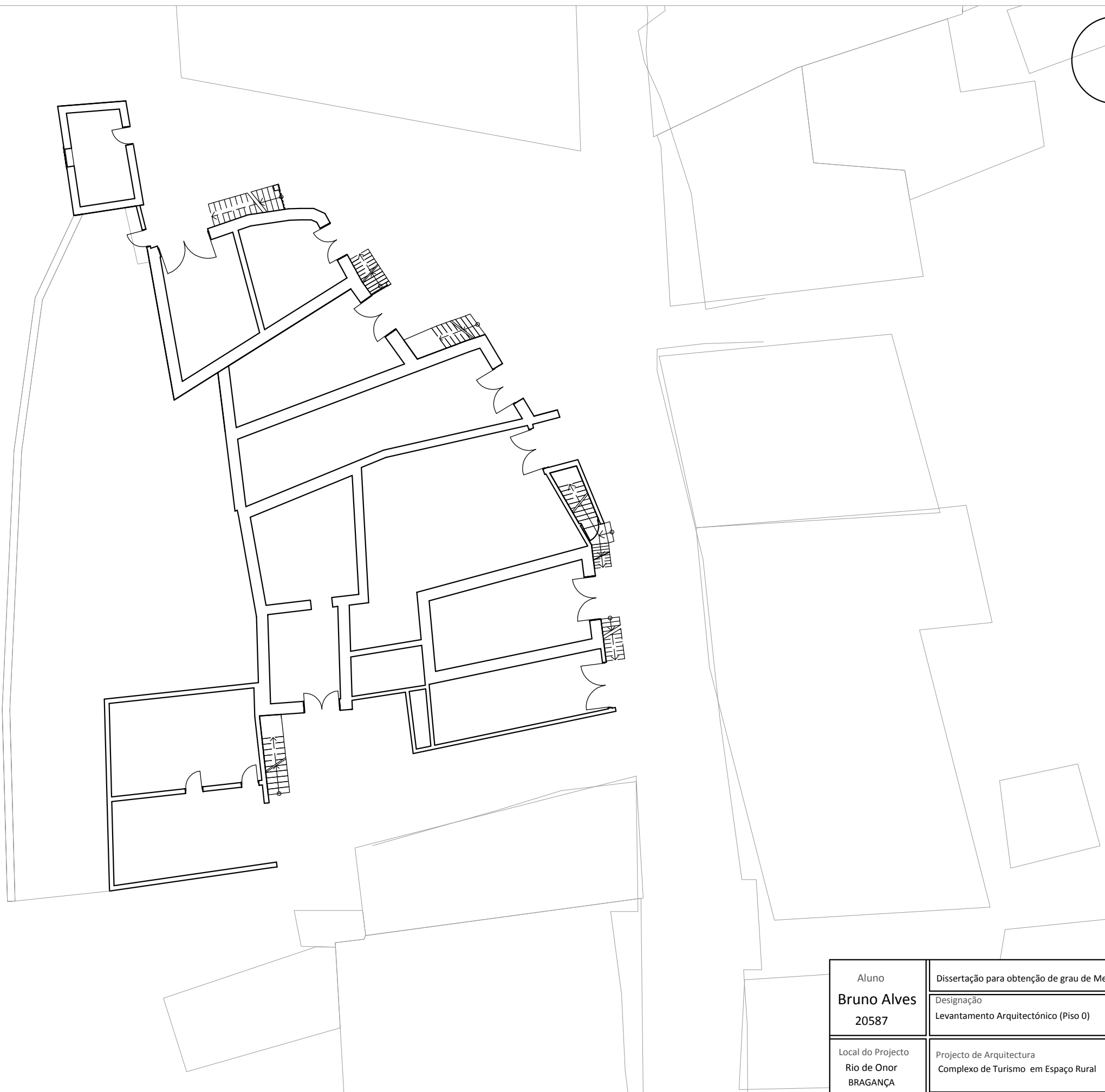
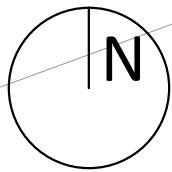
822


823

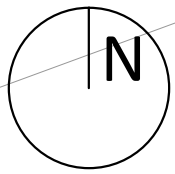
824

825

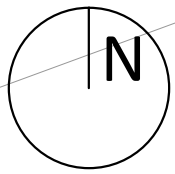
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Sinalização de Edifícios a Reabilitar	Escala: 1/500
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: II
		Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Levantamento Arquitectónico (Piso 0)	Escala: 1/200
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: 
		Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Levantamento Arquitectónico (Piso 1)	Escala: 1/200
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: IV
		Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Levantamento Arquitectónico (Coberturas)	Escala: 1/200
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: V
		Data: Out. 2011

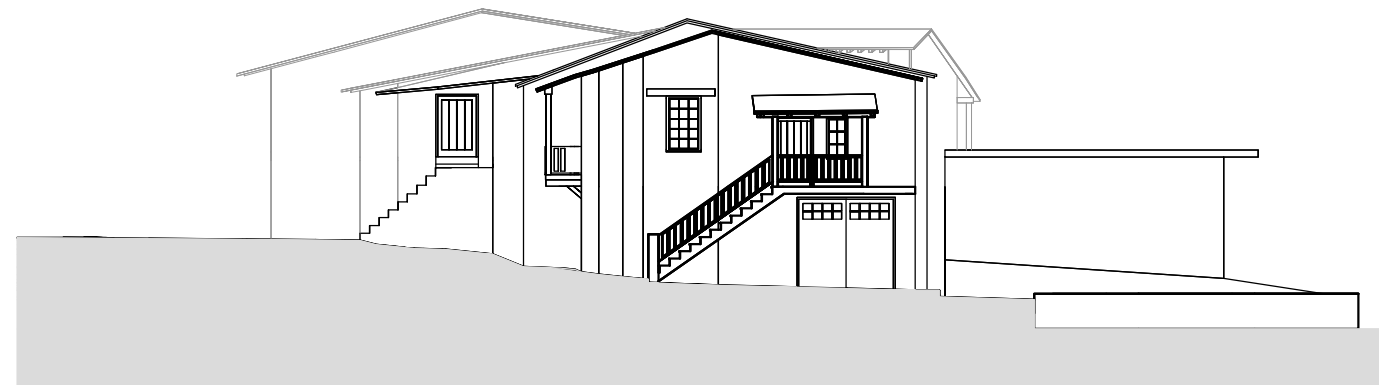


Alçado Este



Alçado Oeste

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/200
	Designação Levantamento Arquitectónico (Alçados)	Desenho: VI
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



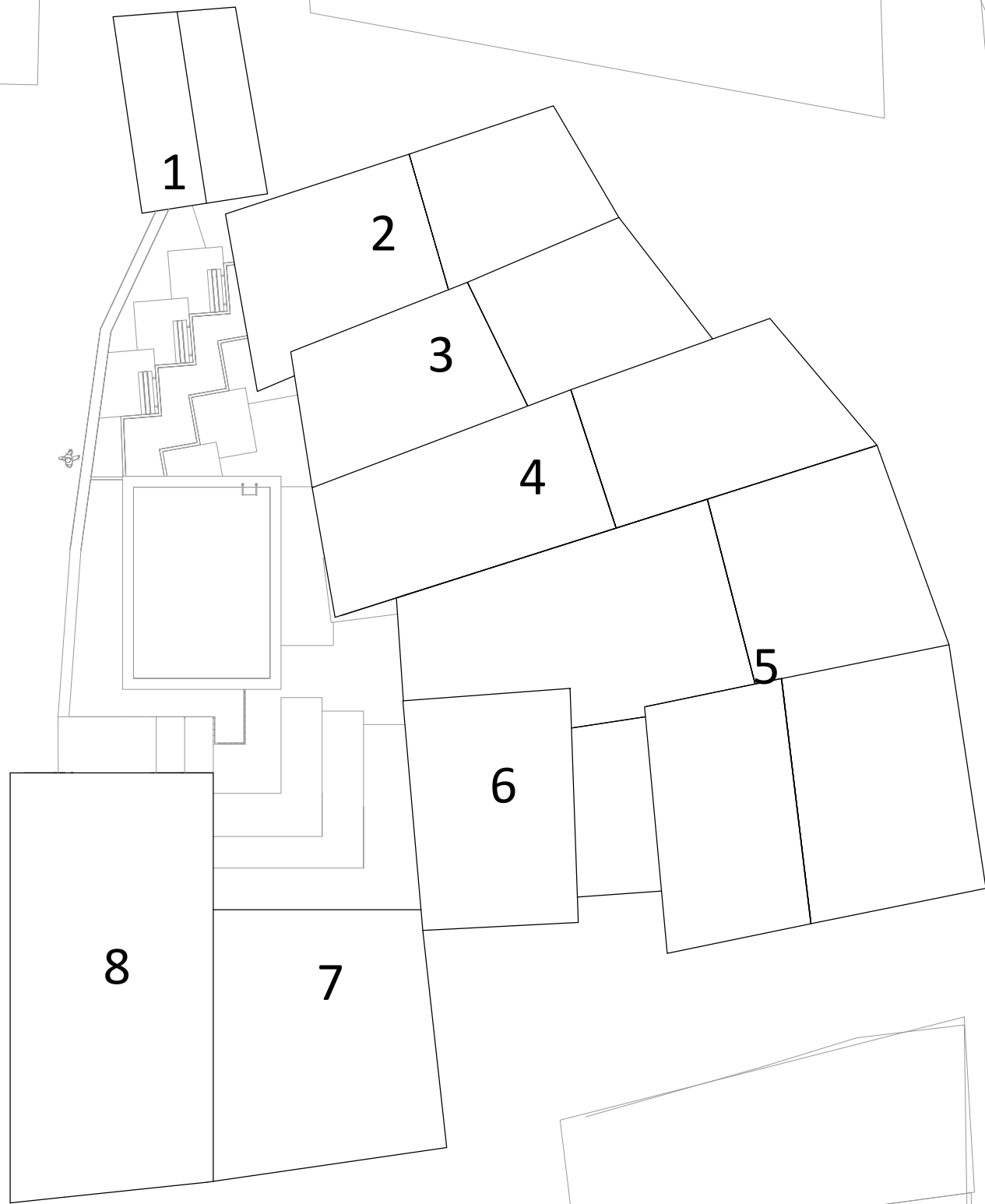
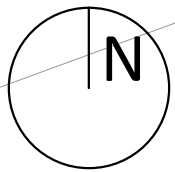
Alçado Norte



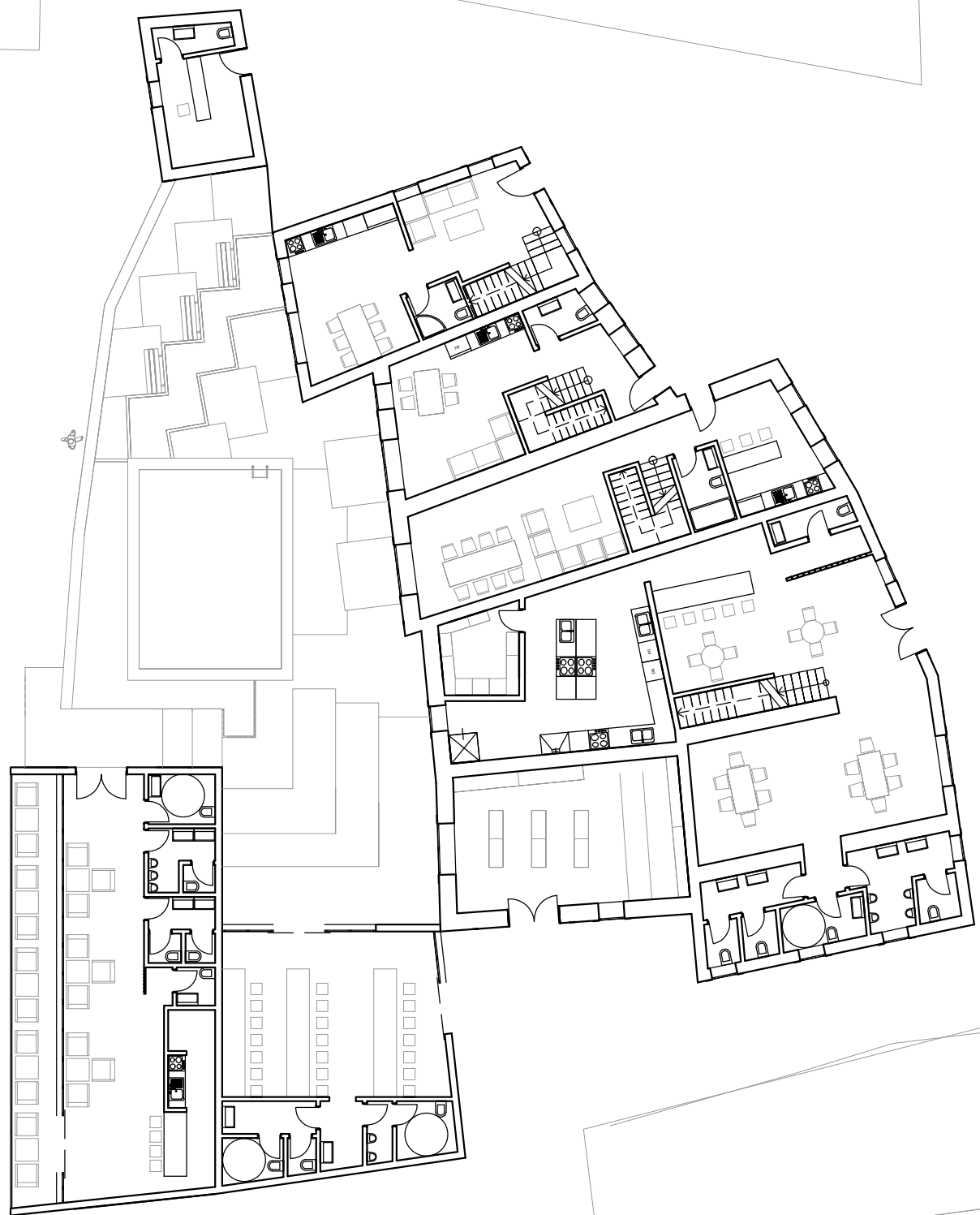
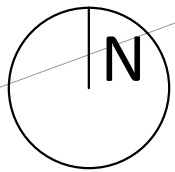
Alçado Sul

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/200
	Designação Levantamento Arquitectónico (Alçados)	Desenho: VII
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011

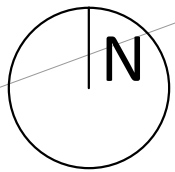
PROPOSTA



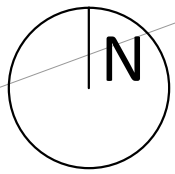
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Implantação/Marcação dos Edifícios	Escala: 1/200 Desenho: 01
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Planta Total do Piso 0	Escala: 1/200 Desenho: 02
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Planta Total do Piso 1	Escala: 1/200 Desenho: 03
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Planta Total de Coberturas	Escala: 1/200
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: 04 Data: Out. 2011

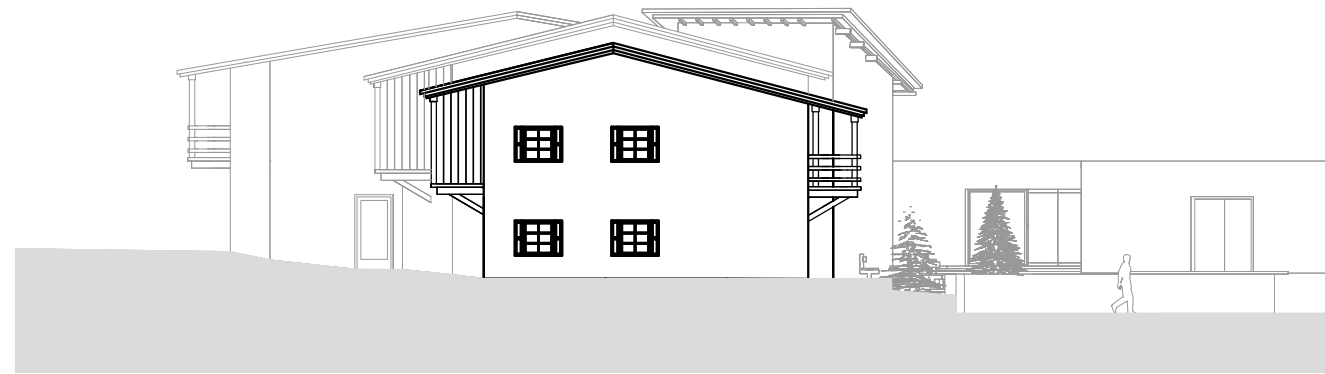


Alçado Este

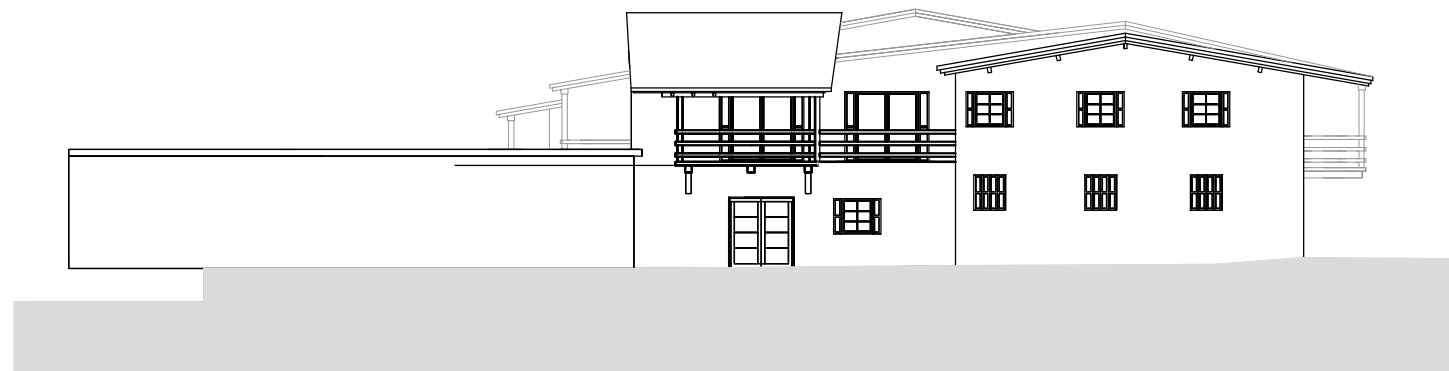


Alçado Oeste

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/200
	Designação Alçados do Conjunto	Desenho: 05
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011

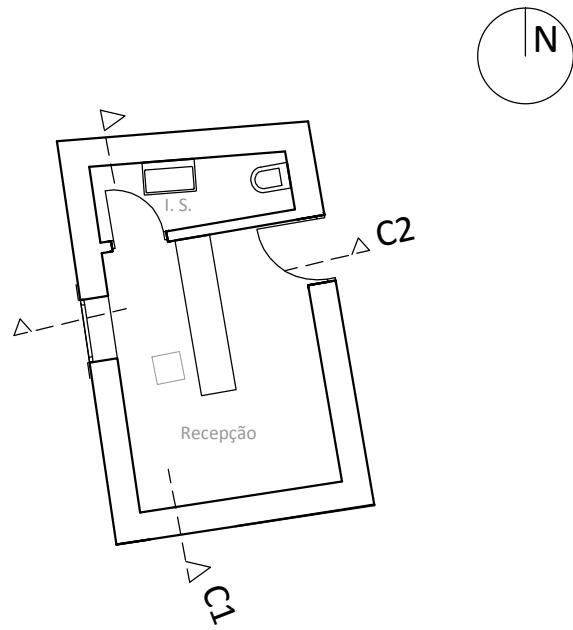


Alçado Norte

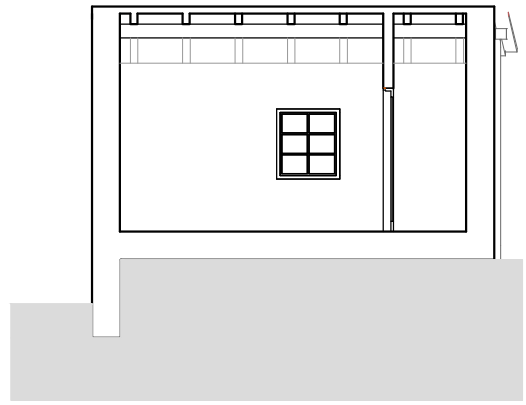


Alçado Sul

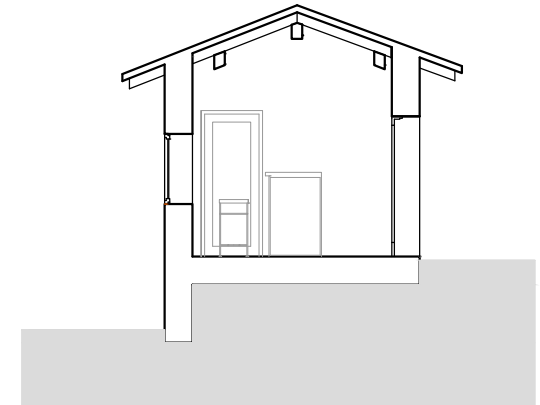
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/200
	Designação Alçados do Conjunto	Desenho: 06
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



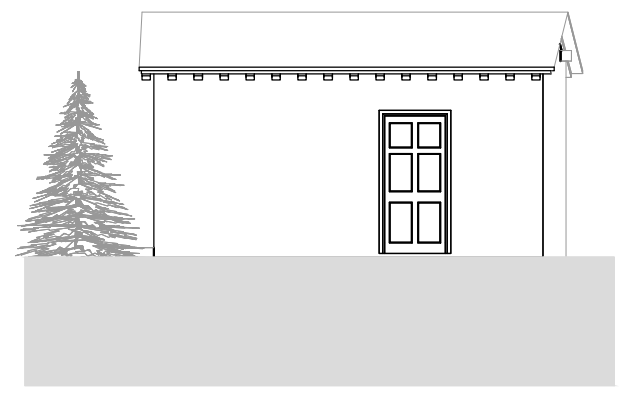
Planta Piso 0



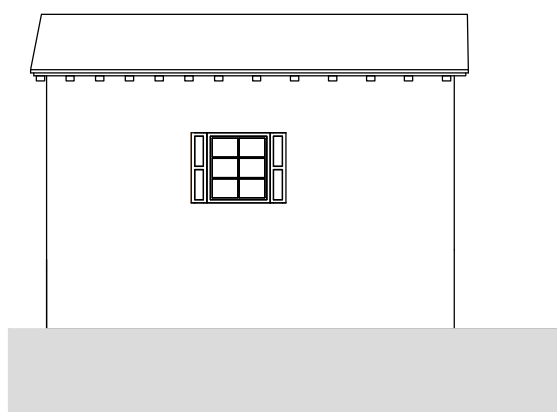
Corte 01



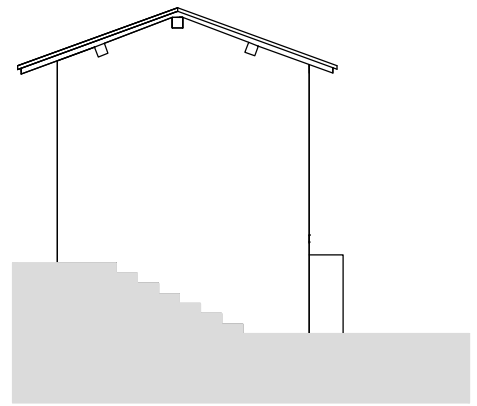
Corte 02



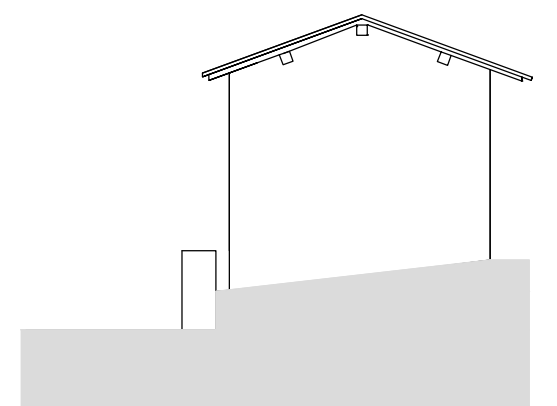
Alçado Este



Alçado Oeste

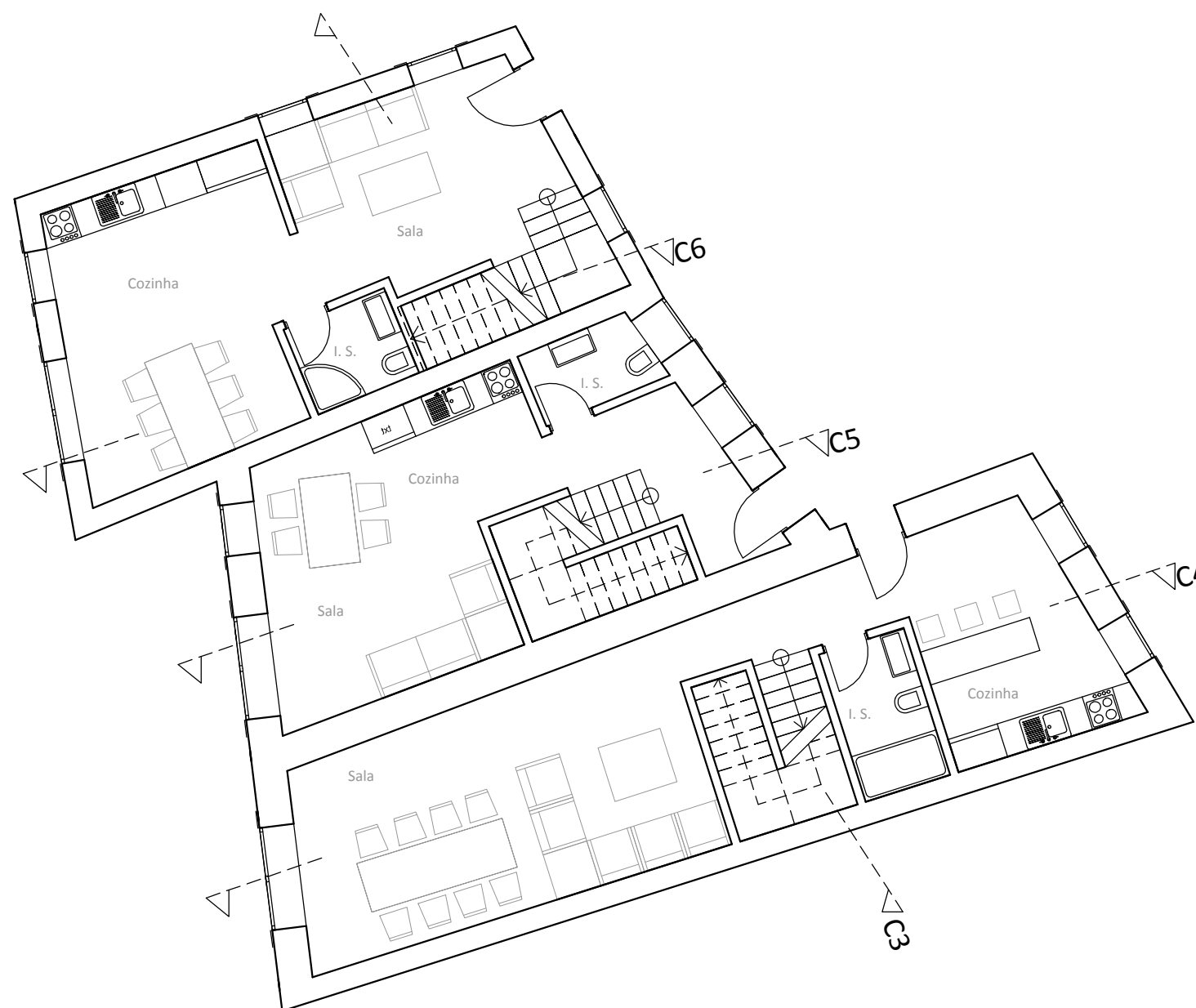
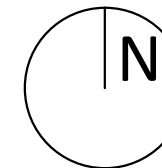


Alçado Norte



Alçado Sul

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Edifício 1 (Recepção)	Desenho: 07
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves	Designação	1/100
20587	Planta Piso 0 (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho:
		08
Local do Projecto	Projecto de Arquitectura	Data:
Rio de Onor	Complexo de Turismo em Espaço Rural	Out. 2011
BRAGANÇA		



Alçado Oeste

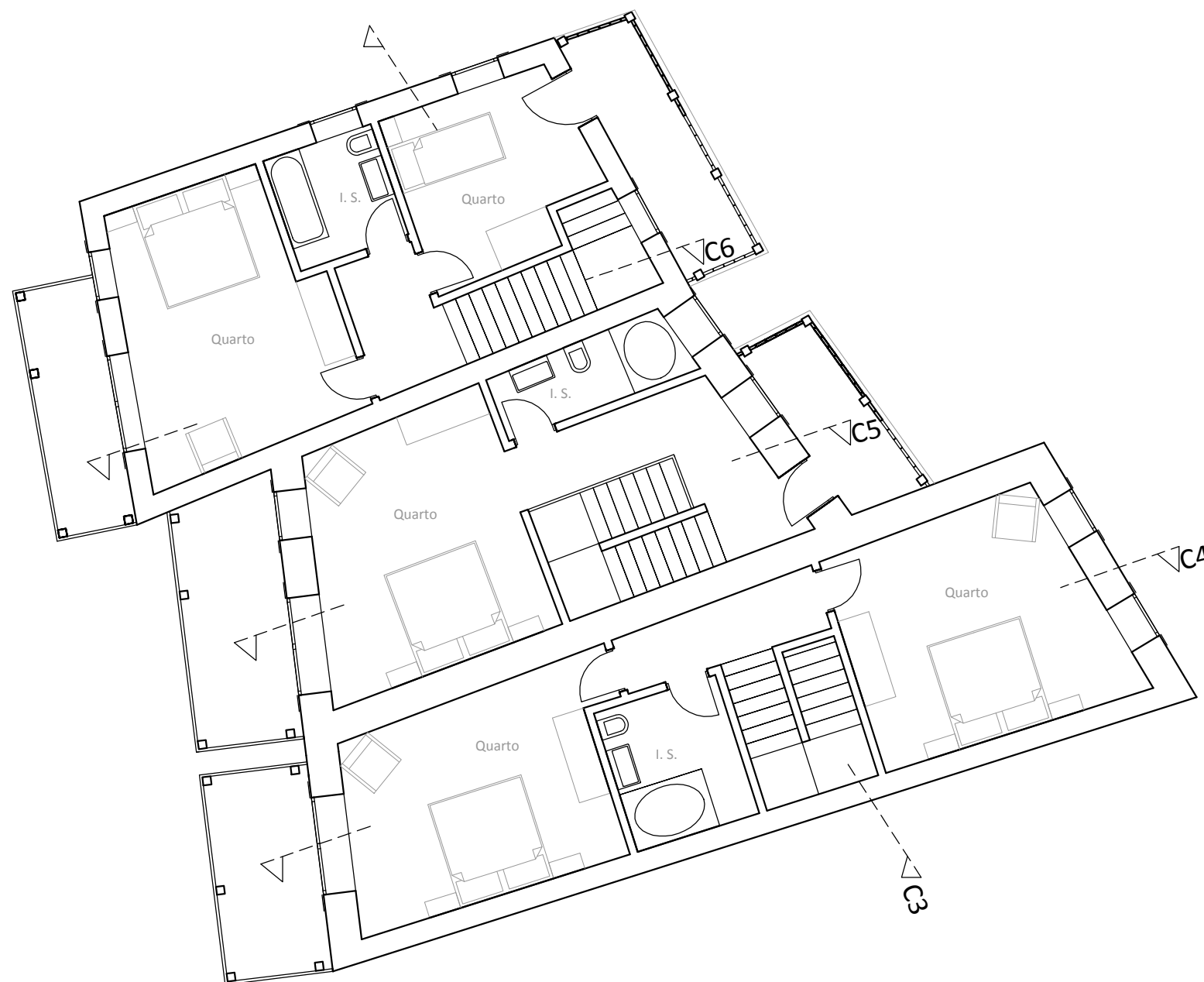
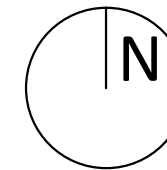


Alçado Norte



Alçado Este

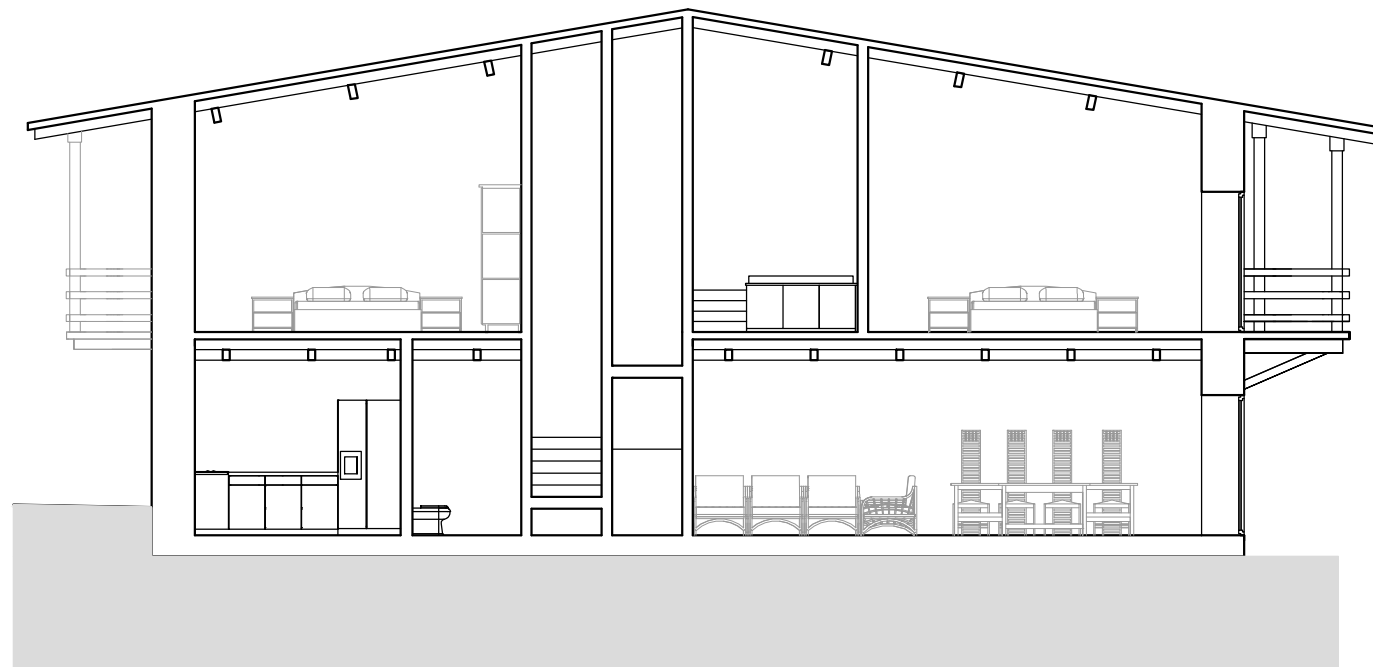
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Alçados (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho: 09
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Planta Piso 1 (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho: 10
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011

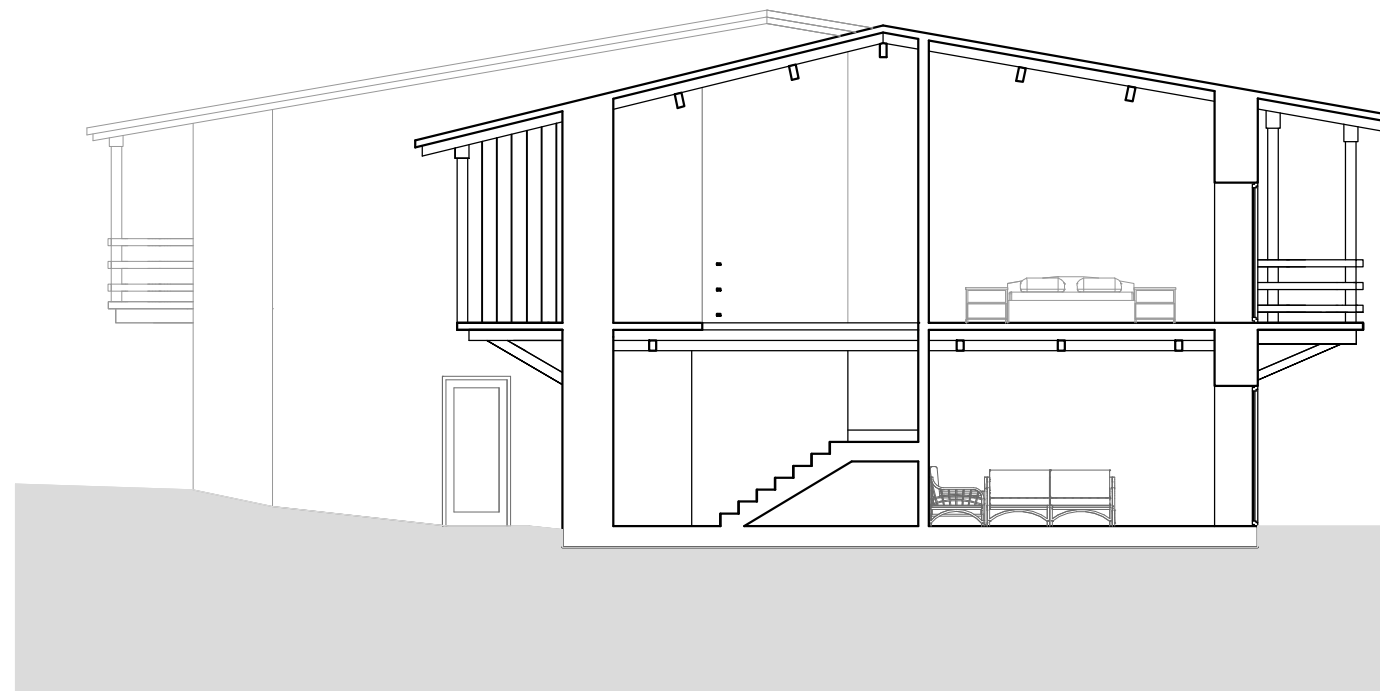


Corte 03

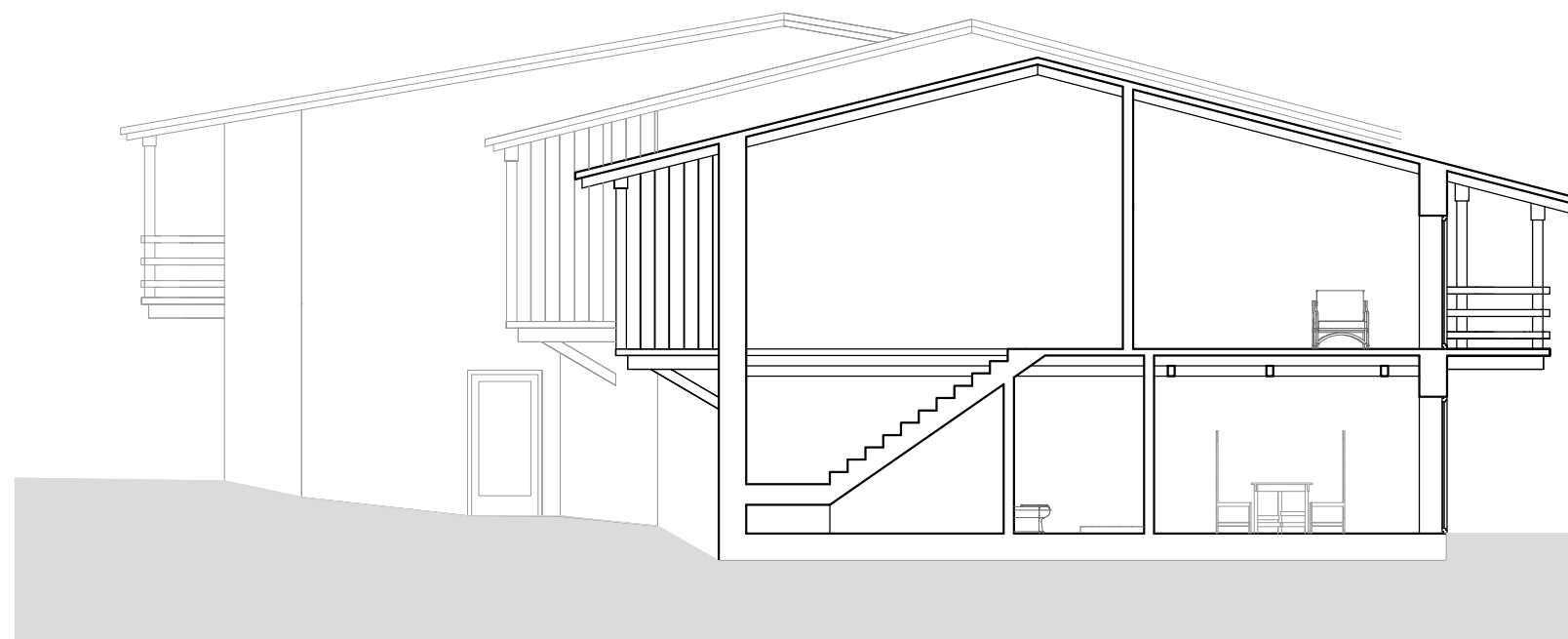


Corte 04

Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves	Designação	1/100
20587	Cortes 03, 04 (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho:
		11
Local do Projecto	Projecto de Arquitectura	Data:
Rio de Onor BRAGANÇA	Complexo de Turismo em Espaço Rural	Out. 2011

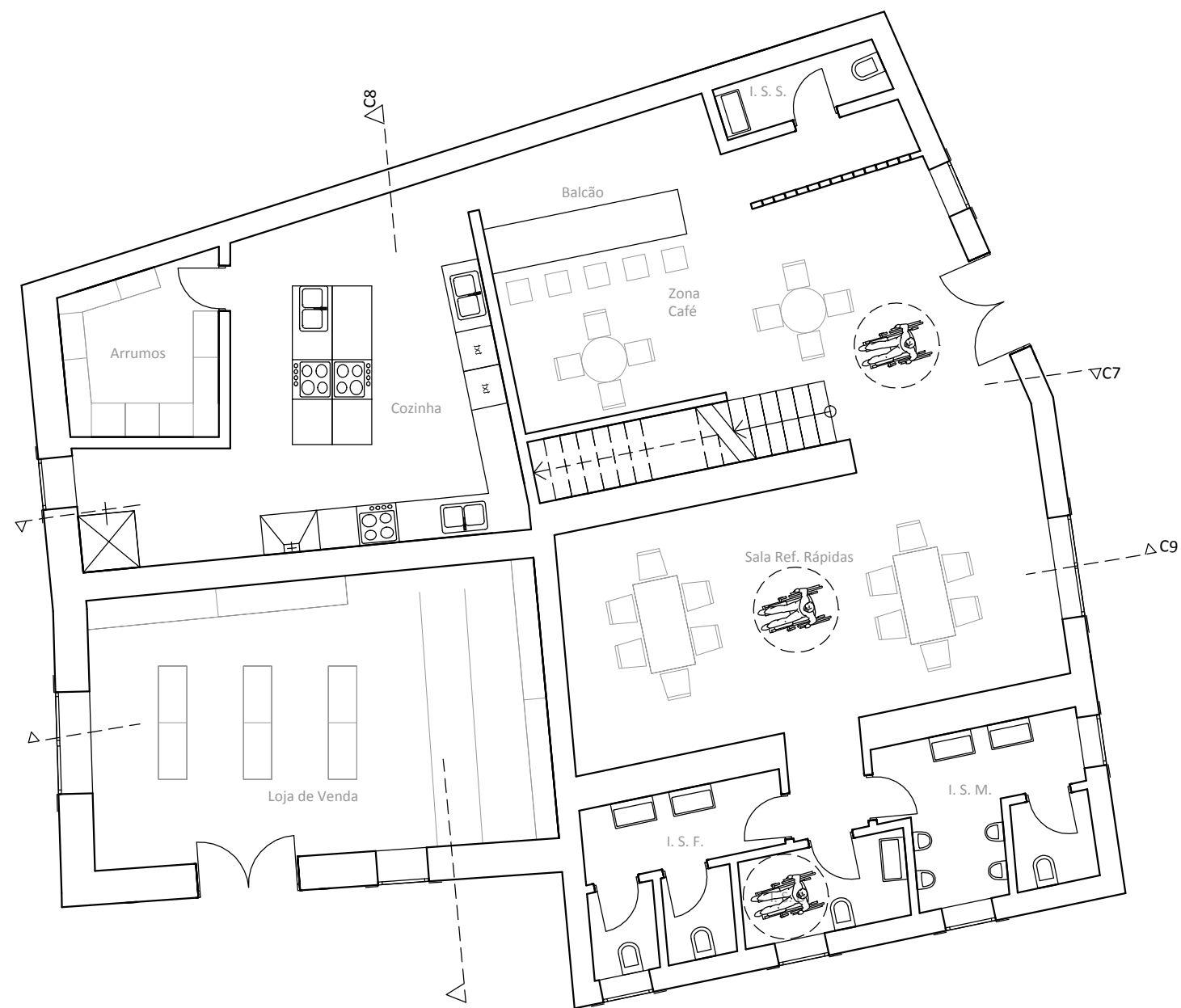
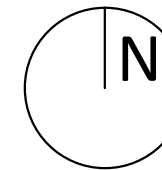


Corte 05

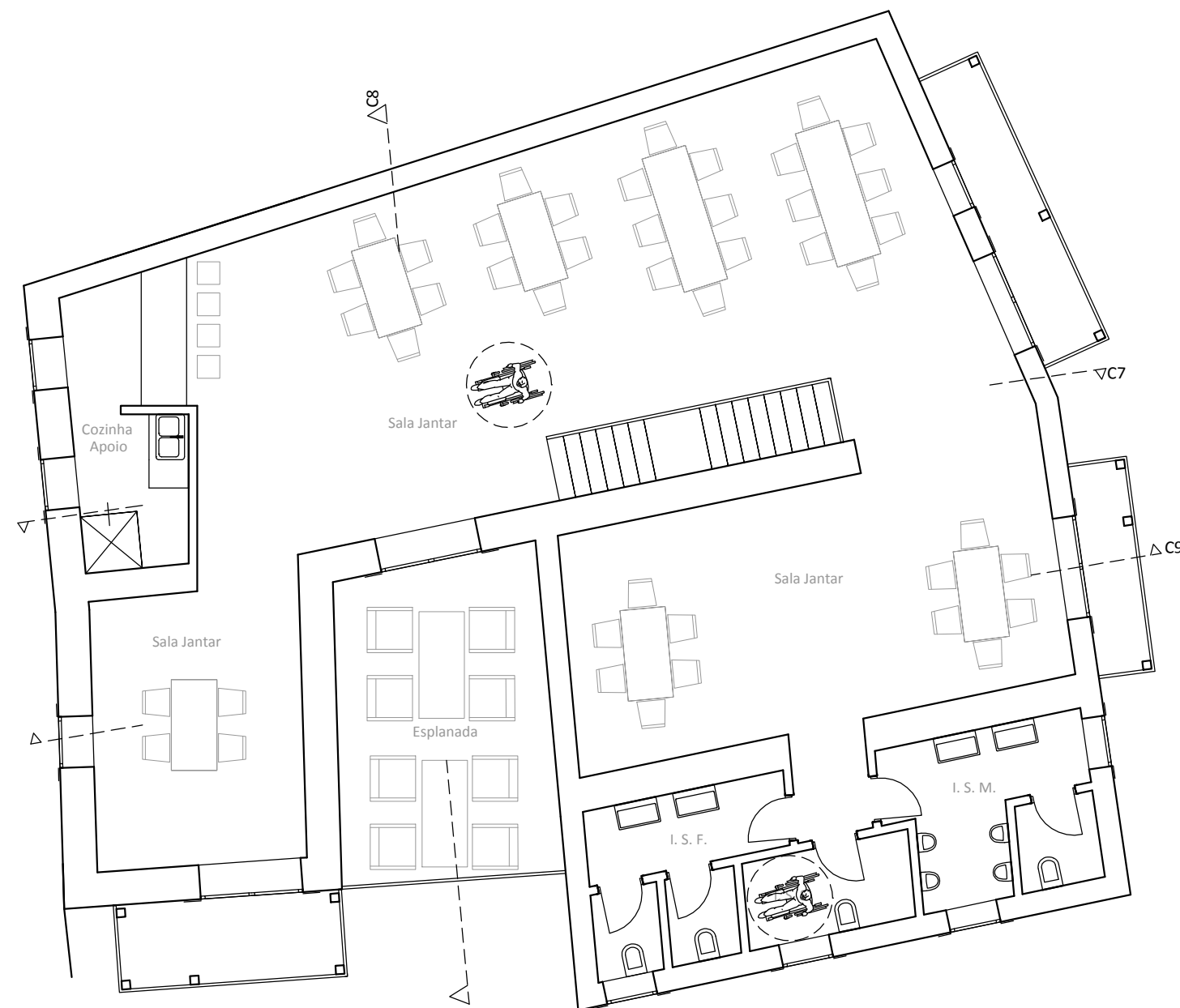
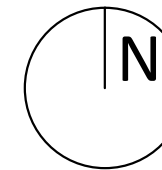


Corte 06

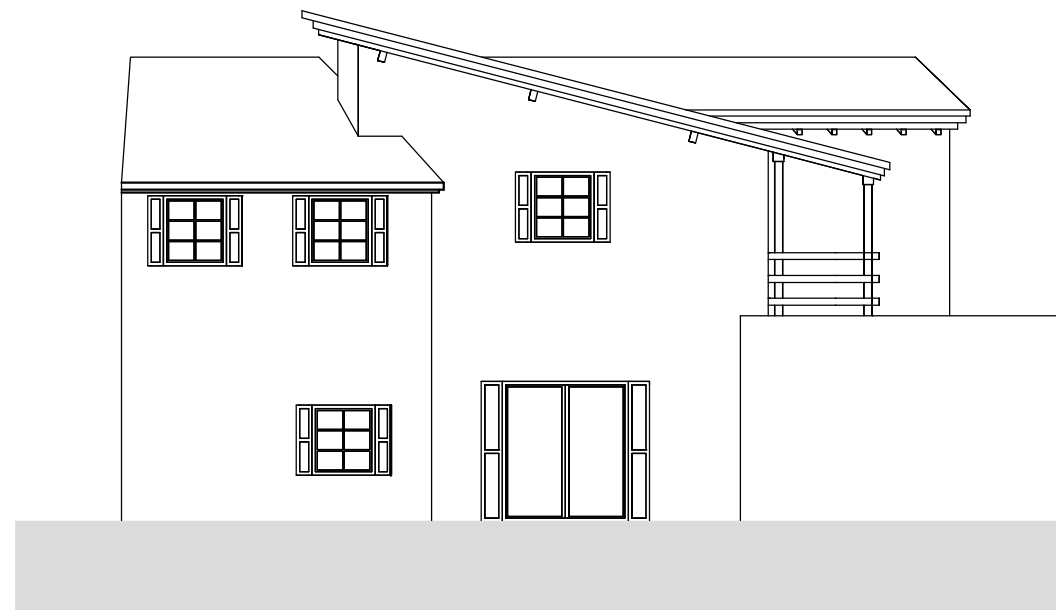
Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves	Designação	1/100
20587	Cortes 05, 06 (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho:
		12
Local do Projecto	Projecto de Arquitectura	Data:
Rio de Onor	Complexo de Turismo em Espaço Rural	Out. 2011
BRAGANÇA		



Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Planta Piso 0 (Edifícios 5, 6 - Restaurante, Loja Típica)	Escala: 1/100 Desenho: 13
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



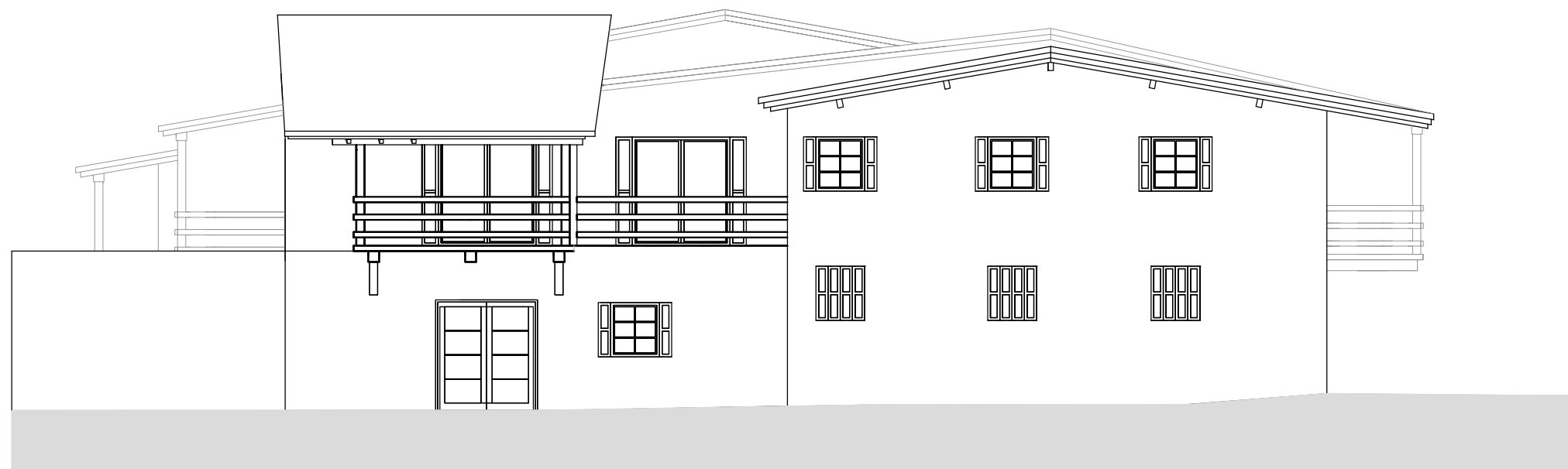
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Planta Piso 1 (Edifícios 5, 6 - Restaurante, Loja Típica)	Escala: 1/100 Desenho: 14
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Alçado Oeste

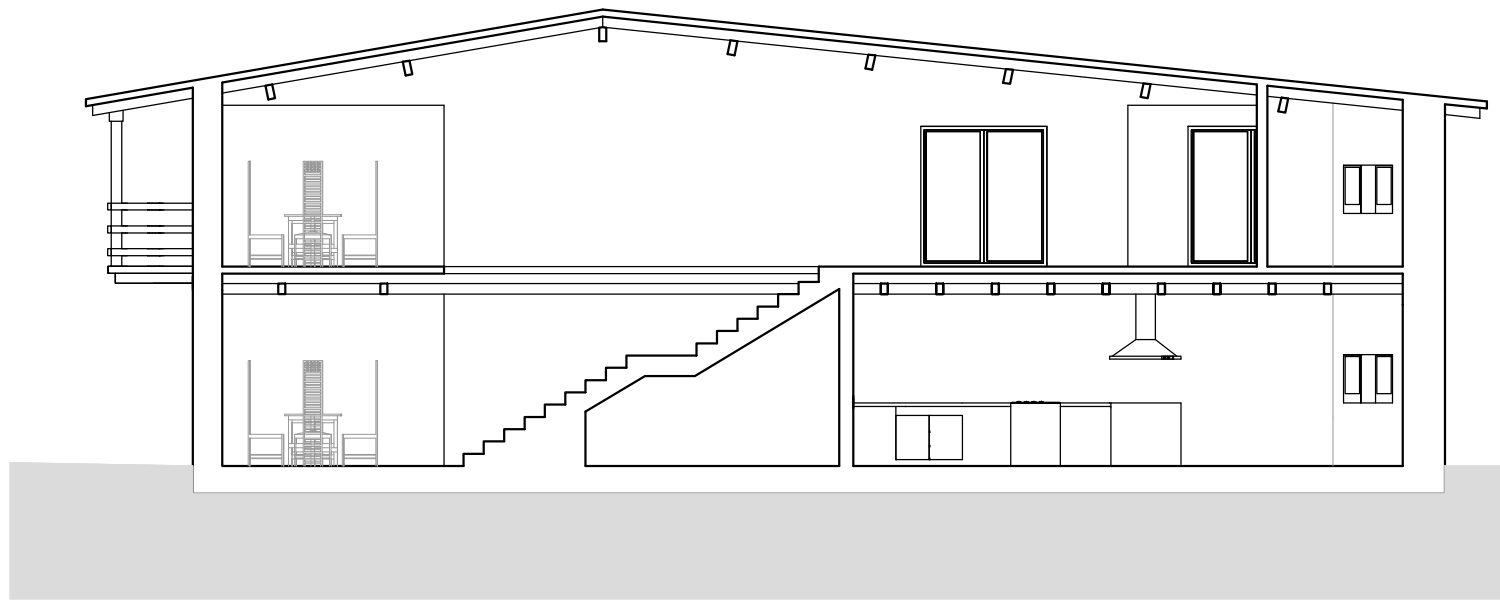


Alçado Este

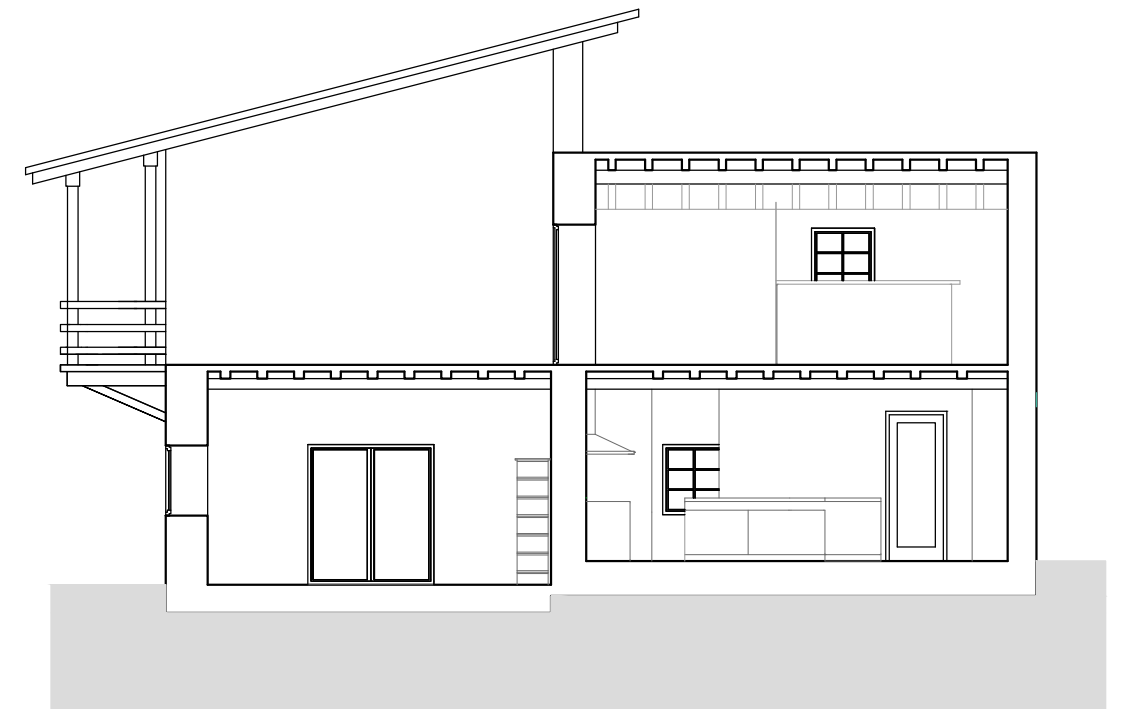


Alçado Sul

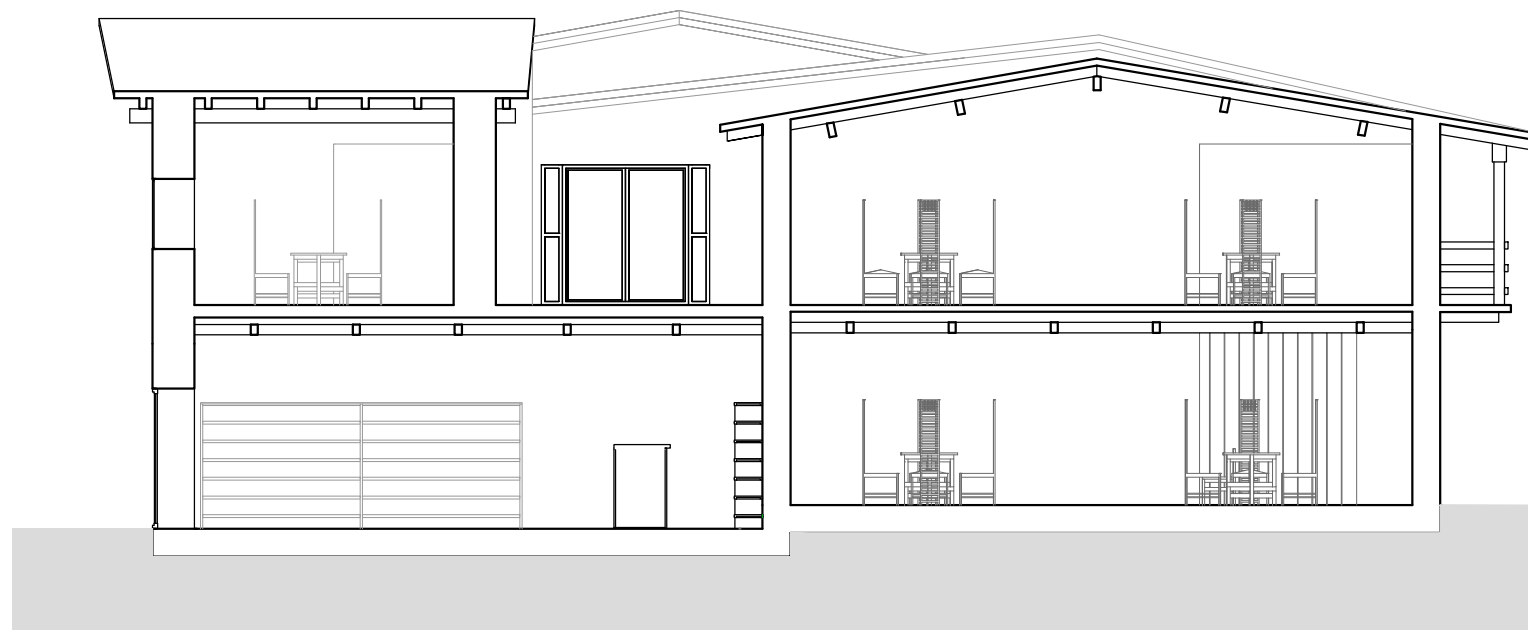
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Planta Piso 1 (Edifícios 5, 6 - Restaurante, Loja Típica)	Desenho: 15
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



Corte 07

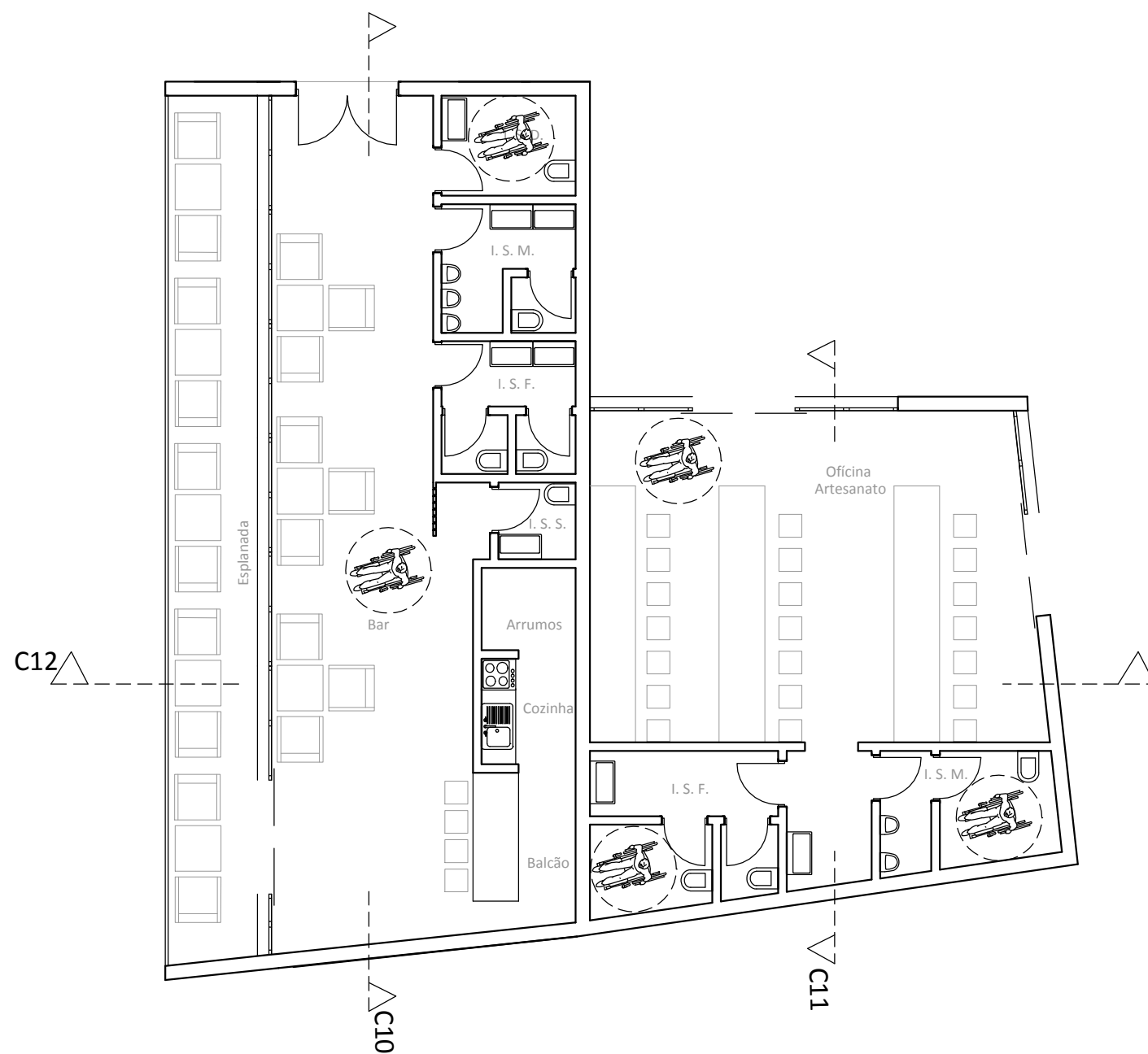
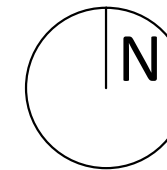


Corte 08



Corte 09

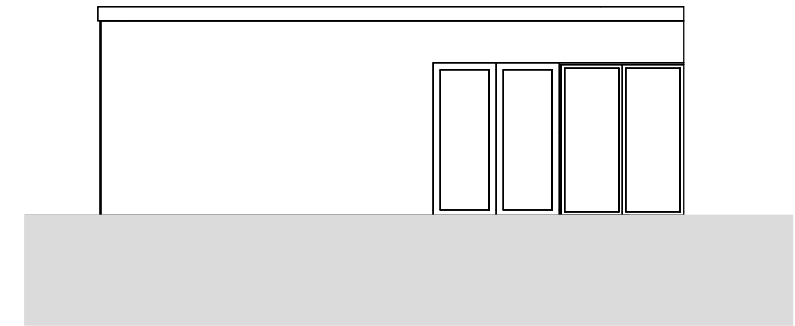
Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves	Designação	1/100
20587	Cortes (Edifícios 5, 6 - Restaurante, Loja Típica)	Desenho:
		16
Local do Projecto	Projecto de Arquitectura	Data:
Rio de Onor	Complexo de Turismo em Espaço Rural	Out. 2011
BRAGANÇA		



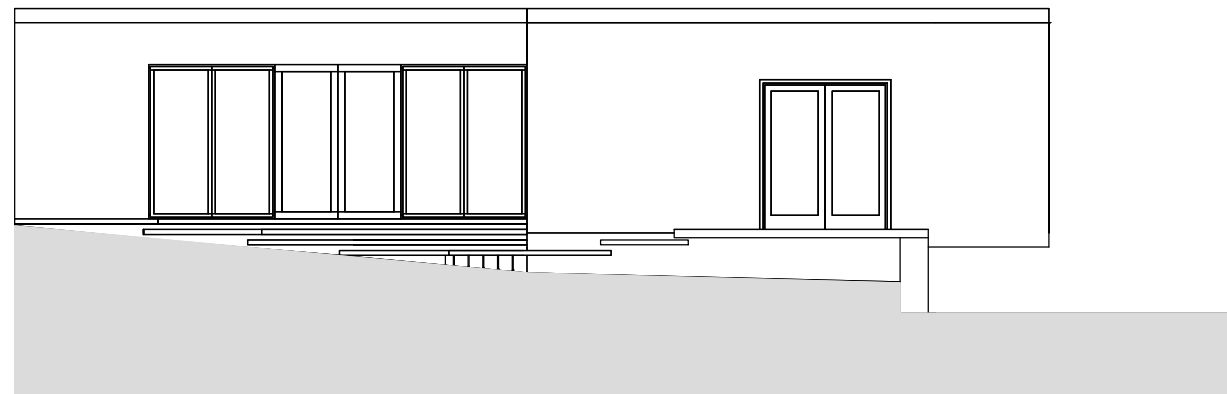
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Planta Piso 0 (Edifícios 7, 8 - Oficina de Artesanato e Bar)	Desenho: 17
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



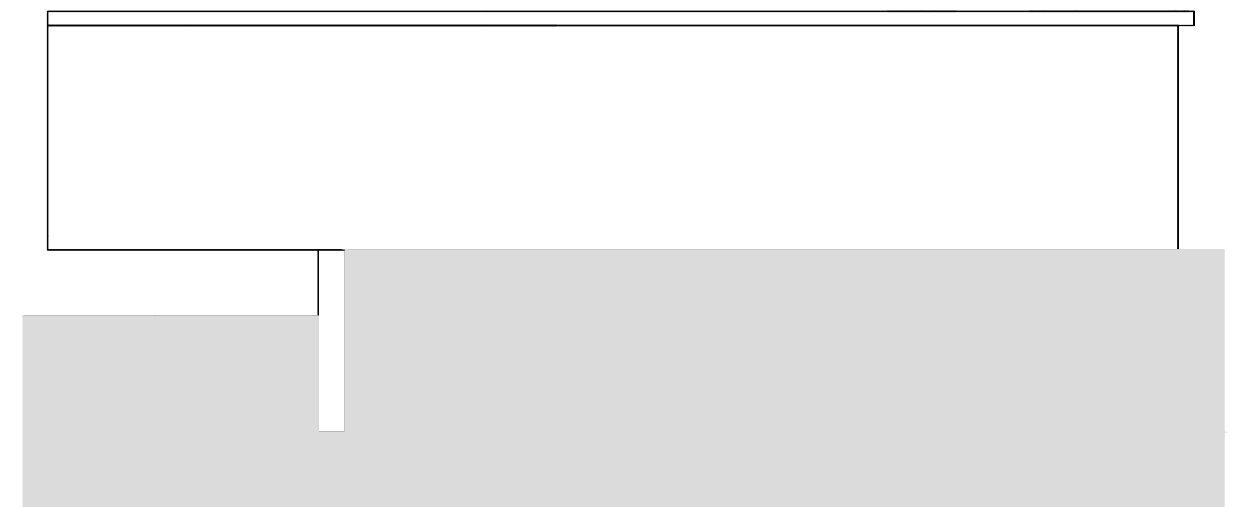
Alçado Oeste



Alçado Este

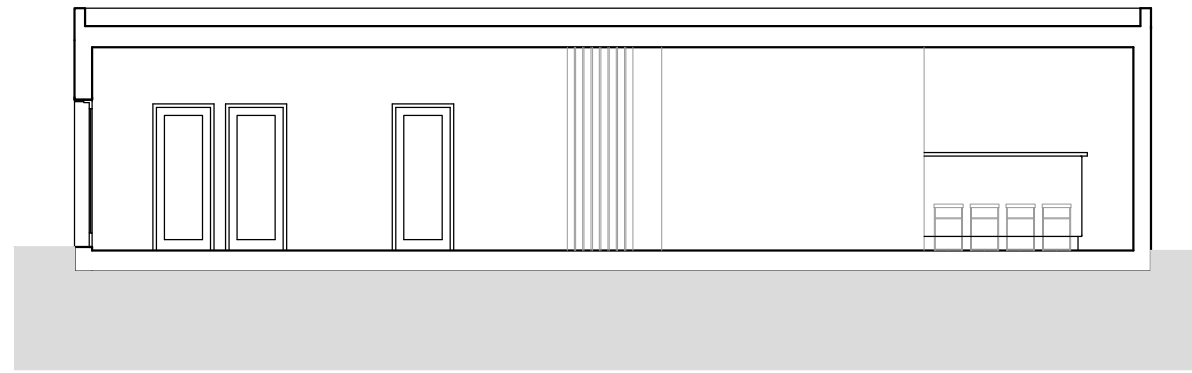


Alçado Norte

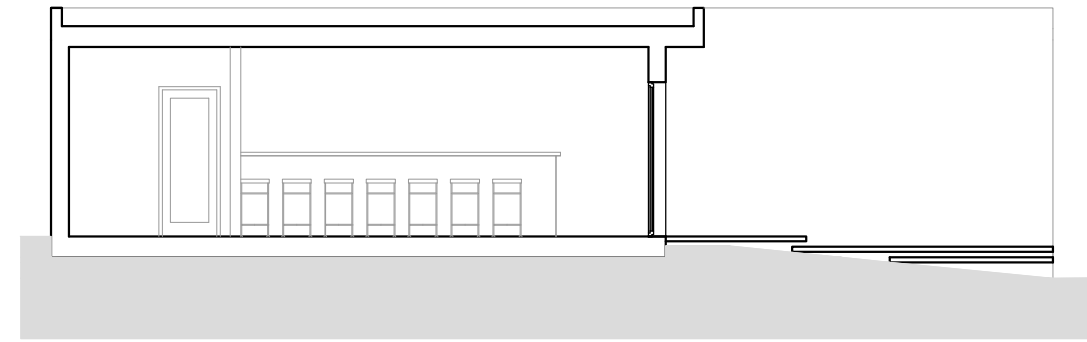


Alçado Sul

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura Designação Alçados (Edifícios 7, 8 - Oficina de Artesanato e Bar)	Escala: 1/100
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho: 18
		Data: Out. 2011



Corte 10

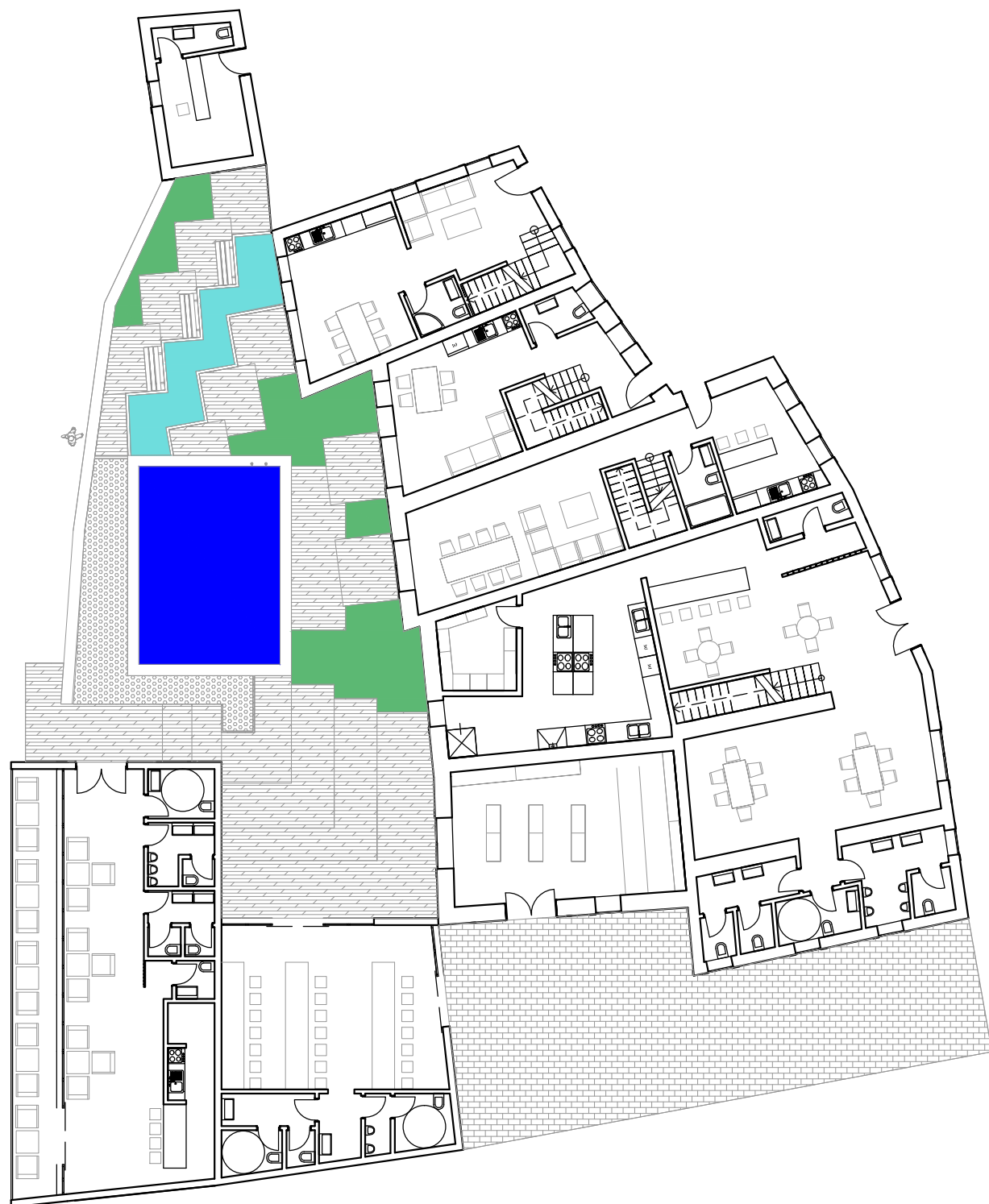
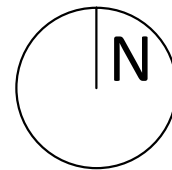


Corte 11



Corte 12

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Cortes (Edifícios 7, 8 - Oficina de Artesanato e Bar)	Desenho: 19
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



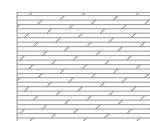
Piscina



Espelho de água



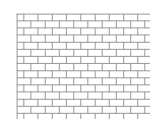
Plataformas de Fenólico



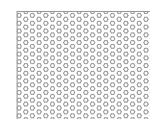
Jardim



Calçada "À Portuguesa"

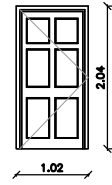


Pedras do Rio



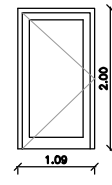
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Arranjos Exteriores	Desenho: 20
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011

Pe.1



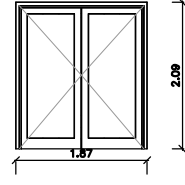
Material: Madeira Maciça
Espessura: 50 mm
Envidraçado: Não
Protecção: Não
Vedante: Borracha

Pe.2



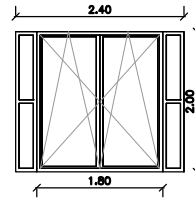
Material: Madeira Maciça
Espessura: 50 mm
Envidraçado: Não
Protecção: Não
Vedante: Borracha

Pe.3



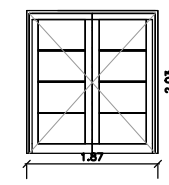
Material: PVC
Espessura: 50 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Estore Interior
Vedante: Borracha

Pe.4



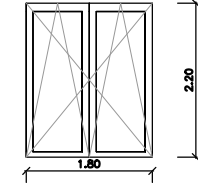
Material: PVC
Espessura: 40 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Portadas de Madeira
Vedante: Borracha

Pe.5



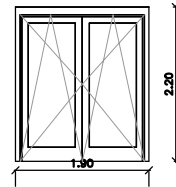
Material: Madeira Maciça
Espessura: 50 mm
Envidraçado: Não
Protecção: Não
Vedante: Borracha

Pe.6



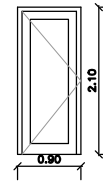
Material: PVC
Espessura: 40 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Estore Interior
Vedante: Borracha

Pe.7



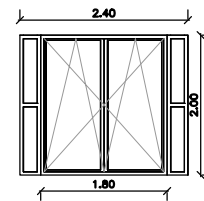
Material: PVC
Espessura: 40 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Estore Interior
Vedante: Borracha

Pi.1



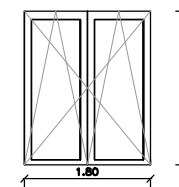
Material: Madeira Maciça
Espessura: 20 mm
Envidraçado: Não
Protecção: Não
Vedante: Borracha

V.1



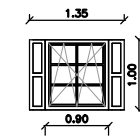
Material: PVC
Espessura: 40 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Portada de Madeira
Vedante: Borracha

V.2

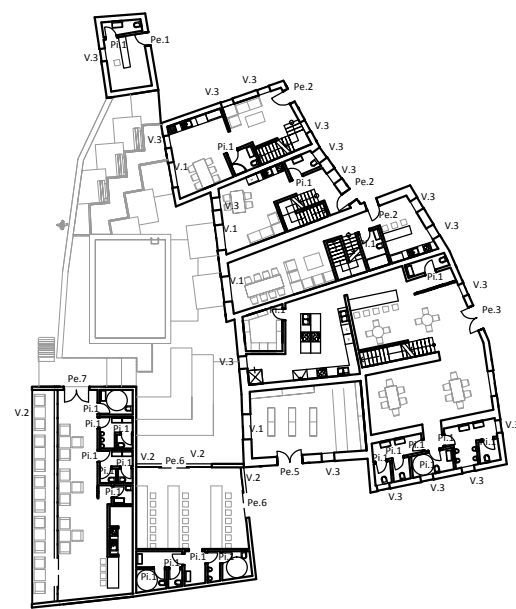
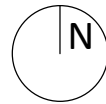


Material: PVC
Espessura: 40 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Estore Interior
Vedante: Borracha

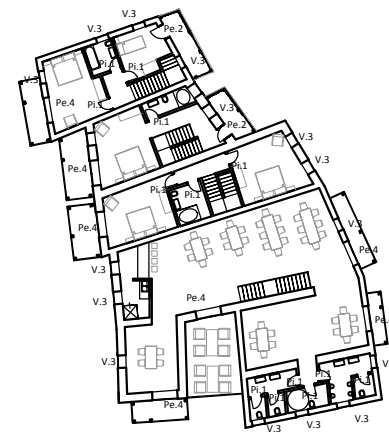
V.3



Material: PVC
Espessura: 40 mm
Envidraçado: Simples com Vidro Duplo
Protecção: Portada de Madeira
Vedante: Borracha



Planta Piso 0 (Esc.: 1/500)

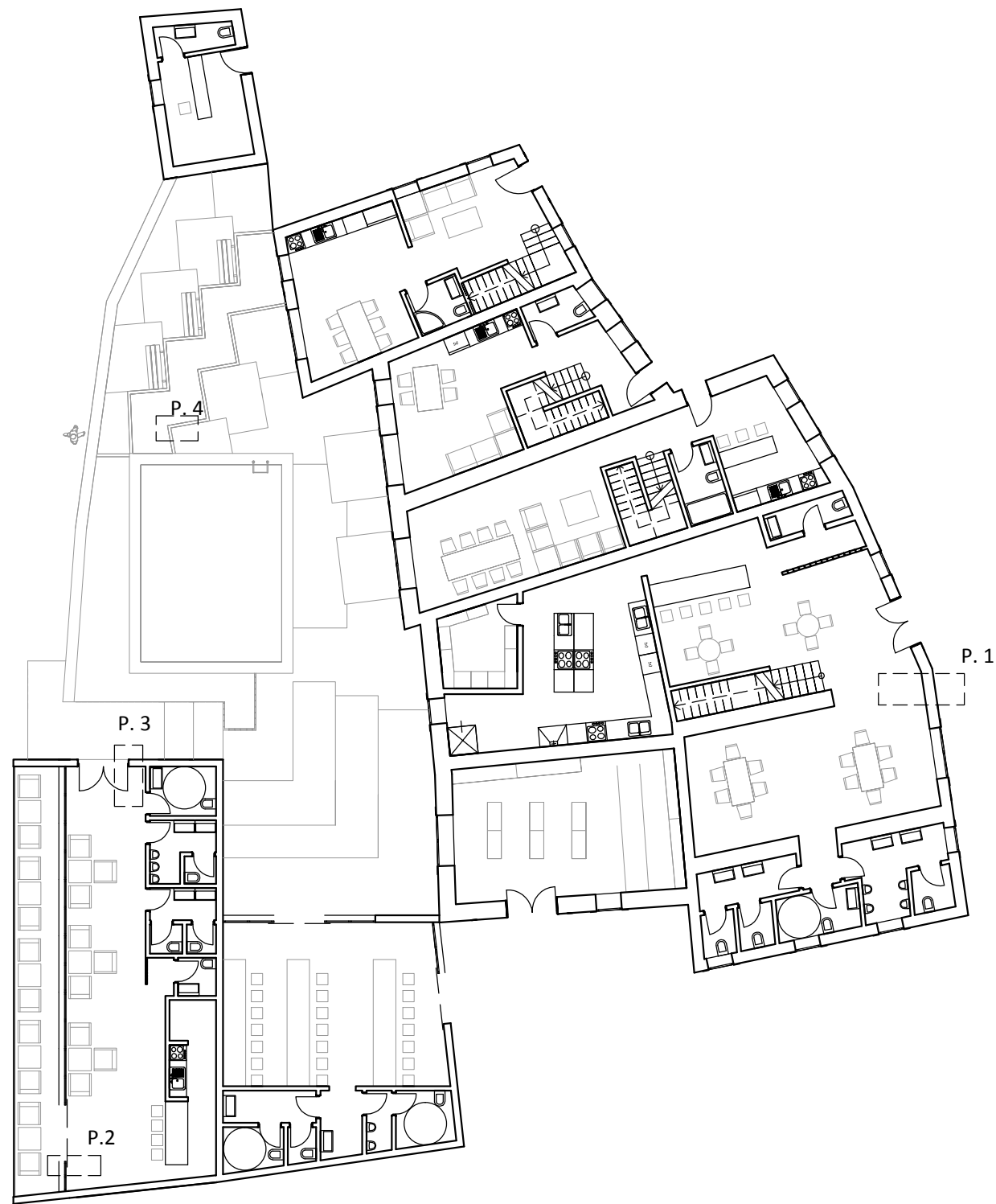


Planta Piso 1 (Esc.: 1/500)

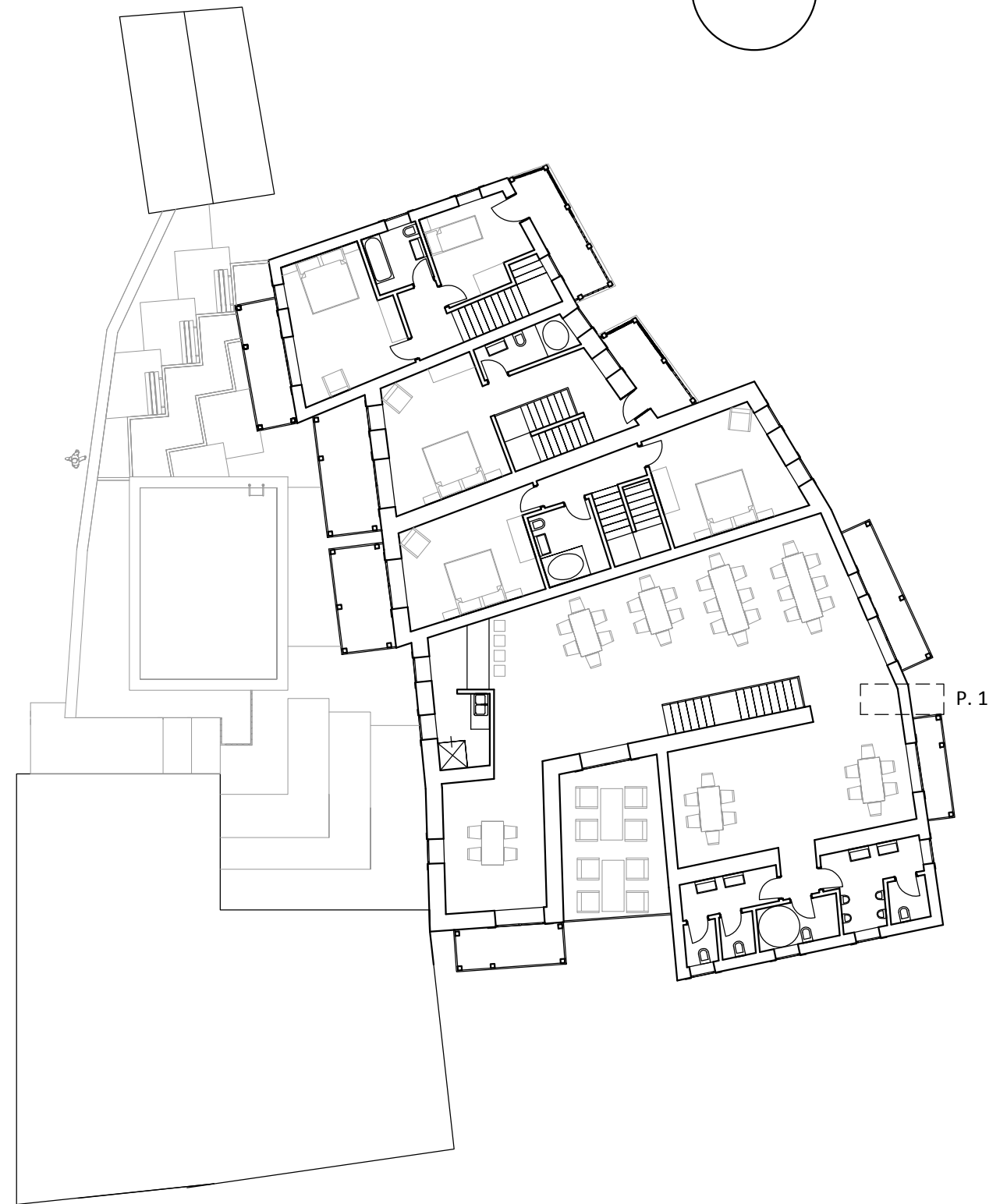
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Mapa de Vãos	Desenho: 21
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011

MATERIAIS		Piso 0														Piso 1									
		Jardim	Bar	WCs Bar	Cozinha Bar	Esplanada Bar	Loja Típica	Salas Restaurante	Cozinha Restaurante	WCs Restaurante	Arrumos Restaurante	Cozinha Apartamentos	Sala Apartamentos	WCs Apartamentos	Oficina Artesanato	WCs Oficina Art.	Recpção	Arruamentos	Arruamento marg. Rio	Salas Restaurante	Esplanada Restaurante	Cozinha Restaurante	WCs Restaurante	Quartos Apartamentos	WCs Apartamentos
PAVIMENTOS	Madeira de Nogueira Envernizada						●	●									●			●				●	
	"Decks Fenólico" Madeira	●				●													●		●				
	Mosaico Lava Recer Anti-Derrapante – 60X60				●			●		●												●			
	Mosaico Lava Recer 60X60			●						●			●		●								●		●
	Calçada "À Portuguesa"																	●							
	Pavimento "Quickstep"		●									●	●		●										●
RODAPÉS																									
	Mosaico Lava Recer – 8x60			●	●			●	●	●		●		●							●	●		●	
	Madeira de Nogueira Envernizada	●				●	●	●									●			●			●		
PAREDES	Madeira de Nogueira Envernizada				●	●	●					●								●			●	●	
	Pedra Xisto										●					●			●	●			●	●	
	Revestimento Cerâmico Lava Recer 20x60			●	●			●	●	●		●		●							●	●		●	
	Revestimento Fenólico Madeira	●				●							●	●											
TECTOS FALSOS	Madeira de Nogueira Envernizada					●		●				●	●											●	
	Placas de Gesso Decorativo								●	●	●			●								●	●	●	
TECTOS																									
	Betão Branco à Vista		●	●	●	●									●	●									
	Madeira de Nogueira Envernizada																●		●				●		

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Mapa de Acabamentos	Desenho: 22
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011

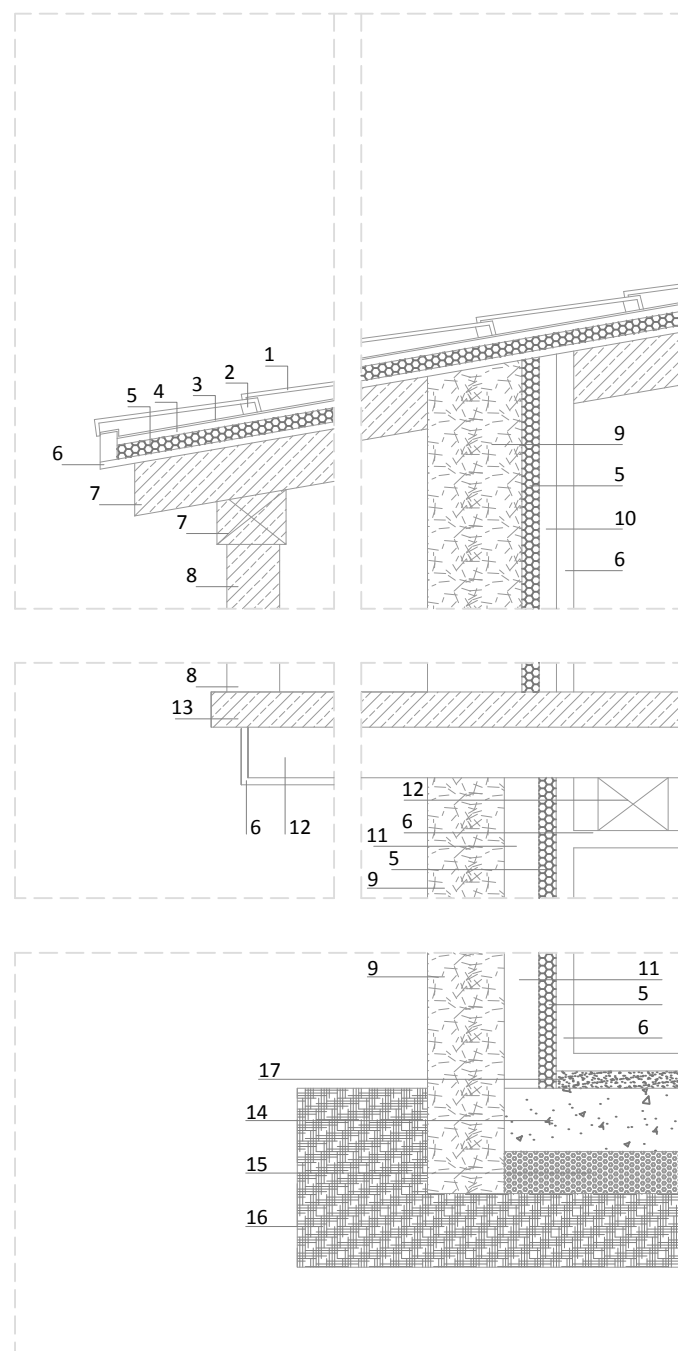


Piso 0



Piso 1

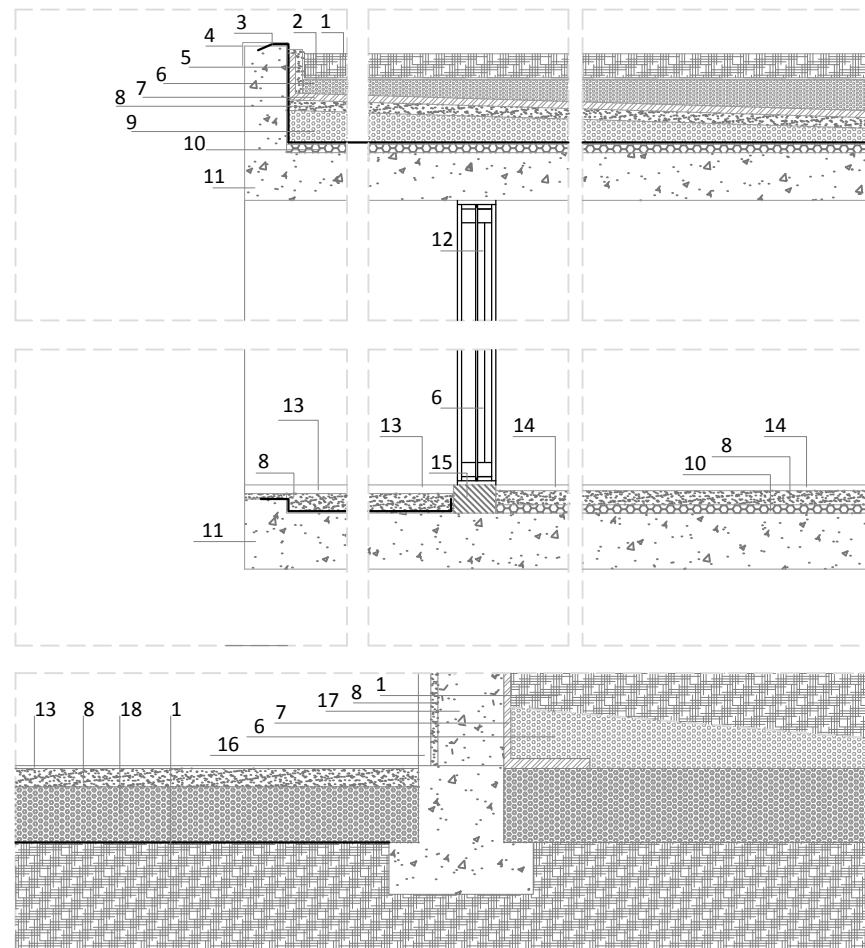
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/200
	Designação Localização de Pormenores Construtivos	Desenho: 23
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



LEGENDA:

1. Placa de Xisto
2. Ripado de Madeira
3. Tela Asfáltica de Xisto
4. Sub-Telha Onduline
5. Isolamento Térmico "Roofmate"
6. Revestimento em Madeira
7. Viga em Madeira
8. Pilar em Madeira
9. Pedra de Xisto
10. Placa de "Pladur"
11. Pilar em Aço
12. Viga em Aço
13. Pavimento em Madeira
14. Lage em Betão Armado
15. Camada de Tout-Vant
16. Terreno Compactado
17. Betonilha

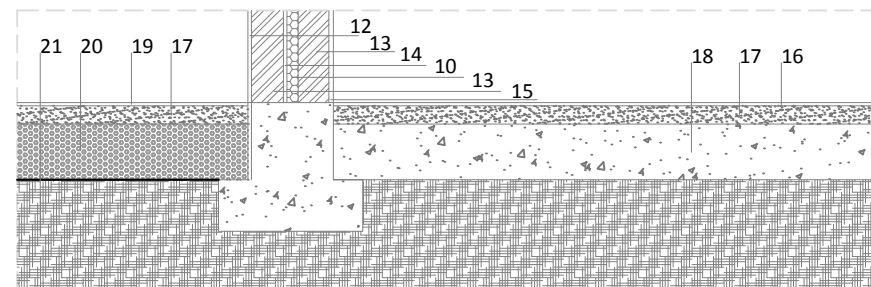
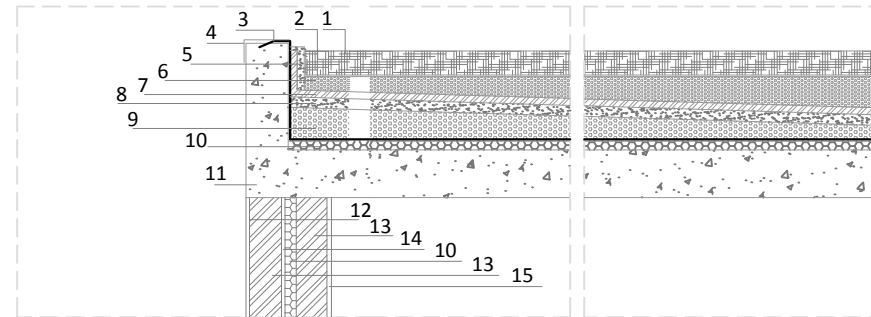
Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves	Designação	1/20
20587	Pormenor Construtivo 1	Desenho:
		24
Local do Projecto	Projecto de Arquitectura	Data:
Rio de Onor	Complexo de Turismo em Espaço Rural	Out. 2011
BRAGANÇA		



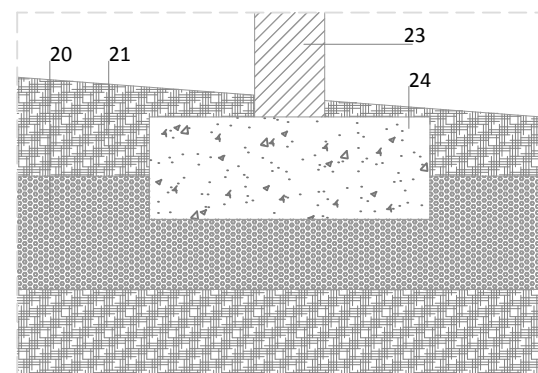
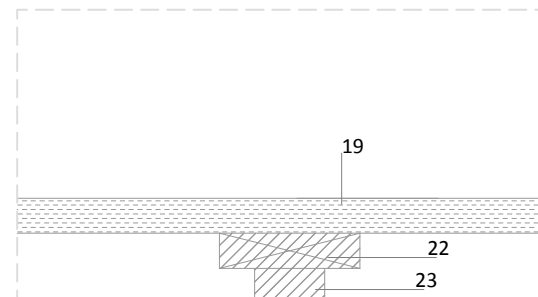
LEGENDA:

1. Terra Vegetal
2. Geotêxtil
3. Tela Asfáltica de Xisto
4. Capeamento e Chapa de Zinco
5. Reboco
6. Camada Drenante
7. Impermeabilização
8. Betonilha
9. Camada de Forma
10. Isolamento Térmico "Roofmate"
11. Betão Armado Branco
12. Caixilharia em alumínio termolacado com corte térmico a cor preta
13. Revestimento exterior em Decks de Fenólico
14. Revestimento interior Pavimento "Quickstep"
15. Soleira em Pedra
16. Revestimento exterior em Pedra de Xisto
17. Betão Armado
18. Camada de Tout-Vant

Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves	Designação	1/20
20587	Pormenor Construtivo 2	Desenho:
		25
Local do Projecto	Projecto de Arquitectura	Data:
Rio de Onor BRAGANÇA	Complexo de Turismo em Espaço Rural	Out. 2011



Pormenor Construtivo 3

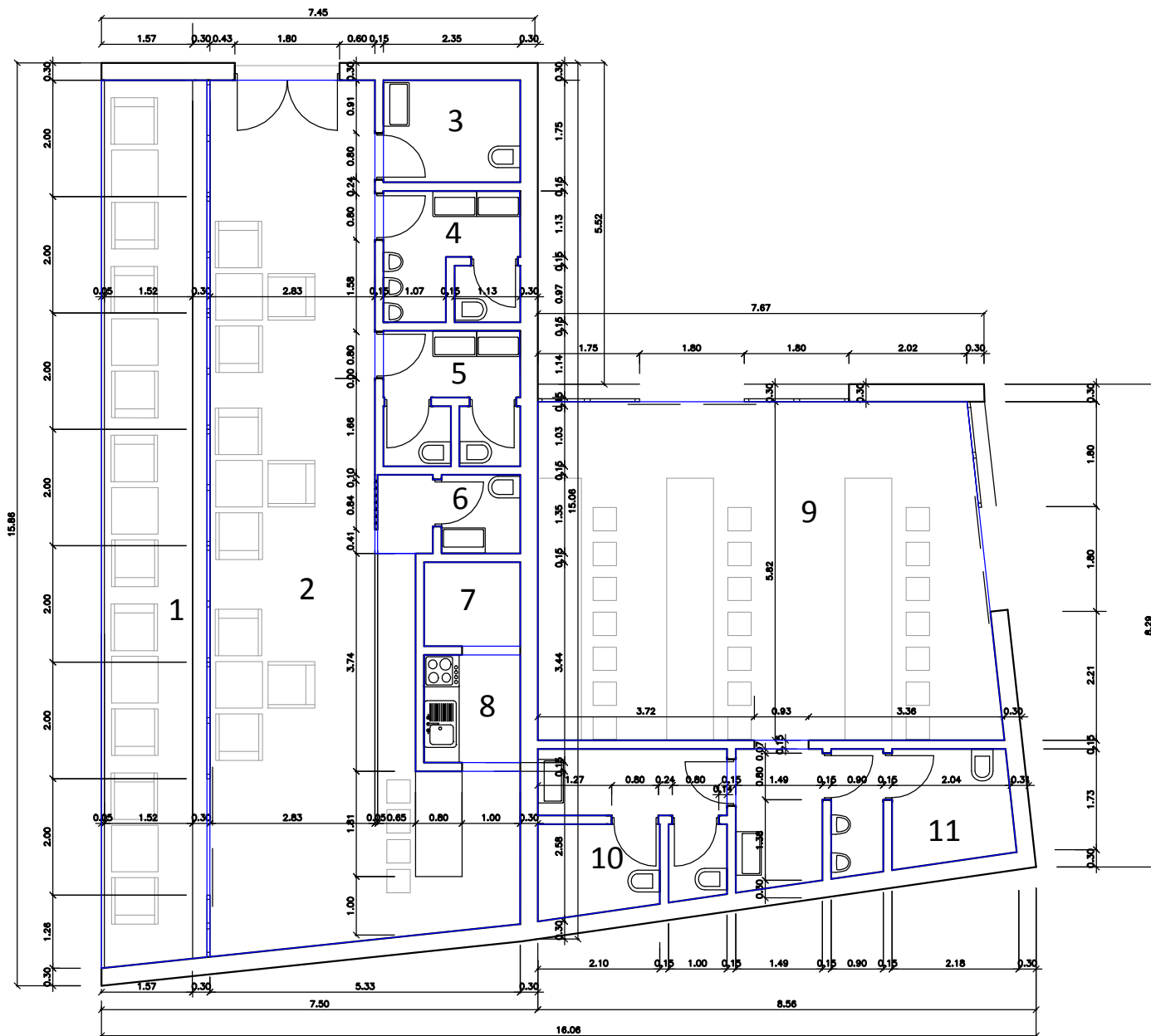


Pormenor Construtivo 4

LEGENDA:

1. Terra Vegetal
2. Geotêxtil
3. Tela Asfáltica de Xisto
4. Capeamento e Chapa de Zinco
5. Reboco
6. Camada Drenante
7. Impermeabilização
8. Betonilha
9. Camada de Forma
10. Isolamento Térmico "Roofmate"
11. Betão Armado Branco
12. Revestimento exterior em Paineis de Fenólico
13. Alvenaria em tijolo furado 30x20x11
14. Caixa de Ar
15. Revestimento interior com Madeira
16. Revestimento em Pavimento "Quickstep"
17. Betonilha
18. Lage em Betão Armado
19. Pavimento exterior em "Decks" de Fenólico
20. Camada de Tout-Vant
21. Terreno Compactado
22. Viga em Aço
23. Pilar em Aço
24. Sapata em Betão Armado

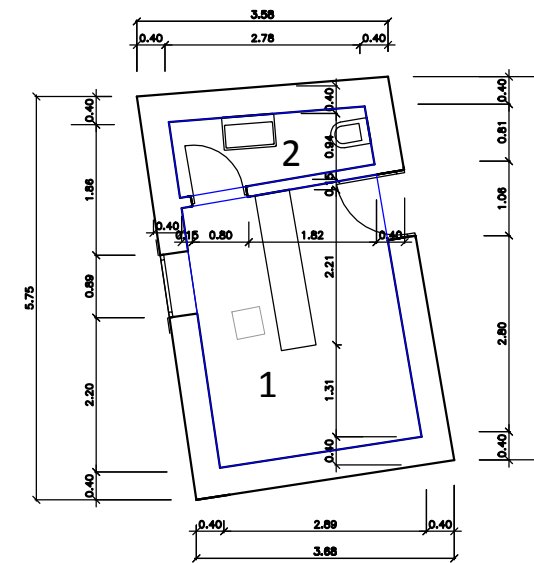
Aluno	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala:
Bruno Alves 20587	Designação Pormenor Construtivo 3 e 4	1/20
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Desenho:
		26
		Data: Out. 2011



Planta Piso 0 (Edifício 7 e 8)

LEGENDA:

- | | | |
|---|--|--|
| 1 - Esplanada
Área - 27,53 m ²
h - 2,90 m | 5 - I. S. Femininas
Área - 5,20 m ²
h - 2,90 m | 9 - Oficina de Artesanato
Área - 44,80 m ²
h - 2,70 m |
| 2 - Bar
Área - 51,70 m ²
h - 2,90 m | 6 - I. S. de Serviço
Área - 3,20 m ²
h - 2,90 m | 10 - I. S. Femininas
Área - 8,40 m ²
h - 2,70 m |
| 3 - I. S. Pessoas Mobilidade Condicionada
Área - 4,12 m ²
h - 2,90 m | 7 - Arrumos
Área - 2,40 m ²
h - 2,90 m | 11 - I. S. Masculinas
Área - 9,65 m ²
h - 2,70 m |
| 4 - I. S. Masculinas
Área - 5,10 m ²
h - 2,90 m | 8 - Cozinha
Área - 3,05 m ²
h - 2,90 m | |

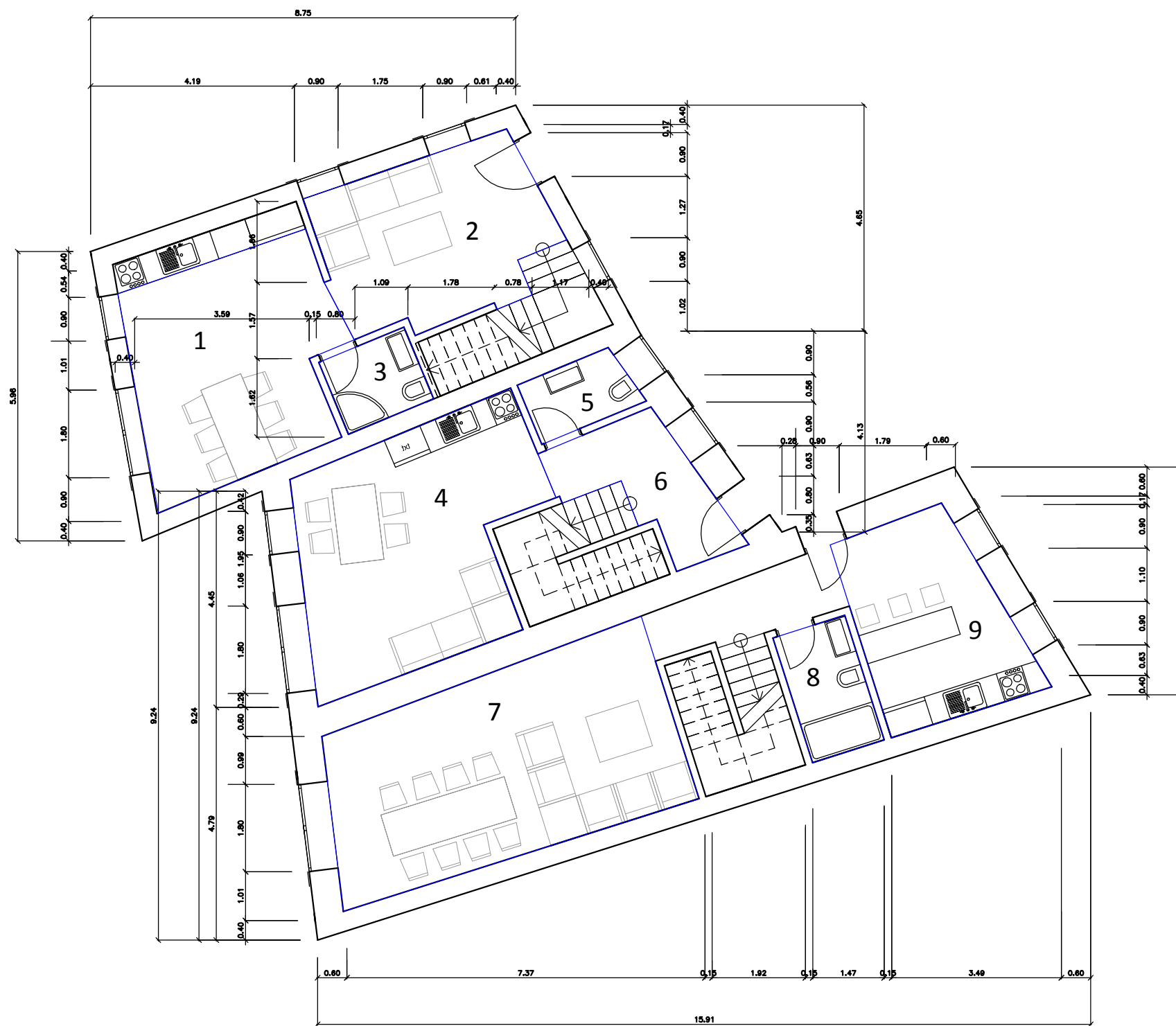
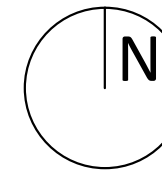


Planta Piso 0 (Edifício 1)

LEGENDA:

- | |
|--|
| 1 - Recepção
Área - 10,80 m ²
h max. - 3,10 m
h min. - 2,70 m |
| 2 - I. S. de Serviço
Área - 2,71 m ²
h max. - 3,10 m
h min. - 2,70 m |

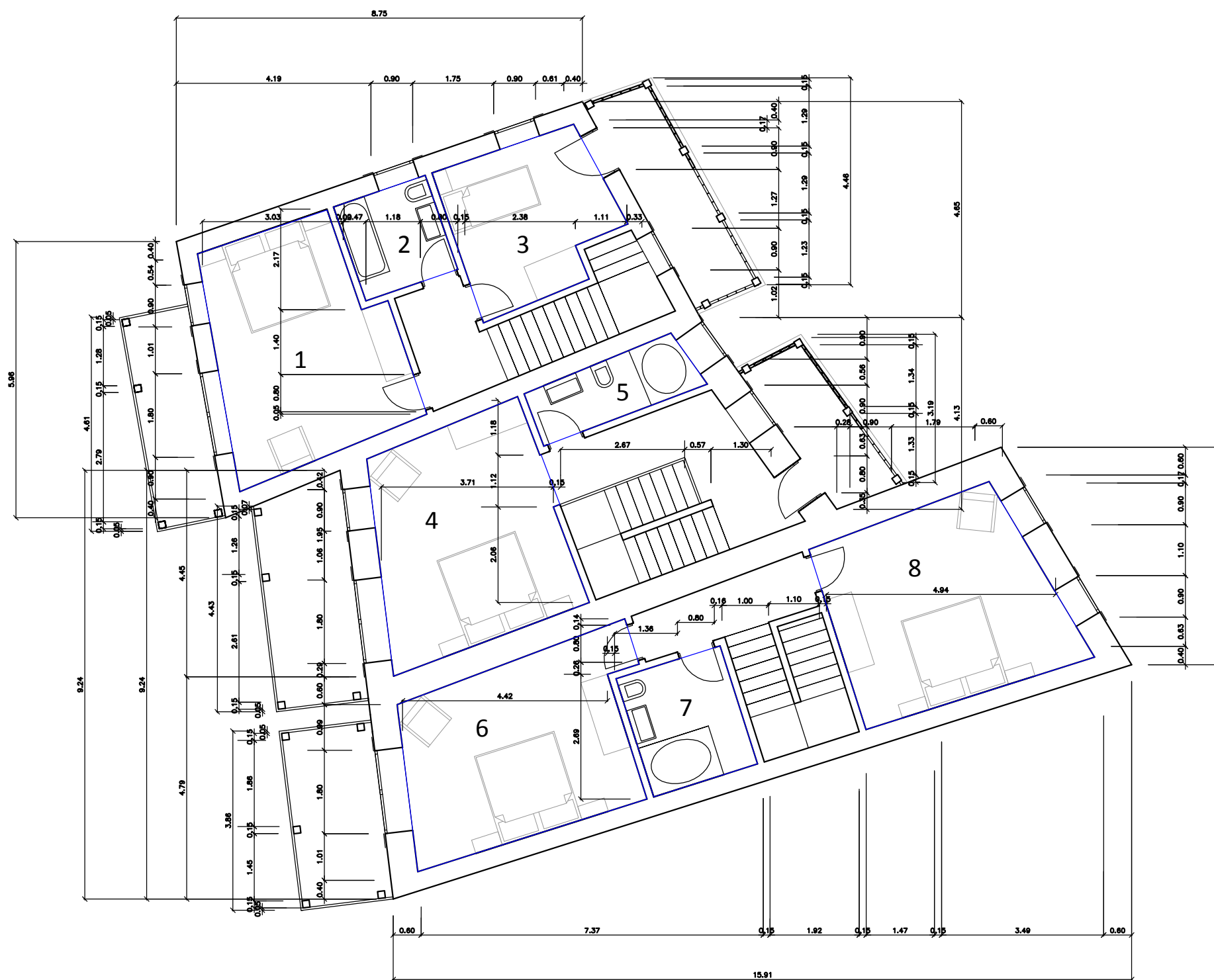
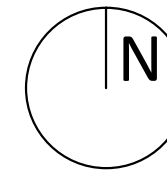
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Cotagem Edifício 1, 7 e 8	Desenho: 27
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



LEGENDA:

- 1 - Cozinha
Área - 18,26 m²
h - 2,50 m
- 2 - Sala
Área - 14,70 m²
h - 2,50 m
- 3 - Instalações Sanitárias
Área - 3,05 m²
h - 2,50 m
- 4 - Cozinha/Sala
Área - 22,07 m²
h - 2,50 m
- 5 - Instalações Sanitárias
Área - 2,88 m²
h - 2,50 m
- 6 - Wall Entrada
Área - 6,30 m²
h - 2,50 m
- 7 - Sala
Área - 27,55 m²
h - 2,50 m
- 8 - Instalações Sanitárias
Área - 4,18 m²
h - 2,50 m
- 9 - Cozinha
Área - 12,55 m²
h - 2,50 m

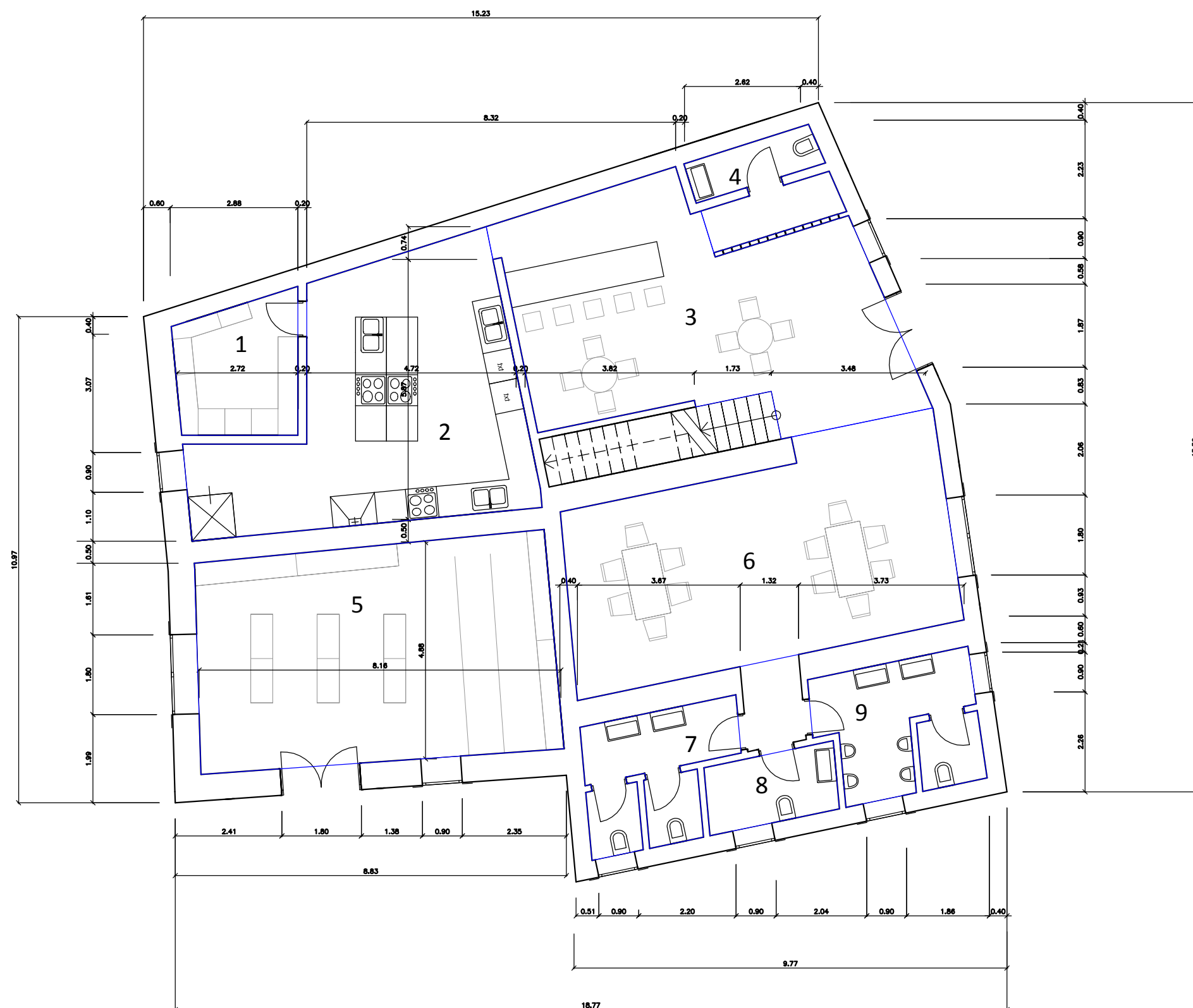
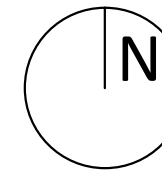
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Cotagem Piso 0 (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho: 28
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



LEGENDA:

- 1 - Quarto
Área - 18,35 m²
h max. - 3,65 m / h min. - 2,55 m
- 2 - Instalações Sanitárias
Área - 4,50 m²
h max. - 4,00 m / h min. - 3,65 m
- 3 - Quarto
Área - 10,60 m²
h max. - 3,90 m / h min. - 2,95 m
- 4 - Quarto
Área - 18,65 m²
h max. - 3,90 m / h min. - 3,15 m
- 5 - Instalações Sanitárias
Área - 4,52 m²
h max. - 3,90 m / h min. - 3,05 m
- 6 - Quarto
Área - 18,60 m²
h max. - 3,90 m / h min. - 3,10 m
- 7 - Instalações Sanitárias
Área - 6,30 m²
h max. - 4,35 m / h min. - 3,95 m
- 8 - Quarto
Área - 19,55 m²
h max. - 3,90 m / h min. - 3,15 m

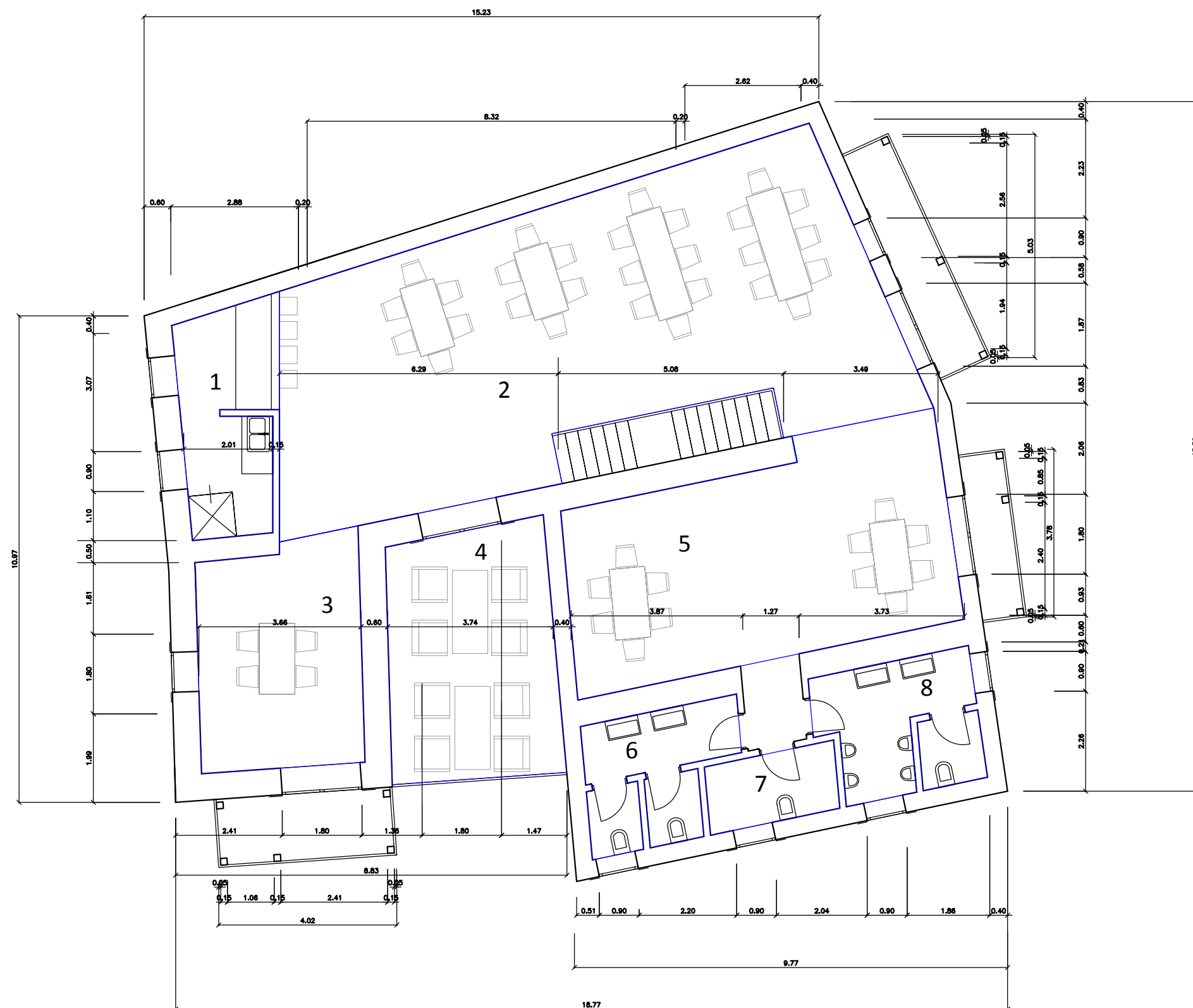
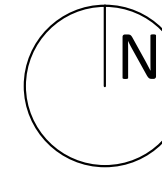
Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Cotagem Piso 1 (Edifícios 2,3,4 - Habitação)	Desenho: 29
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



LEGENDA:

- 1 - Quarto
Área - 8,00 m²
h - 2,50 m
- 2 - Cozinha
Área - 34,15 m²
h - 2,50 m
- 3 - Wall Entrada
Área - 39,30 m²
h - 2,50 m
- 4 - I. S. de Serviço
Área - 6,05 m²
h - 2,50 m
- 5 - Loja de Venda de Produtos Regionais
Área - 39,26 m²
h - 2,70 m
- 6 - Sala de Refeições Rápidas
Área - 39,20 m²
h - 2,50 m
- 7 - I. S. Femininas
Área - 8,68 m²
h - 2,50 m
- 8 - I. S. Pessoas de Mobilidade Condicionada
Área - 4,58 m²
h - 2,50 m
- 9 - I. S. Masculinas
Área - 4,58 m²
h - 2,50 m

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Planta Piso 0 (Edifícios 5, 6 - Restaurante, Loja Típica)	Desenho: 30
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011



LEGENDA:

- 1 - Cozinha de Apoio
Área - 10,80 m²
h max. - 2,50 m / h min. - 2,40 m
- 2 - Sala de Jantar Principal
Área - 79,40 m²
h max. - 3,20 m / h min. - 2,50 m
- 3 - Sala de Jantar Privativa
Área - 18,50 m²
h max. - 2,60 m / h min. - 2,40 m
- 4 - Esplanada
Área - 21,10 m²
- 5 - Sala de Jantar Secundária
Área - 39,20 m²
h max. - 3,20 m / h min. - 2,50 m
- 6 - I. S. Femininas
Área - 8,68 m²
h max. - 3,00 m / h min. - 3,75 m
- 7 - I. S. Pessoas de Mobilidade Condicionada
Área - 4,58 m²
h max. - 3,20 m / h min. - 3,00 m
- 8 - I. S. Masculinas
Área - 4,58 m²
h max. - 2,70 m / h min. - 2,50 m

Aluno Bruno Alves 20587	Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura	Escala: 1/100
	Designação Cotagem Piso 1 (Edifícios 5, 6 - Restaurante, Loja Típica)	Desenho: 31
Local do Projecto Rio de Onor BRAGANÇA	Projecto de Arquitectura Complexo de Turismo em Espaço Rural	Data: Out. 2011